

CONCELHO  
DE  
VIMIOSO



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO**

### **ÍNDICE DE SIGLAS:**

**AA:** Avaliação Ambiental

**AAE:** Avaliação Ambiental Estratégica

**ACT:** Autoridade para as Condições do Trabalho

**AIA:** Avaliação de Impacto Ambiental

**ANPC:** Autoridade Nacional de Proteção Civil

**APA:** Agência Portuguesa do Ambiente

**ARSN:** Administração Regional de saúde do Norte

**CCDR-N:** Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte

**CDB:** Convenção sobre a Diversidade Biológica

**CMV:** Câmara Municipal de Vimioso

**DGEG:** Direção Geral de Energia e Geologia

**DGOTDU:** Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

**DH:** Domínio Hídrico

**DREN:** Direção Regional da Educação do Norte

**EDP:** Energias de Portugal

**EEM:** Estrutura Ecológica Municipal

**EM:** Estrada Municipal

**EN:** Estrada Nacional

**ENCNB:** Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

**ENDS:** Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

**ENF:** Estratégia Nacional para as Florestas

**EP:** Estradas de Portugal, SA

**ER:** Estrada Regional

**ERPVA:** Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

**ETAR:** Estação de Tratamento de Águas residuais

**FA:** Fatores Ambientais

**FCD:** Fatores Críticos de Decisão

**GEE:** Gases de efeito de Estufa

**IC:** Itinerário Complementar

**I & D:** Investigação e Desenvolvimento

**ICNB:** Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

**IEFP:** Instituto do Emprego e Formação Profissional

**IGESPAR:** Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

**INE:** Instituto Nacional de Estatística

**IRAR:** Instituto Regulador de Águas e Resíduos

**ME-DRN:** Ministério da Economia – Direção Regional do Norte

**ONGA:** Organização não Governamental de Ambiente

**PDM:** Plano Diretor Municipal

**PEESAR:** Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Abastecimento de Águas Residuais

**PENT:** Plano Estratégico Nacional do Turismo



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO**

**PERSU:** Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos  
**PGRH:** Plano de Gestão de Região Hidrográfica  
**PINTA:** Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura  
**PMDFCI:** Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios  
**PMOT:** Plano Municipal de Ordenamento do Território  
**PNA:** Plano Nacional da Água  
**PNAC:** Programa Nacional para as Alterações Climáticas  
**PNACE:** Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego  
**PNDR:** Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
**PNPOT:** Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território  
**PNRN:** Plano nacional da Rede Natura  
**PNUEA:** Programa Nacional Para O Uso Eficiente Da Água  
**PROF-N:** Plano Regional de Ordenamento das Florestas do Nordeste Transmontano  
**PROT-N:** Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte  
**PRN:** Plano Rodoviário Nacional  
**PETI3+:** Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas  
**POSEUR:** Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos  
**PORN:** Programa Operacional Regional do Norte  
**PANCD:** Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

**QE:** Questões Estratégicas  
**QRE:** Quadro de Referência Estratégico  
**QREN:** Quadro de Referência Estratégico Nacional

**RA:** Relatório Ambiental

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

**RAN:** Reserva Agrícola Nacional  
**RCCTE:** Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios  
**REN:** Reserva Ecológica Nacional  
**RFC:** Relatório de Fatores Críticos  
**RSU:** Resíduos Sólidos Urbanos

**SGIF:** Sistema de Gestão e Informação de Incêndios Florestais  
**SGS:** Sociedade Geral de Superintendência, SA  
**SNBPC:** Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil  
**SNIRH :** Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos  
**SPV:** Sociedade de Ponto Verde

**TER:** Turismo em Espaço Rural

**UICN:** União Internacional da Conservação da Natureza  
**UOPG:** Unidade Operacional de Planeamento e Gestão

**ZIF:** Zonas de Intervenção Floresta  
**ZPE:** Zona de Proteção Especial



## **AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO**

### **ÍNDICE DE QUADROS:**

Quadro 1 - Relação entre FCD e os Objetivos Estratégicos .....	13
Quadro 2 - Objeto de Avaliação da AAE .....	15
Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão .....	23
Quadro 4 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão .....	29
Quadro 5 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Biodiversidade e Conservação da Natureza.....	37
Quadro 6 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Biodiversidade e Conservação da Natureza” .....	40
Quadro 7 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Biodiversidade e Conservação da Natureza;.....	41
Quadro 8 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Biodiversidade e Conservação da Natureza” .....	43
Quadro 9 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Biodiversidade e Conservação da Natureza”, Oportunidades e Riscos.....	49
Quadro 10 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Biodiversidade e Conservação da Natureza” .....	53
Quadro 11 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Qualidade Ambiental .....	57
Quadro 12 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Qualidade Ambiental” .....	62
Quadro 13 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Qualidade Ambiental” .....	64
Quadro 14 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Qualidade Ambiental” .....	67
Quadro 15 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Qualidade Ambiental”, Oportunidades e Riscos. ....	71
Quadro 16 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Qualidade Ambiental” .....	75
Quadro 17 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Coesão Social e Desenvolvimento Humano.....	79
Quadro 18 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Coesão Social e Desenvolvimento Humano” .....	84

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Quadro 19 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Coesão Social e Desenvolvimento Humano” .....	85
Quadro 20 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Coesão Social e Desenvolvimento Humano” .....	87
Quadro 21 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Coesão Social e Desenvolvimento Humano”, Oportunidades e Riscos. ....	90
Quadro 22 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Coesão Social e Desenvolvimento Humano” .....	93
Quadro 23 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Desenvolvimento Regional e Local .....	95
Quadro 24 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Desenvolvimento Regional e Local” .....	100
Quadro 25 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Desenvolvimento Regional e Local” .....	103
Quadro 26 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Desenvolvimento Regional e Local” .....	105
Quadro 27 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Desenvolvimento Regional e Local”, Oportunidades e Riscos. ....	108
Quadro 28 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Desenvolvimento Regional e Local” .....	110
Quadro 29 - Análise do fator crítico Eficiência energética .....	111
Quadro 30 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Eficiência Energética” .....	115
Quadro 31 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Eficiência energética” .....	116
Quadro 32 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Eficiência Energética” .....	118
Quadro 33 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Eficiência Energética”, Oportunidades e Riscos. ....	120
Quadro 34 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Eficiência Energética” .....	123
Quadro 35 - Análise de cenário no âmbito do fator crítico Ordenamento e qualificação do território .....	126
Quadro 36 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Ordenamento e qualificação territorial” .....	131



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO**

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Quadro 37 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Ordenamento e Qualificação Territorial” .....	132
Quadro 38 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Ordenamento e Qualificação Territorial” .....	134
Quadro 39 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Ordenamento e Qualificação Territorial”, Oportunidades e Riscos. ....	136
Quadro 40 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Ordenamento e Qualificação Territorial” .....	139
Quadro 41 - Quadro Final Síntese de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso).....	151



## Índice

Índice.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	7
2.OBJETIVOS.....	8
3.METODOLOGIA.....	9
4.OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO.....	10
4.1 Antecedentes.....	10
4.2 Questões Estratégicas.....	12
Objetivos Estratégicos.....	12
Prioridades.....	13
Linhas de Força.....	16
4.3 Grandes Opções Estratégicas.....	21
5.ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA.....	34
5.1 Biodiversidade e Conservação da Natureza.....	34
1. Descrição e Objetivos.....	34
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	35
3. Efeitos Esperados.....	37
4. Oportunidades e Risco.....	38
5. Quadro de Governança para a Ação.....	42
6. Plano de seguimento/monitorização.....	42
5.2 Qualidade Ambiental.....	54
1. Descrição e Objetivos.....	54
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	54
3. Efeitos Esperados.....	57

4. Oportunidades e Risco.....	59
5. Quadro de Governança para a Ação.....	65
6. Plano de seguimento/monitorização.....	65
5.3 Coesão Social e Desenvolvimento Humano.....	76
1. Descrição e Objetivos.....	76
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	76
3. Efeitos Esperados.....	79
4. Oportunidades e Risco.....	80
5. Quadro de Governança para a Ação.....	86
6. Plano de seguimento/monitorização.....	86
5.4 Desenvolvimento Regional e Local.....	94
1. Descrição e Objetivos.....	94
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	94
3. Efeitos Esperados.....	96
4. Oportunidades e Risco.....	97
5. Quadro de Governança para a Ação.....	104
6. Plano de seguimento/monitorização.....	104
5.5 Eficiência Energética.....	111
1. Descrição e Objetivos.....	111
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	111
3. Efeitos Esperados.....	112
4. Oportunidades e Risco.....	113
5. Quadro de Governança para a Ação.....	117
6. Plano de seguimento/monitorização.....	117



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

5.6 Ordenamento e Qualificação do Território .....	124
1. <i>Descrição e Objetivos</i> .....	124
2. <i>Situação Existente e Análise de Tendências</i> .....	124
3. <i>Efeitos Esperados</i> .....	126
4. <i>Oportunidades e Risco</i> .....	129
5. <i>Quadro de Governança para a Ação</i> .....	133
6. <i>Plano de seguimento/monitorização</i> .....	133
6.CONCLUSÃO .....	151
7.BIBLIOGRAFIA .....	154



## 1. INTRODUÇÃO

O Plano Diretor Municipal (PDM) para o Concelho de Vimioso é um instrumento de gestão territorial da responsabilidade do Município e encontra-se sujeito a um processo de Avaliação Ambiental (AA) de acordo com o Decreto-Lei nº316/2007 de 19 de Setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei nº46/2009 de 20 de Fevereiro, e pelo Decreto - Lei nº 232/2007 de 15 de Junho. Essa responsabilidade passa pela elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), determinando o âmbito e o alcance da mesma, respeitando o cumprimento de alguns requisitos, da respetiva consulta a entidades públicas e institucionais e do público.

De acordo com o artigo 6.º do Decreto - Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, juntamente com o plano ou programa sujeito a AA, a entidade responsável elabora um relatório ambiental (RA) no qual identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

No que diz respeito ao Envolvimento Público e Institucional e de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro), bem como do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, após a elaboração do Relatório Ambiental, e previamente à sua aprovação, a proposta de plano

e o respetivo Relatório Ambiental serão sujeitos a Discussão Pública. Neste contexto, de forma a assegurar um processo participativo, é instituída a consulta pública à qual o presente Resumo Não Técnico (RNT) da AAE dá suporte.





## **2.OBJETIVOS**

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) constitui um instrumento de avaliação, com a finalidade de atuar ao nível das decisões estratégicas definidas nos processos de planeamento, para o desenvolvimento do concelho. Tem como objetivo introduzir preocupações ambientais e de sustentabilidade, tentando garantir que os efeitos territoriais dos cenários adotados são previamente identificados e avaliados durante a elaboração do Plano e antes da sua conclusão e aprovação.

Assim sendo, o principal objetivo deste relatório é o de analisar a eficácia do processo ao nível municipal, analisando os principais constrangimentos e identificando as oportunidades de melhoria. Seguindo os critérios utilizados, à análise comparativa da estrutura e conteúdos presentes nos relatórios efetuados no âmbito da AAE, como o Relatório de Fatores Críticos (RFC) e o Relatório Ambiental (RA).

Com a AAE pretende-se essencialmente alcançar os seguintes objetivos:

- Indicar os cenários estrategicamente mais favoráveis, numa perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Contribuir para a definição das metas e objetivos específicos a atingir com a adoção do cenário selecionado como mais favorável;
- Detetar problemas e oportunidades, com a elaboração de programas de acompanhamento e monitorização.

Consubstancia-se assim, no Relatório Ambiental, a avaliação de diferentes cenários, considerando a construção do plano em causa e consequente comparação avaliativa do seu comportamento e dos seus efeitos na evolução dinâmica dos Fatores Críticos considerados. Incorporando sempre os valores ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão.



### **3.METODLOGIA**

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de maio, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2001/42/CE, de 27 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho e corporiza num contexto jurídico-administrativo a avaliação ambiental de determinados planos e programas, vulgarmente designada como Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

De uma forma geral, o processo da AAE desenvolve-se em diversos momentos:

- 1) Definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental, matérias contextualizadas no Relatório de Fatores Críticos (RFC), onde se inclui a determinação dos Fatores Críticos de Decisão (FCD) que são analisados no Relatório Ambiental;
- 2) Consulta Pública às entidades com competências no processo de AAE e integração dos pareceres e comentários efetuados no âmbito desta consulta, no Relatório Ambiental;
- 3) Elaboração do Relatório Ambiental com integração das questões ambientais relevantes para a análise do Plano;

- 4) Participação Pública (Proposta do Plano, Pareceres e Relatório Ambiental);
- 5) Elaboração da Declaração Ambiental (por parte da entidade responsável pela elaboração do Plano, no presente caso a Câmara Municipal) e aprovação pela Assembleia Municipal. Esta declaração destina-se a informar o público e as entidades consultadas sobre a decisão, mais propriamente, sobre a forma como as considerações ambientais foram tidas em consideração durante a preparação e elaboração do Plano, e apresentar o programa e as medidas de controlo. A declaração deve conter:
  - a) Uma síntese relativa às considerações ambientais do relatório ambiental que foram integradas no plano;
  - b) As observações apresentadas pelas entidades consultadas na discussão pública e o resultado da respetiva ponderação;
  - c) As razões que fundaram a aprovação do PMOT à luz de outras alternativas razoáveis abordadas aquando da respetiva elaboração;
  - d) As medidas de controlo previstas.
- 6) Execução do Plano de seguimento/monitorização da AAE. Nesta fase, a Câmara Municipal deve avaliar e controlar os



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

efeitos significativos do ambiente decorrentes da aplicação / execução do plano, verificando se estão a ser cumpridas as medidas constantes da Declaração Ambiental.

A metodologia adotada para a caracterização de cada um dos FCD definidos para a proposta de revisão do PDM de Vimioso envolveu a integração dos seguintes elementos:

- 1) Descrição e objetivos;
- 2) Situação existente e análise de tendências;
- 3) Efeitos esperados;
- 4) Oportunidades e risco;
- 5) Quadro de governança para a ação;
- 6) Plano de seguimento/monitorização.

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

### 4.OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO

#### 4.1 Antecedentes

Sendo o PDM o instrumento que gere o território, regulando o uso e a ocupação do solo, procura ainda caracterizar espacialmente as opções de desenvolvimento, traduzidos ao nível económico e social, com o intuito de defender e valorizar os recursos naturais e humanos.

O PDM de Vimioso, na sua situação atual, encontra-se descrito no relatório de estudos de caracterização executado em Março de 2011, onde são identificados os aspetos existentes do concelho de Vimioso. Estes aspetos abordam questões de índole socioeconómica, áreas ambientais, ordenamento e gestão do território e respetivos condicionantes e servidões de utilidade pública, entre outros.

São ainda identificadas alguns aspetos de proposta e outros de projetos não identificados no anterior PDM, mas atualmente em desenvolvimento.

O município de Vimioso à semelhança de tantos outros municípios, encontra-se em contexto de desertificação demográfica, onde a maior densidade populacional se encontra nas freguesias de Argozelo, Carção e na sede de concelho Vimioso.

Caracteriza-se por uma centralidade ibérica e periférica a nível nacional. O território do concelho de Vimioso faz parte da Região de Douro



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

e Alto de trás os Montes, que abrange as NUT III. Na lógica de integração do concelho de Vimioso com o espaço envolvente, a revisão do PDM, obedece à articulação com o PROT, quer no que respeita às novas propostas formuladas ao nível concelhio quer a sua articulação com as configurações para o conjunto regional, inserindo o território em causa nas redes de transportes internacionais envolventes ao mesmo. Para que tal suceda é importante a proposta reorganizativa da estrutura viária.

As dinâmicas territoriais registadas desde a publicação do PDM em 1995, como a forma desordenada da prática de urbanização, aliadas à tendência de deslocação das populações para os grandes centros, geraram um processo de abandono dos aglomerados urbanos, caracterizados em linguagem popular como “centros”. Destaca-se a construção nova, fora dos aglomerados urbanos, geralmente ao longo dos eixos viários, traduzindo-se numa imagem fragmentada e dispersa. A proposta considera a compactação de algumas áreas urbanas menos consolidadas afirmando um conjunto de polos que deverão robustecer o potencial policêntrico do concelho.

As áreas industriais foram, até então, uma medida de angariação representativa do sector secundário, com o intuito de aumentar a competitividade do sector, gerador de emprego. A situação atual encontra-se na segunda fase, propondo-se uma nova zona industrial em Vimioso, no intuito de captar a fixação de pessoas na freguesia, em detrimento da fuga para o concelho confinante de Bragança.

No que respeita à Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), apesar de algumas ações “erosivas”, o modelo atual,

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

com a introdução da Rede Natura 200, permanece válido. Contudo, a proposta sugere a recuperação de ecossistemas e a melhoria da disponibilidade dos recursos hídricos e sua preservação ambiental e paisagem associada.

De salientar, no entanto, consolidadas de algumas áreas com rendibilidade das atividades agrícolas e florestais que contribuíram para a salvaguarda da proteção e valorização ambiental da região, nomeadamente na sustentabilidade do património e recursos naturais (paisagem, água, solo, biodiversidade). O objetivo da agricultura prende-se com uma estratégia contributiva para a economia local.

A expansão urbanística e a intrusão menos cuidada de infraestruturas, sobretudo as rodoviárias, exerceram uma forte pressão em todos os sectores, para o qual se propõe estrategicamente a sua estabilização no PDM em busca de alterações sociais, culturais, económicas, urbanísticas, ambientais, entre outras.

Neste contexto territorial, a reflexão que levou à construção de uma visão estratégica para Vimioso, com cooperação de diversas políticas, baseou-se no desenvolvimento de cenários direcionados para a evolução da Região, organizados em torno de um número restrito de incertezas e de configurações que pudessem resolver essas incertezas no longo prazo (2023). O propósito será dar continuidade ao anterior PDM, adaptando-o sempre aos atuais tempos e futuros, e tentar antecipar a estratégia que definirá um futuro útil no espaço dos “Possíveis Futuros” do concelho de Vimioso.

## 4.2 Questões Estratégicas

### Objetivos Estratégicos

Foi considerado o cenário de um concelho, inserido na sociedade, vocacionado para a exploração sustentável de valores naturais, atrativo pelas suas singularidades e qualidades territoriais, natureza e posicionamento ibérico. A sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão social e territorial, a valorização do património, da cultural, da base produtiva, a competitividade internacional e a eficiência da governação serão as metas do desenvolvimento do concelho e por conseguinte, da região.

Consideraram-se cinco objetivos fundamentais para implementação da visão estratégica:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FUNDAMENTAIS	CONECTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
	COMPACTAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS
	SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO DA NATUREZA
	DINÂMICA DE QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL (preservação patrimonial) E COESÃO SOCIAL
	GOVERNAÇÃO EFICIENTE



As linhas estratégicas configuradas em fase de RFC (apresentadas seguidamente) são compreendidas nos cinco objetivos estratégicos (apresentados atrás):

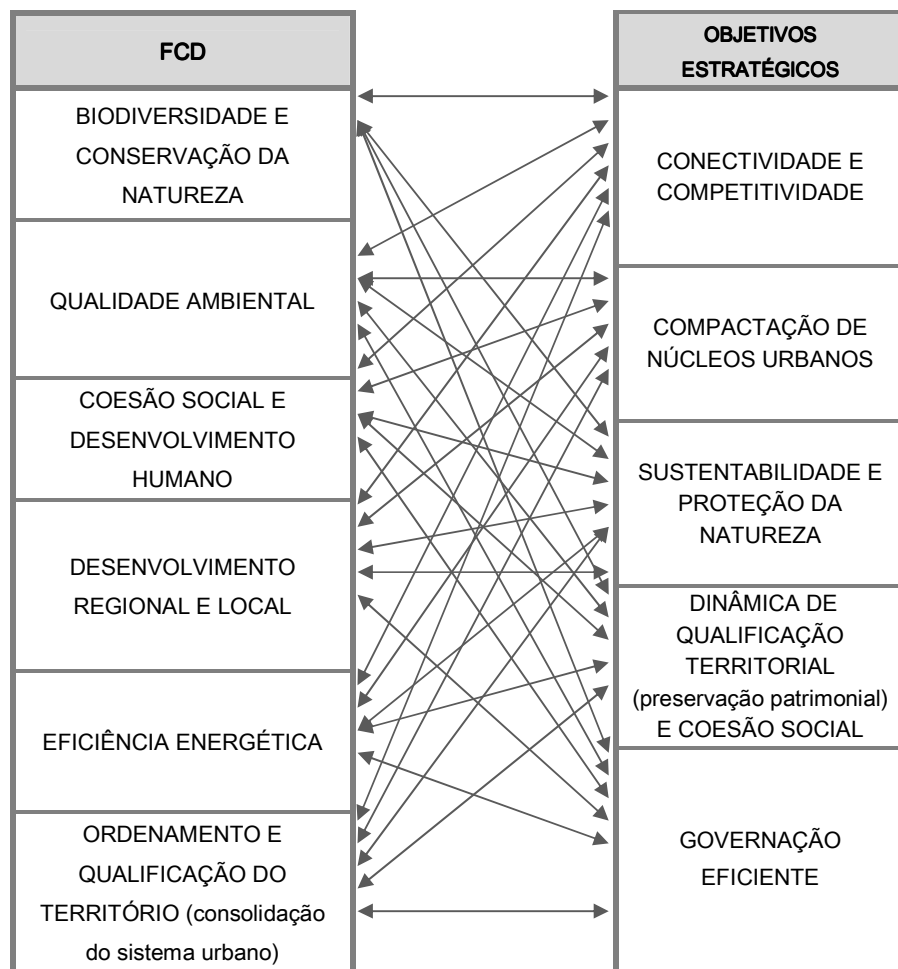
A Estratégia para Vimioso 2013-2023, centra-se em seis desafios cruciais para o seu desenvolvimento:

- Recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população;
- Potenciar eixos de desenvolvimento turístico;
- Promover um concelho ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente;
- Promover um concelho inovador, criativo e capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego;
- Afirmar a identidade de Vimioso num mundo globalizado;
- Criar um modelo de governo eficiente, participado e financeiramente sustentável.



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



Quadro 1 - Relação entre FCD e os Objetivos Estratégicos

### Prioridades

Os desafios foram vertidos para o PDM de Vimioso através da definição da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, articulando-se em torno de **quatro grandes prioridades estratégicas** (as linhas de força).

No ponto 3 seguinte, deste mesmo capítulo, sintetiza-se a avaliação dos cenários estratégicos realizada e discute-se as quatro grandes prioridades estratégicas, agora definidas e que são:

1. **Afirmar Vimioso nas redes ibéricas;**
2. **Promover a sustentabilidade e proteção da natureza;**
3. **Promover a qualificação territorial e social;**
4. **Estimular a participação e melhorar o modelo de governação.**

Pretende-se, assim, que o novo Plano Diretor Municipal traduzisse metas programáticas nos domínios do desenvolvimento económico e social, do planeamento territorial, da conservação da natureza, do fomento das atividades, das infraestruturas e dos equipamentos, estabelecendo bases da administração urbanística do município e definindo estratégias relativas às atividades produtivas a desenvolver.



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO**

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Desta forma, o quadro seguinte estabelece a relação entre as prioridades estratégicas definidas e as respetivas linhas de ação, analisadas no ponto seguinte do mesmo capítulo.



PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	LINHAS DE AÇÃO	
<b>1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas</b>	01	Melhorar as ligações regionais e internacionais
	02	Fixar e expandir as atividades intensivas em conhecimento e criatividade
	03	Consolidar Vimioso como destino turístico
	04	Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos locais
<b>2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza</b>	01	Garantir o funcionamento da REN
	02	Garantir o funcionamento dos sistemas naturais
	03	Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade
	04	Evitar e mitigar riscos
	05	Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade
	06	Potenciar uma mobilidade mais sustentável
	07	Promover o turismo de natureza
	08	Promover os sectores agrícola e florestal
<b>3. Promover a qualificação territorial e social</b>	01	Contrariar a tendência de alastramento da urbanização
	02	Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais
	03	Reforçar a conectividade regional
	04	Promover a reabilitação e recuperação do existente
	05	Estimular a vida de proximidade
	06	Valorizar o património e promover a criação artística e cultural
	07	Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados
<b>4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação</b>	01	Modernizar os serviços
	02	Estimular a partilha e o acesso à informação
	03	Simplificar os procedimentos administrativos
	04	Reforçar o potencial local
	05	Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

Quadro 2 - Objeto de Avaliação da AAE





## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

### Linhas de Força

As grandes linhas de força que conduzem a proposta de revisão do PDM de Vimioso são (conforme abordado anteriormente) as grandes prioridades estratégicas:

- 1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas;**
- 2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza;**
- 3. Promover a qualificação territorial e social;**
- 4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação.**

Estas linhas de força concretizam-se a partir de objetivos estratégicos de desenvolvimento territorial, implícitos nas linhas de ação apresentadas no quadro 2.

Desta forma, apresenta-se de seguida, segundo cada linha de força, os objetivos estratégicos de cada linha de ação disposta no quadro 2.

#### **1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas**

##### 01. Melhorar as ligações regionais e internacionais

- Assegurar que as decisões de localização das infraestruturas e equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades económicas tenham como princípio a preservação da sustentabilidade;
- Salvar os habitats naturais das zonas adjacentes, às das propostas de implementação das infraestruturas e equipamentos;

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

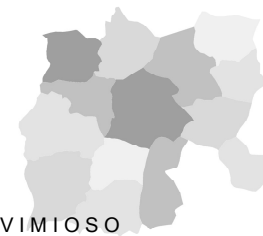
- Estabelecer uma rede viária estruturante, promovendo a melhoria da mobilidade.

##### 02. Fixar e expandir as atividades intensivas em conhecimento e criatividade

- Reforçar o protagonismo Ibérico e os seus fatores de atratividade nas áreas dos serviços financeiros e às empresas, da I&D, do turismo, das indústrias criativas, do conhecimento e da cultura;
- Melhorar a qualidade da mobilidade e ampliar a “Ibero modalidade”.

##### 03. Consolidar Vimioso como destino turístico

- Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um fator de competitividade;
- Revitalizar funcional e demograficamente o concelho de Vimioso, atraindo novos segmentos populacionais;
- Criação de áreas a urbanizar (reabilitar) para dinamização da atividade turística, implementando um quadro normativo que viabilize o desenvolvimento deste sector;
- Estimular o robustecimento do Turismo, com a criação de alojamento e serviços de apoio;
- Promover funcionalmente a ligação do Parque de Campismo de Vimioso às Piscinas Municipais e ao Campo de Ténis, por meio da proposta de construção de uma ciclovía/caminho pedonal, com extensão de aproximadamente 2,5 Km.



## **AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO**

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

### 04. Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos locais

- Assegurar as atividades económicas instaladas, privilegiando as que apresentam vocação exportadora e as relacionadas com os produtos da região;
- Consolidar as principais áreas de concentração de atividades como motor de desenvolvimento económico, fixando o investimento e a programação de inovação no concelho;
- Proteger e promover os produtos regionais de qualidade;
- Promover a criação de emprego e a melhoria de competitividade.

## **2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza**

### 01. Garantir o funcionamento da REN

- Promover e manutenção como áreas de excelência para o funcionamento do sistema ecológico;
- Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e do ciclo da água.

### 02. Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

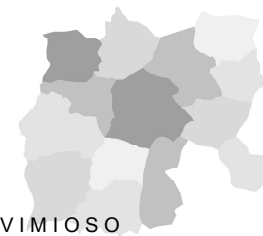
- Salvaguardar os habitats naturais;
- Assegurar um eficaz ordenamento dos corredores ecológicos: Montezinho – Sabor – Douro – Douro Internacional, e Douro Internacional – Angueira – Sabor.

### 03. Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade

- Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das atividades humanas com a natureza;
- Assegurar o aproveitamento para o lazer e o recreio compatível com os valores ecológicos em presença;
- Preservar e valorizar as áreas de interesse agrícola e florestal, de recursos naturais, de conservação dos mesmos e da biodiversidade de forma sustentável;
- Preservar o património ambiental.

### 04. Evitar e mitigar riscos

- Assegurar uma ocupação territorial adequada à suscetibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e outros.
- Combater a desflorestação, com a formulação de projetos e programas de melhoria dos sistemas e práticas agrícolas e da gestão dos recursos florestais e de queimadas florestais, e de desenvolvimento do sector de energia lenhosa;
- Mitigar os efeitos da seca grave e/ou desertificação, através da adoção de medidas técnicas apropriadas apoiadas em acordos de cooperação ibéricas e de outras parcerias. Como estratégias relativas à reabilitação, conservação e uso sustentado dos recursos hídricos e terrestres, tendo em vista o aumento da produtividade dos solos e a melhoria das condições de vida das pessoas.



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

### 05. Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade

- Planear o aproveitamento sustentável e a criação de potenciais usos e atividades associadas à energia;

Reduzir a dependência energética, promovendo as energias renováveis e de cogeração.

### 06. Potenciar uma mobilidade mais sustentável

- Promover o desporto, caminhadas, bicicleta...

### 07. Promover o turismo de natureza

- Promover a concretização do Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso, em São Joanico;

- Promover a concretização do Complexo Termal da Terronha;

- Valorizar e preservar os fatores distintivos da atratividade turística do concelho, a paisagem natural e cultural.

### 08. Promover os sectores agrícola e florestal

- Contextualizar os espaços agrícolas florestais, especialmente os de elevado potencial produtivo no processo de ordenamento urbano;

- Controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal;

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Promover a qualificação agrícola, florestal e pecuária como motor de desenvolvimento sustentável;

- Salvar as áreas agrícolas, florestais e naturais de grande valor ambiental e produtivo;

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal.

## 3. Promover a qualificação territorial e social

### 01. Contrariar a tendência de alastramento da urbanização

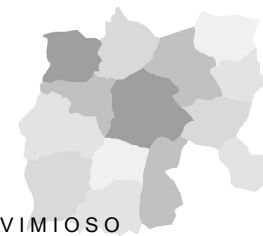
- Ajustar as áreas urbanizadas e programar as urbanizáveis em função da ocupação efetiva ou comprometimento legal de ocupação, das necessidades infraestruturais, e das áreas de risco à edificação;

- Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo os aglomerados urbanos estruturantes;

- Ordenar a estrutura do território da área intersticial dos eixos consolidados de todos os aglomerados urbanos, com exceção em Vimioso, Argozelo, Santulhão e Carção, por serem aglomerados urbanos estruturadores, com índice populacional superior às restantes freguesias.

- Promover a qualificação do território contendo a densificação e requalificação das áreas urbanas degradadas;

- Definir UOPG para organização espacial do território como é o caso das zonas industriais, dinamizando as novas atividades económicas e logísticas.



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

### *02.Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais*

- Ajustar as características do ordenamento rural à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com o povoamento disperso característico do município e com dimensão de propriedade;
- Controlar as pressões urbanísticas e conter a densificação, promovendo um desenvolvimento urbano apenas nos aglomerados urbanos estruturadores, reforçando o papel estruturante dos núcleos rurais;
- Organizar uma rede de centros de excelência em espaço rural;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

### *03.Reforçar a conectividade regional*

- Coresponsabilização, envolvendo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão das zonas de Rede natura 2000 com a comunidade regional, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, através da aplicação não só dos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador, mas também de formas institucionais e de cooperação das concelhias contidas na Rede Natura 2000.

### *04.Promover a reabilitação e recuperação do existente*

- Inverter os processos de degradação física e funcional do parque edificado;

- Assegurar a concretização dos objetivos estratégicos, nomeadamente as intervenções de requalificação e reconversão urbanística;
- Promover a reabilitação urbana, a revitalização do comércio tradicional, valorização do ambiente e do espaço público e a qualificação dos equipamentos e dos serviços de proximidade;
- Simplificar e regular os processos de reabilitação, por forma, a que os mesmos sejam de solução mais célebre e rápida, propulsionando o investimento;
- Facilitar a aprovação e isentar de taxas as obras de recuperação de edifícios.

### *05.Estimular a vida de proximidade*

- Valorização dos aglomerados existentes pela requalificação urbanística / paisagística das “aldeias”, valorizando as relações de vizinhança, e promovendo novas funções económicas de promoção territorial.

### *06.Valorizar o património e promover a criação artística e cultural*

- Assegurar a valorização, a promoção e a proteção do relevante património natural e histórico-cultural existente;
- Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de proteção e incentivo à conservação;



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO**

- Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades, nos processos de ordenamento;
- Reforçar o turismo cultural nas estratégias de desenvolvimento local e garantir o desenvolvimento sustentável do segmento turístico de “natureza”.

### 07.Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados

- Promover o ordenamento integrado, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial agrícola;
- Adequar os usos a limites de exposição sonora (“Zonas Mistas”, “Zonas Sensíveis”) e condicionamento da edificação em “Zonas de Conflito”;
- Restringir a edificação em áreas de risco geotécnico;
- Penalizar as novas construções, sobretudo fora dos principais aglomerados, através de tributação de IMI e com taxas de licenciamento.

## **4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação**

### 01.Modernizar os serviços

- Intensificar os processos de modernização e afirmação dos serviços municipais;

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

- Melhorar a eficiência, eliminando as redundâncias e reorganizando os serviços;
- Reforçar a gestão de riscos, da responsabilização, da transparência e da monitorização dos serviços.

### 02.Estimular a partilha e o acesso à informação

- Desenvolver redes de conectividade digital e de promoção;
- Combater o abandono escolar precoce e melhorar a qualidade do ensino e formação profissional, com o objetivo de aumentar a qualidade do capital humano, tendo como consequência a partilha e o acesso à informação.

### 03.Simplificar os procedimentos administrativos

- Coordenar os procedimentos de diversos níveis da Administração Pública e dos níveis e especificidades regionais/locais, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão, seguindo o princípio da subsidiariedade.

### 04.Reforçar o potencial local

- Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um fator de competitividade;
- Planear e programar o desenvolvimento turístico na perspetiva de ancorar e controlar pressões urbanísticas sobre os espaços rurais;



## AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO

- Promover a criação de emprego e facilitar a transição dos trabalhos entre várias atividades, empresas e setores.

### 05. Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

- Estimular a participação de atividades associadas à natureza e biodiversidade e a revitalização das aldeias;

- Potenciar o ativo envolvimento do público, reforçando a consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial;

- Fortalecer as redes de apoio social;

- Minorar os desajustamentos do mercado de trabalho.

## 4.3 Grandes Opções Estratégicas

As grandes opções estratégicas desta primeira Revisão do PDM de Vimioso assentam nos seus cenários de desenvolvimento para o horizonte de 2023 (passados 10 anos aquando a previsão da sua aprovação), sugerindo implicações demográficas, ambientais, do modelo territorial e, como consequência, de sustentabilidade.

Apresentam-se os resultados coerentes com os cenários desenvolvidos em função de um direcionamento mais favorável. Considerou-

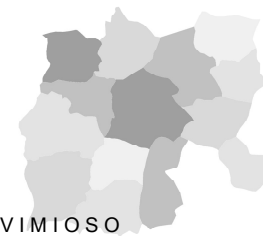
## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

se, partir de uma perspetiva otimista de orientação global estratégica, no sentido de causar uma interpretação equilibrada do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade. A avaliação dos cenários e das opções consideradas para evitar ou reduzir os efeitos menos positivos, asseguram o cumprimento dos objetivos estratégicos, ou seja, identificam-se as opções que melhor realizam ganhos ambientais e evitam ou reduzem os efeitos negativos, para garantir os efeitos de sustentabilidade.

Entenda-se por desenvolvimento sustentável, o arranjo político, socioeconómico, cultural, ambiental e tecnológico que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras.

No que respeita ao Quadro de Referência Estratégico, indicam-se os documentos mais relevantes para a avaliação, fazendo a sua correspondência com os objetivos e estratégia da Revisão do PDM.

Os documentos do Quadro de Referência Estratégico para a avaliação são: o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT); o Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH do Douro); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); Plano Sectorial da Rede Natura 200 (PNRN2000); Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROFN); Estratégia Nacional para as Florestas (ENF); Plano Rodoviário Nacional (PRN); Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020; Plano Estratégico para os



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO**

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) 2007 - 2016; Estratégia Natural para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015; Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) 2014-2020; Programa Operacional Regional do Norte (PORN) 2014-2020; Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do concelho de Vimioso (PMEPC); Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) 2014-2020; Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 – 2013 (apesar de o QREN ter a sua finalização em 2013, segundo o estipulado em sede de programa do governo atual, o mesmo deverá ser alargado até 2015); Plano Nacional da Água (PNA); Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA); Plano Nacional da para as Alterações Climáticas (PNAC) e Diretiva Quadro da Água (DQA).

Seguidamente apresenta-se o quadro com a relação dos objetivos estratégicos e respetivas linhas de força com o Quadro de referência Estratégico, fazendo a correspondência com os Fatores Críticos de Decisão que mais se caracterizam com os respetivos objetivos, apesar de em todos eles ser possível encontrar correspondência.



# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

# REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Melhorar as ligações regionais e internacionais	Assegurar que as decisões de localização das infraestruturas e equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades económicas tenham como princípio a preservação da sustentabilidade	PNPOT; PRN; PETI3+	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Salvaguardar os habitats naturais das zonas adjacentes, às das propostas de implementação das infraestruturas e equipamentos	ENCNB; PNRN 2000; PROFN; ENF	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Estabelecer uma rede viária estruturante, promovendo a melhoria da mobilidade	PNPOT; PRN; PETI3+; QREN	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
Fixar e expandir as atividades intensivas em conhecimento e criatividade	Reforçar o protagonismo Ibérico e os seus fatores de atratividade nas áreas dos serviços financeiros e às empresas, da I&D, do turismo, das indústrias criativas, do conhecimento e da cultura	PROFN; ENF; QREN	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local
	Melhorar a qualidade da mobilidade e ampliar a “Ibero modalidade”	PRN; PETI3+; QREN	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
Consolidar Vimioso como destino turístico	Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um fator de competitividade	ENDS; QREN	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Revitalizar funcional e demograficamente o concelho de Vimioso, atraindo novos segmentos populacionais	ENDS; QREN	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Criação de áreas a urbanizar (reabilitar) para dinamização da atividade turística, implementando um quadro normativo que viabilize o desenvolvimento deste sector	PNPOT; PERSU; ENDS	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética, Ordenamento e Qualificação do Território
	Estimular o robustecimento do Turismo, com a criação de alojamento e serviços de apoio	PERSU; ENDS; QREN	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover funcionalmente a ligação do Parque de Campismo de Vimioso, às Piscinas Municipais e ao campo de ténis por meio da proposta de construção de uma ciclovia / caminho pedonal, com extensão de aproximadamente 2,5 Km. Esta proposta definida em zona de equipamentos de Vimioso	PNPOT; QREN	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão





<b>LINHAS DE FORÇA</b>	<b>OBJECTIVOS</b>	<b>QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA</b>	<b>FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO</b>
Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos locais e oriundos de Trás-os-Montes	Assegurar as atividades económicas instaladas, privilegiando as que apresentam vocação exportadora e as relacionadas com os produtos da região	PERSU;ENDS; QREN;	Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Consolidar as principais áreas de concentração de atividades como motor de desenvolvimento económico, fixando o investimento e a programação de inovação no concelho	PERSU;ENDS; QREN	Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
	Proteger e promover os produtos regionais de qualidade	PERSU;ENDS; QREN	Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Promover a criação de emprego e melhoria de competitividade	PERSU;ENDS; QREN; PANDC;POSEUR	Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Garantir o funcionamento da REN	Promover e manutenção como áreas de excelência para o funcionamento do sistema ecológico	ENCNB; PNPOT; PNRN 2000; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental
	Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e do ciclo da água	ENCNB; PNPOT; ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC; PNA; PNUEA; DQA	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Eficiência Energética
Garantir o funcionamento dos sistemas naturais	Salvaguardar os habitats naturais	ENCNB; PNPOT; PNRN 2000; PROFN; ENF; ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental
	Assegurar um eficaz ordenamento dos corredores ecológicos: Montezinho – Sabor – Douro – Douro Internacional, e Douro Internacional – Angueira – Sabor	ENCNB; PNPOT; PNRN 2000; PROFN; ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental
Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade	Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das atividades humanas com a natureza	ENCNB; PNPOT; PNRN 2000; PROFN; ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC; QREN	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Assegurar o aproveitamento para o lazer e o recreio compatível com os valores ecológicos em presença	PNPOT;ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC; QREN	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
	Preservar e valorizar as áreas de interesse agrícola e florestal, de recursos naturais, de conservação dos mesmos e da biodiversidade de forma sustentável	PNPOT;ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC; QREN; PROFN; ENF; PNRN 2000; ENCNB	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Eficiência Energética
	Preservar o património ambiental, como é o caso das Minas de Argozelo	PNPOT;ENDS; PNAC; QREN; PROFN; ENF; PNRN 2000; ENCNB	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local



**Quadro 3 -** Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão

<b>LINHAS DE FORÇA</b>	<b>OBJECTIVOS</b>	<b>QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA</b>	<b>FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO</b>
Evitar e mitigar riscos	Assegurar uma ocupação territorial adequada à suscetibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e outros	PNPOT;ENDS; PGRH DO DOURO; PROFN; ENDS; PNRN 2000	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Combater a deflorestação, com a formulação de projetos e programas de melhoria dos sistemas e práticas agrícolas e da gestão dos recursos florestais e de queimadas florestais, e de desenvolvimento da do sector de energia lenhosa	PNPOT;ENCNB; PROFN; ENF; ENDS; PNRN 2000; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Eficiência Energética, Ordenamento e Qualificação do Território
	Mitigar os efeitos da seca grave e/ou desertificação, através da adoção de medidas técnicas apropriadas apoiadas em acordos de cooperação ibéricas e de outras parcerias. Como estratégias relativas à reabilitação, conservação e uso sustentado dos recursos hídricos e terrestres, tendo em vista o aumento da produtividade dos solos e a melhoria das condições de vida das pessoas	PNPOT;PGRH DO DOURO; ENCNB; PNR; ENDS; PNRN 2000; PNA; PNUEA; PNAC; DQA	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade	Planear o aproveitamento sustentável e a criação de potenciais usos e atividades associadas à energia	PGRH DO DOURO; PROFN; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
	Reduzir a dependência energética, promovendo as energias renováveis e de cogeração	PGRH DO DOURO; PROFN; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Qualidade Ambiental, Eficiência Energética
Potenciar uma mobilidade mais sustentável	Promover o desporto, caminhadas, bicicleta...	ENCNB; PNRN 2000; PNR; ENDS; PNAC ;PANDC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Promover o turismo de natureza	Promover a concretização do Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso, em São Joanico	ENCNB; PNRN 2000; PNR; ENDS; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Valorizar e preservar os fatores distintivos da atratividade turística do concelho, a paisagem natural e cultural	ENCNB; PNRN 2000; PNR; ENDS; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local

**Quadro 3 -** Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Promover os sectores agrícola e florestal	Contextualizar os espaços agrícolas florestais, especialmente os de elevado potencial produtivo no processo de ordenamento urbano	PNPOT;ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
	Controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal	PNPOT;ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover a qualificação agrícola, florestal e pecuária como motor de desenvolvimento sustentável	ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e naturais de grande valor ambiental e produtivo	ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Contrariar a tendência de alastramento da urbanização	Ajustar as áreas urbanizadas e programar as urbanizáveis em função da ocupação efetiva ou comprometimento legal de ocupação, das necessidades infraestruturais, e das áreas de risco à edificação	PNPOT;PGRH DO DOURO; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC;PORN	Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo os aglomerados urbanos estruturantes	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Desenvolvimento Regional e Local, Eficiência Energética, Ordenamento e Qualificação do Território
	Ordenar a estrutura do território da área intersticial dos eixos consolidados de todos os aglomerados urbanos, com exceção em Vimioso, Argozelo, Santulhão e Carção, por serem aglomerados urbanos estruturadores, com índice populacional superior às restantes freguesias.	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover a qualificação do território contendo a densificação e requalificação das áreas urbanas degradadas	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Definir UOPG para organização espacial do território como é o caso das zonas industriais dinamizando as novas atividades económicas e logísticas	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC; PETI3+;	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais	Ajustar as características do ordenamento rural à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com o povoamento disperso característico do município e com dimensão de propriedade	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Controlar as pressões urbanísticas e conter a densificação, promovendo um desenvolvimento urbano apenas nos aglomerados urbanos estruturadores, reforçando o papel estruturante dos núcleos rurais	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Organizar uma rede de centros de excelência em espaço rural	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	PNPOT; PNR; QREN; PERSU; ENDS; PNAC; PNA	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
Reforçar a conectividade regional	Coresponsabilização, envolvendo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão das zonas de Rede natura 2000 com a comunidade regional, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, através da aplicação não só dos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador, mas também de formas institucionais e de cooperação das concelhias contidas na Rede Natura 2000	PNPOT; PNR; QREN; PERSU; PNRN 2000; ENDS; PNAC; PNA	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Eficiência Energética, Ordenamento e Qualificação do Território
Promover a reabilitação e recuperação do existente	Inverter os processos de degradação física e funcional do parque edificado	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território
	Assegurar a concretização dos objetivos estratégicos, nomeadamente as intervenções de requalificação e reconversão urbanística	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover a reabilitação urbana, a revitalização do comércio tradicional, valorização do ambiente e do espaço público e a qualificação dos equipamentos e dos serviços de proximidade	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território
	Simplificar e regular os processos de reabilitação, por forma, a que os mesmos sejam de solução mais célebre e rápida, propulsionando o investimento	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Facilitar a aprovação e isentar de taxas as obras de recuperação de edifícios	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Estimular a vida de proximidade	Valorização dos aglomerados existentes pela requalificação urbanística / paisagística das “aldeias”, valorizando as relações de vizinhança, e promovendo novas funções económicas de promoção territorial	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
Valorizar o património e promover a criação artística e cultural	Assegurar a valorização, a promoção e a proteção do relevante património natural e histórico-cultural existente	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Ordenamento e Qualificação do Território
	Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de proteção e incentivo à conservação	PNPOT; ENCNB; ENDS; PNRN 2000; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território
	Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades, nos processos de ordenamento	PNPOT; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local,
	Reforçar o turismo cultural nas estratégias de desenvolvimento local e garantir o desenvolvimento sustentável do segmento turístico de “natureza”	PNPOT; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local
Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados	Promover o ordenamento integrado, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial agrícola	PNPOT; ENCNB; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC; PERSU; PRN	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Adequar os usos a limites de exposição sonora (“Zonas Mistas”, “Zonas Sensíveis”) e condicionamento da edificação em “Zonas de Conflito”	PNPOT; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC; PERSU; PRN	Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Eficiência Energética
	Restringir a edificação em áreas de risco geotécnico	PNPOT; ENCNB; ENDS; PNRN 2000	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Penalizar as novas construções, sobretudo fora dos principais aglomerados, através de tributação de IMI e com taxas de licenciamento	PNPOT; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC; PERSU; PRN	Ordenamento e Qualificação do Território
Modernizar os serviços	Intensificar os processos de modernização e afirmação dos serviços municipais	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Melhorar a eficiência, eliminando as redundâncias e reorganizando os serviços	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Reforçar a gestão de riscos, da responsabilização, da transparência e da monitorização dos serviços	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local

**Quadro 3** - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Estimular a partilha e o acesso à informação	Desenvolver redes de conectividade digital e de promoção	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Combater o abandono escolar precoce e melhorar a qualidade do ensino e formação profissional, com o objetivo de aumentar a qualidade do capital humano, tendo como consequência a partilha e o acesso à informação	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Simplificar os procedimentos administrativos	Coordenar os procedimentos de diversos níveis da Administração Pública e dos níveis e especificidades regionais/locais, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão, seguindo o princípio da subsidiariedade	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Reforçar o potencial local	Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um fator de competitividade	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Planear e programar o desenvolvimento turístico na perspectiva de ancorar e controlar pressões urbanísticas sobre os espaços rurais	PNPOT; PRN; PNUEA; PNA; PERSU; QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover a criação de emprego e facilitar a transição dos trabalhos entre várias atividades, empresas e setores	QREN; ENDS;PNA; PNR	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação	Estimular a participação de atividades associadas à natureza e biodiversidade e a revitalização das aldeias	PNPOT; PRN; PNUEA; PNA; PERSU; QREN; ENDS	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Potenciar o ativo envolvimento do público, reforçando a consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Fortalecer as redes de apoio social	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Minorar os desajustamentos do mercado de trabalho	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local

**Quadro 4** - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



## **AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO**

A reflexão que levou à construção das grandes opções estratégicas para Vimioso baseou-se no desenvolvimento de Cenários contrastados da evolução da Região, organizados segundo um número restrito de Incertezas e de contrastes que possam solucionar essas incertezas a longo prazo (2023). Assim, chegou-se a 3 cenários possíveis - Continuidade, Adaptação e Antecipação - que exploram de forma útil os “Futuros Possíveis” para Vimioso (dependendo das circunstâncias externas à sua influência).

Os Cenários são construídos a partir de Incertezas, e de questões com forte impacto na dinâmica futura de crescimento e projeção Ibérico - internacional do concelho de Vimioso, podendo resultar distintas evoluções num horizonte para 2023. Dependendo das estratégias de turismo e empresariais, das políticas públicas e de evoluções do próprio enquadramento ibérico. Estas Incertezas foram selecionadas na tentativa de terem uma forte independência entre as mesmas (para que a evolução em cada uma não determine inequivocamente a evolução nas outras, embora naturalmente se possam mutuamente influenciar).

Seguidamente apresentam-se os conteúdos básicos dos três cenários de desenvolvimento apresentados.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

### **CENÁRIO DE CONTINUIDADE:**

O cenário de continuidade apresenta-se sob a continuidade do desenvolvimento do PDM (atualmente em vigor) sem qualquer tipo de revisão do mesmo.

O concelho de Vimioso é uma das regiões do extremo Nordeste de Portugal onde o maior sector de atividade se concentra principalmente no sector terciário.

Esta região tenta hoje expandir-se a partir do seu território e paisagem de grandes valores naturais dotando-se das valências naturais geográficas, para a exploração Turística e de produção de produtos agrícolas e agroalimentares.

O concelho de Vimioso, apesar da sua função maioritariamente terciária, desenvolver-se-ia sobretudo como um destino turístico, com competitividade assente na exploração de recursos naturais e numa economia de acolhimento de atividades, entidades e eventos sobretudo orientados para os sectores do entretenimento e lazer.

Continuaria a expansão urbana fora das áreas centrais dos aglomerados, conquistando novos terrenos, para novas construções, com o abandono de habitação mais antigas, continuando a ampliação da renda fundiária a assentar principalmente na conversão de terrenos agrícolas para funções urbanas;

Ao nível demográfico, considerar-se-ia um crescimento suave a médio, com prolongamento/acentuação dos desequilíbrios demográficos



## **AValiação Ambiental Estratégica –Resumo Não Técnico**

internos (continuando a tendência atual), com perda de população no concelho e forte crescimento nos concelhos limítrofes. Considerar-se-ia um processo acelerado de envelhecimento da população e necessidade de recurso à imigração.

Nos últimos anos assistiu-se a algumas transformações na dinâmica económica do concelho, principalmente na sede do mesmo devido ao seu “espaço” de influência (como sede do concelho onde a maioria dos serviços se concentra):

- Um crescimento, mesmo que pouco acentuado, no sector de serviços virado para o mercado interno;
- Um crescimento na industrialização (exemplo: realizada por uma empresa de transformação agropecuária; empresa de transformação de mel,...entre outras);
- Um crescimento urbano, realizado essencialmente de forma espontânea, em função das estradas existentes, muito consumidor de espaço e gerador de abandono das construções situadas dentro dos aglomerados urbanos;
- Um investimento em infraestruturas de acolhimento de eventos desportivos e culturais, de transportes principalmente para o serviço escolar, de tratamento de resíduos sólidos urbanos, abastecimento de água e drenagem de águas residuais, de rede elétrica, de telecomunicações;
- Uma mudança demográfica e social que ressalta a quebra de natalidade e o início de um acelerado processo de envelhecimento da população.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

### **CENÁRIO DE ADAPTAÇÃO:**

No cenário de adaptação, o concelho de Vimioso, para além das suas funções principais se afirmarem no setor terciário, afirmar-se-ia a nível ibérico com os serviços de turismo de elevada qualidade e serviços de saúde e termais; mas ao contrário do cenário anterior, afirmar-se-ia também em mais atividades de base industrial com competências e conhecimentos, sendo exemplos as comunicações, transportes comerciais e indústrias criativas e transformadoras de agropecuárias; e desempenharia funções mais sofisticadas enquanto plataforma de integração e serviços associadas às empresas ibéricas, incluindo uma vertente de I&D.

A intervenção na área energética e de mobilidade poderia ser orientada para a inovação e antecipação de soluções:

- Generalização da utilização de energias renováveis nos edifícios residenciais e de serviços, a partir de recursos naturais.

As questões da Sustentabilidade não levariam a intervenções profundas na organização do território por razões que se prendem com a prevenção de riscos ambientais, ficando a intervenção nesta área centrada na elevação das exigências quer de localização quer de características construtivas nas novas habitações.

Na sede do concelho continuariam a concentrar-se as principais atividades nas áreas do Conhecimento, Saúde, Entretenimento e Cultura,





## **AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO**

assistindo-se a uma forte expansão urbanística que se desenvolveria sobretudo como espaço residencial.

Continuaria a expansão urbana fora dos perímetros urbanos do concelho, conquistando novos terrenos, com abandono e demolição de habitação mais antigas, continuando a ampliação da renda fundiária a assentar principalmente na conversão de terrenos agrícolas para funções urbanas. Como resultado manter-se-ia um padrão de desqualificação urbana.

Ao nível demográfico, considerar-se-ia um crescimento moderado e reforçado pelo equilíbrio demográfico interno, com uma inclusão do crescimento em Vimioso, principalmente na sede do concelho, a partir do impacto positivo da população imigrante. De referir que este cenário admite que relativamente às taxas migratórias, Vimioso voltaria a atrair população, pela ausência de autonomia profissional e financeira nos grandes centros urbanos.

### **CENÁRIO DE ANTECIPAÇÃO:**

O concelho de Vimioso afirmar-se-ia como:

- Um centro ibérico produtivo, de comercialização dos seus produtos e de turismo: com indústrias de apoio à produção; serviços às empresas; serviços logísticos; turismo de elevada qualidade e serviços de saúde, com aposta no turismo sustentável, de natureza, saúde e bem-estar, e aventura; na instalação de centros de formação de empresas ibéricas;

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

- Um espaço de atividades de base promocional das produções regionais, com grande intensidade em competências e conhecimentos, sendo exemplos as comunicações e eletrónica;

- Uma plataforma de integração e serviços associados às empresas locais de economia emergentes, incluindo uma vertente de competências e de I&D.

O concelho de Vimioso vê fortemente reforçada a sua conectividade ibérica, por via de infraestruturas, serviços e operadores globais, associados ao transporte rodoviário de ligações a Espanha e a Bragança; a combinação das novas ligações terrestres com grande capacidade de circulação aproxima o centro urbano e a fronteira de expansão para a Europa, fazendo de Vimioso uma região atrativa para investimentos vários, comercialização dos produtos, captação de pessoas, ...

A mobilidade é resolvida a partir da combinação das redes rodoviárias, com a constituição de nós de interface comuns ao centro do concelho e a todos os canais que propiciem uma circulação mais rápida e segura, assim como a multiplicação da oferta de soluções de mobilidade.

A intervenção na área energética centra-se na mudança nas redes de abastecimento energético, no sentido da eletricidade distribuída seja a partir de produção de energia eólica, solar (energias renováveis), a utilização de biomassa e do biogás; em termos de mobilidade urbana deverá ser dada primazia à redução das necessidades de mobilidade por recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação.



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

Neste Cenário, assiste-se a um crescimento demográfico acentuado, e por consequência urbano, no concelho de Vimioso e nos centros à volta do concelho (ex.: Bragança, Mogadouro, Miranda do Douro, Macedo de Cavaleiros). Haverá uma forte implantação de atividades de serviços e indústria produtiva, geradoras de emprego em Vimioso. No concelho de Vimioso, surgirá uma nova localização para serviços a oferecer ao mercado internacional.

Serão captados um conjunto de atividades na área do Conhecimento, Saúde e Cultura/Lazer, atraindo um conjunto de atividades e serviços e indústrias tecnologicamente mais sofisticadas.

As questões da sustentabilidade levam a intervenções profundas na organização do território por razões que se prendem com a prevenção de riscos ambientais; neste Cenário assiste-se a uma realocação gradual de atividades estratégicas e de concentrações polarizadas.

Vimioso oferece uma variedade de oportunidades de emprego com elevada qualificação, ao mesmo tempo que absorve recursos humanos, multiplicam-se serviços associados à eficiência energética, à produção agrícola e agropecuária, à manutenção urbana, bem como a serviços de proximidade.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

### **Grande Opção Estratégica**

O futuro do concelho de Vimioso pode ter distintas evoluções num horizonte 2023, dependendo em parte de estratégias empresariais privadas, de políticas públicas e das evoluções do próprio enquadramento internacional.

Assim sendo, a estratégia proposta, como sendo a grande opção desta revisão é a descrita em seio do **cenário de antecipação**, é o que direciona o concelho para os efeitos mais favoráveis.

Considera-se assim, este cenário, como a orientação estratégica global, para o concelho de Vimioso.



## 5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

Neste capítulo apresenta-se, por FCD, a descrição e respetivos objetivos, a situação existente e análise de tendências (com as ressalvas já descritas na secção anterior), os efeitos esperados, as oportunidades de risco, o quadro de governança para a ação e o plano de seguimento/monitorização.

Para a avaliação recorreu-se ao desenvolvimento de matrizes de interpretação de oportunidades e riscos, ao que se segue a respetiva justificação analítica sobre a expressão das estratégias no modelo territorial. As lacunas estratégicas e/ou a ausência de medidas que consubstanciem as estratégias propostas pelo plano vêm refletidas na justificação correspondente à avaliação de cada FCD. As propostas que visam colmatar essas lacunas tendo em conta o ordenamento sustentável do território concelhio são definidas nas diretrizes para seguimento.

### 5.1 Biodiversidade e Conservação da Natureza

#### 1. Descrição e Objetivos

Com este fator crítico pretende-se avaliar os impactes positivos e negativos das propostas do Plano Diretor Municipal de Vimioso ao nível da conservação da natureza, considerando todas as componentes da estrutura

ecológica municipal e que constituem o suporte básico para a biodiversidade no concelho, avaliando ainda a fragmentação dos habitats por via da construção de grandes infraestruturas de comunicação.

Os objetivos identificados para este fator relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE, apresentado no Capítulo 4 do Relatório de Fatores Críticos. O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos baseou-se na análise de relatórios nacionais e internacionais sobre indicadores de ambiente e de desenvolvimento sustentável, bem como de outras fontes de informação identificadas.

A avaliação do fator Biodiversidade e Conservação da Natureza tem como principais objetivos:

- A Proteção e Valorização dos valores naturais;
- A Conservação de espécies e habitats;
- A Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal representativa;
- Com funcionalidades associadas aos serviços dos ecossistemas;
- A gestão integrada dos recursos naturais, vistos segundo as perspetivas de conectividade, compromissos e valor acrescentado em termos de competitividade.



## 2. Situação Existente e Análise de Tendências

A caracterização da situação atual do Concelho de Vimioso no que respeita à Biodiversidade e conservação da natureza assenta essencialmente na identificação dos recursos hídricos relevantes, nas áreas classificadas e na biodiversidade de fauna e flora afeta ao concelho.

Ao nível dos recursos hídricos, destacam-se o Rio Sabor, o Rio Angueira e o Rio Maçãs, com diversos afluentes associados e com uma expressão acentuada a nível territorial, constituindo-se como bases estruturantes de diversas comunidades de flora e fauna.

No concelho de Vimioso assume especial relevância a inserção de parte do concelho em áreas classificadas como de elevado interesse para a biodiversidade e conservação da natureza, nomeadamente três áreas que integram a lista dos sítios pertencentes à Rede Natura 2000: o Sítio do Sabor e Maçãs (PTCON0021), o sítio das Minas de Santo Adrião (PTCON0042) e a ZPE dos rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037).

### - Evolução sem Ação

A evolução das componentes associadas à Biodiversidade e Conservação da Natureza, sem a ratificação da presente revisão do PDM de Vimioso, poderá apresentar-se tendencialmente negativa, uma vez que é necessário aplicar medidas de contenção de expansão urbana em solo rural, de proteção dos locais com valor biológico e natural, nomeadamente dos Rios Sabor e Maçãs e suas áreas envolventes, e os Sítios das Minas de Santo

Adrião e dos Rios Sabor e Maçãs. É ainda necessário regulamentar os traçados rodoviários propostos e suas áreas envolventes.

Prevê-se ainda que a resolução dos problemas de desconexão urbanística, bem como a consolidação de uma estrutura ecológica municipal e urbana adequada e representativa, serão questões atualmente fundamentais para que a dinâmica e revitalização do concelho, se revele morosa e de difícil execução sem a regulamentação que lhe é devida e apresentada no documento em avaliação e proposta respetivo.

Em relação à floresta sem plano é previsível um aumento da área florestal, conseguida sobretudo a expensas de áreas agrícolas. No entanto, prevê-se também a proliferação do eucalipto, do pinheiro bravo, e de invasoras lenhosas, o que reduz significativamente a contribuição da floresta para a conservação dos recursos naturais.

Os Riscos naturais, se não forem acautelados na presente revisão, será previsível uma evolução negativa no que concerne às metas de sustentabilidade definidas para o risco de incêndio.

No que se refere às áreas ameaçadas pelas cheias, sendo um subsistema da Reserva Ecológica Nacional, a sua gestão não é municipal e a sua avaliação e redefinição só é possível com a revisão do PDM. Assim, sem Plano é previsível a manutenção da situação atual. De referir contudo a nova lei da REN, que introduz avanços significativos na gestão destas áreas, uma vez que considera a diversidade dos seus subsistemas, atribuindo-lhes



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

diferentes capacidades de carga, e consequentemente diferentes potencialidades quanto à utilização pelas atividades humanas.

A Água, recurso essencial para qualquer espécie viva, no que se refere às tendências de evolução sem plano, será previsível uma evolução negativa rumo às metas de sustentabilidade definidas para este FCD, sobretudo no que se refere à poluição das linhas de água.

É previsível um aumento da fragmentação de ecossistemas, sobretudo devido ao modelo de povoamento existente (povoamento disperso). Ainda que os dados não permitam avaliar, em toda a sua extensão, os efeitos da fragmentação desses ecossistemas, a sua integridade continuará ameaçada caso não sejam adotadas medidas capazes de travar aquela tendência, nomeadamente através de uma maior articulação das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade com as políticas agrícola, florestal, e de desenvolvimento urbano e económico.

### - Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise.

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Presença de uma extensa área natural de elevado interesse ao nível dos valores naturais e ecológicos presentes paisagísticos: PTCO0021– Sítio do Sabor e Maças, PTCO0042 - sítio das Minas de Santo Adrião, PTZPE0037 - ZPE dos rios Sabor e	- Pobreza paisagística resultante da exploração sistemática de espécies florestais como: pinheiro bravo e eucalipto; - Os valores naturais são encarados como condicionante ao desenvolvimento urbano,

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Maças;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potencialidades na diversidade, riqueza e desenvolvimento ambiental, paisagístico e económico da floresta;</li> <li>- Conjugação dos cursos de água (Sabor, Maças e Angueira e rede de linhas de água associadas) com a paisagem dos vales do Sabor e do Maças propiciam ecossistemas ribeirinhos de elevado interesse paisagístico, lúdico e ao nível do suporte e conservação da biodiversidade;</li> <li>-- Considerável potencial para o recreio e valor paisagístico nos espaços florestais;</li> <li>- Característica dos sistemas agroflorestais e potencialidade para uma multifuncionalidade;</li> <li>- Existência de povoamentos de espécies autóctones;</li> <li>- Diversidade do sistema natural;</li> <li>- Vontade política de promover as espécies autóctones, incentivando a compatibilização dos interesses ecológicos e socioeconómicos.</li> </ul>	<p>principalmente nas áreas onde a pressão é mais elevada;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desinteresse parcial pelos valores paisagísticos, naturais e ecológicos por parte das populações locais;</li> <li>- Carência de espaços públicos e espaços verdes de qualidade, infraestruturados e integrados no meio urbano;</li> <li>- Povoamentos florestais de produção desadaptados às características fisiográficas do território (pinheiro bravo e eucalipto);</li> <li>- Aumento da fragmentação ecológica;</li> <li>- Inexistência de regras claras para a gestão dos sítios da Rede Natura 2000, fora das áreas protegidas;</li> <li>- Falta de estratégia para a proteção e recuperação de cursos de água e ecossistemas associados.</li> </ul>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valores naturais e paisagísticos elevados e relativamente preservados com potencial de caracterização das paisagens rural e urbana;</li> <li>- Integração das orientações de gestão e do estabelecimento de medidas de conservação previstas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 no regulamento do PDM;</li> <li>- Aumento do interesse local e regional para a conservação da funcionalidade ecológica;</li> <li>- Elaboração de planos de gestão florestal e planos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Riscos ambientais com origem externa – Incêndios e Poluição dos rios;</li> <li>- Degradação ambiental;</li> <li>- Potenciais conflitos resultantes da pressão urbanística sobre património natural existente;</li> <li>- Possível falta de recursos humanos e financeiros com vista à correta gestão e implementação das iniciativas de proteção ambiental propostas;</li> <li>- O flagelo dos incêndios florestais recorrentes;</li> <li>- Risco elevado de ocorrência de incêndios e</li> </ul>



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>de defesa da floresta;</li><li>- Promoção de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal;</li><li>- Existência de paisagem natural e áreas naturais com valor paisagístico elevado (paisagem, rios, vales, parques de lazer...);</li><li>- Convivência entre os meios de vida tradicionais e as estruturas naturais, ecológicas e paisagísticas existentes;</li><li>- Criação de áreas de aptidão florestal, turística e de recreio com vista à valorização do património natural, paisagem e biodiversidade do município;</li><li>- Novos projetos estruturantes podem ser associados a estratégias de requalificação ambiental de áreas de elevado valor e sensibilidade, nomeadamente através de medidas compensatórias;</li><li>- Definir planos e linhas de ação com vista à conservação, promoção e gestão adequada dos principais valores ecológicos, paisagem e biodiversidade do município existente e a criar.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>perda de biodiversidade devido à sua ocorrência;</li><li>- Potenciais conflitos resultantes da construção de novas infraestruturas lineares na diversidade faunística e florística existente;</li><li>- Novos projetos estruturantes (aumento da fragmentação e destruição de habitat);</li><li>- Incerteza da evolução das políticas económicas (agricultura);</li><li>-Expansão de espécies invasoras e elementos patogénicos.</li></ul>

Quadro 5 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Biodiversidade e Conservação da Natureza

### 3. Efeitos Esperados

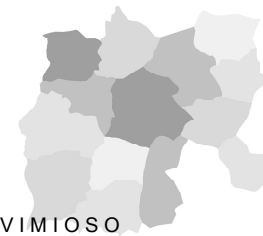
#### - Avaliação de Ações Estratégicas

A revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso apresenta uma forte preocupação com a componente natural, particularmente no que diz respeito à salvaguarda e recuperação do património e valores naturais e paisagísticos

do município, como está patente em três das quatro prioridades estratégicas definidas atrás.

De forma a concretizar as intenções delineadas nas prioridades estratégicas foram definidas algumas linhas de ação, correspondentes a cada prioridade, que podem contribuir para a preservação e valorização dos espaços naturais, preservando os valores paisagísticos e a biodiversidade. A revisão do PDM de Vimioso constitui uma excelente oportunidade que vai ao encontro dos objetivos estratégicos definidos no âmbito da revisão do ENCNB (“Assegurar a conservação e a valorização do património natural...”) e no âmbito do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (“Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições constantes do PSRN2000”, entre outros) e ainda no âmbito do PNROT (“Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural...”). Desta forma, a revisão do PDM vai ao encontro do objetivo de sustentabilidade “Promover a conservação e valorização da Rede Fundamental de Conservação da Natureza e dos sistemas essenciais à sustentabilidade ambiental e serviços ecológicos do concelho”.

A criação de um parque ibérico de natureza, turismo e aventura, já em curso, que integra um conjunto de equipamentos em S. Joanico e Serapicos em terrenos agrícolas, procura tirar partido da promoção e valorização do património natural apresentando um espírito de respeito pelos valores naturais presentes e de integração paisagística, procurando a promoção de uma fruição sustentável dos valores naturais existentes e indo ao encontro



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

de uma das prioridades estratégicas da revisão do PDM: “Promoção da sustentabilidade e proteção da natureza”.

### 4. Oportunidades e Risco

Tal como descrito anteriormente, a proposta do ponto de vista da Biodiversidade e Conservação da Natureza, importa avaliar de uma forma global, os projetos e ações previstos, já que os mesmos integram riscos e/ou oportunidades distintos para a biodiversidade e conservação da natureza.

Todos os casos, podem constituir uma oportunidade às intervenções a efetuar uma vez que contemplam medidas de promoção de áreas naturais de lazer e de preservação dos valores naturais desde que sejam asseguradas as condições para a minimização da afetações decorrentes das intervenções previstas que possam interferir com valores naturais.

Em relação ao ajustamento das acessibilidades inter-regionais e conservação/monitorização das vias intra-concelhias - a revisão do PDM prevê algumas intervenções que poderão constituir uma barreira para a preservação total e manutenção dos valores naturais presentes, particularmente dos valores faunísticos. Aquando da elaboração dos respetivos projetos, devem os mesmos estar sujeitos a AIA, de forma a acautelar as medidas adequadas à redução desses efeitos negativos.

A representação cartográfica dos valores naturais presentes (fauna e flora), através da Planta, constitui uma oportunidade da revisão do Plano, que

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

potencialmente constituirá um efeito muito positivo no que respeita à promoção e conservação destes valores na área do município.

### - Impactos de Natureza Estratégica

No Quadro 6 são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrados segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<b>Construção e beneficiação da rede rodoviária   Melhoria das ligações regionais e internacionais</b>			
EN317 – troço de ligação entre Carção e Vimioso	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	Criação de medidas mitigadoras com inclusão de barreiras ou zonas de transição.	- Risco de fragmentação de habitats e ecossistemas como resultado da implantação de obstáculos físicos (passagem dos traçados rodoviários).
Reclassificação da EM546 a Estrada Nacional			
Troço de ligação novo, à futura Circular Externa – ligação Vimioso e Argozelo	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	Criação de medidas mitigadoras com inclusão de barreiras ou zonas de transição.	
Nova Circular Externa a Vimioso			
Zona industrial de Vimioso (UOPG1)	ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL	A concentração e dinamização do sector empresarial podem configurar oportunidades para implementar práticas de gestão ambiental coordenadas e integradas no âmbito do espaço industrial, contribuindo para promover acordos voluntários e nichos de mercado associados à biodiversidade (na filosofia de iniciativas da União Europeia, como o Business & Biodiversity) ou o Countdown 2010).	- Risco de diminuição da qualidade ambiental das zonas vocacionadas para usos industriais e das suas envolventes, resultado das atividades aí desenvolvidas, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos, com efeitos sobre os ecossistemas e espécies circundantes.
<b>Promoção do Turismo de Natureza</b>			
Ligação entre os equipamentos do Parque de Campismo, as Piscinas Municipais e o Campo de Ténis, a partir de uma ciclovia   Caminho pedonal	TURISMO E NATUREZA	Efeitos positivos na conservação dos recursos naturais.	- Risco de degradação da qualidade ecológica da massa e água, em resultado da sua utilização para atividades turísticas e de lazer e desporto.
Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso		Impactes positivos ao nível da valorização, proteção e manutenção dos espaços naturais, nomeadamente nos valores naturais singulares e consequente valorização da biodiversidade deste espaço.	- Risco para a fauna e flora existente na área devido a pressões resultantes da possível intensificação das atividades turísticas.
Complexo Termal da Terronha		Aproveitamento dos recursos hidrominerais para turismo e bem estar da saúde	- Risco de fragmentação do solo, pelas edificações da atividade.





Valorização da envolvente do Rio Maças, Angueira e do Rio Sabor	<b>AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA</b>	Efeitos positivos na melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente da proteção das espécies faunísticas e florísticas.	- Risco de degradação da qualidade das águas fluviais e das áreas envolventes, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas e desportivas.
Valorização dos Sistemas Naturais e zonas afetadas pela REN			- Risco para a fauna e flora existente na área devido a pressões resultantes da possível intensificação das atividades turísticas.
Valorização florestal de usos múltiplos		Oportunidade da anexação de espaços sujeitos a ações de conservação e proteção da natureza, com potenciais novos locais para a fixação de comunidades de flora e fauna.	- Risco de degradação da qualidade ambiental das áreas florestais e áreas envolventes, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas.
Valorização agrícola de usos múltiplos		Oportunidade de restrição da edificação e implementação de atividades com benefícios para a biodiversidade e a conservação da natureza.	- Risco de exclusão de áreas RAN, por pressões urbanísticas.

**Quadro 6** - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza"



EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTARES DO PDM DE VIMIOSO			
INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTAÇÃO	ÂMBITO TERRITORIAL	OPORTUNIDADES	RISCOS
Regulamentação de edificabilidade nos espaços naturais	ESPAÇOS NATURAIS	Impactes positivos na preservação dos espaços naturais e de toda a sua bio diversidade, especificando a preservação e manutenção dos valores naturais singulares do concelho.	
Regulamentação e definição da estrutura ecológica municipal	SOLO URBANO   SOLO RURAL	A integração dos espaços naturais na Estrutura Ecologia Municipal demonstra a importância que os valores naturais têm ao nível do PDM, regulamentando a sua manutenção e proteção e impedindo a edificação e construção nestas áreas.	
Afetação de áreas de REN		Os condicionantes legais e restrições que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	
Desafetação de áreas de REN		Reajustamento das áreas edificadas e a criação de manchas contínuas de edificação que podem traduzir em maior harmonia visual da paisagem.	Risco de construção de habitações, infraestruturas turísticas, estabelecimentos industriais e todas as ações que em áreas de REN em zonas de risco de cheia não seriam permitidas, por afetar o equilíbrio ecológico da REN.
Afetação de áreas de RAN		Os condicionantes legais e restrições que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	
Desafetação de áreas de RAN			Se não forem devidamente ponderados os critérios de desafetação, existe o risco do aumento das áreas de exclusão da RAN por pressões urbanísticas.

**Quadro 7 -** Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza;

### 5. Quadro de Governança para a Ação

Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança (vide Quadro 8) para o Município de Vimioso, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente ao Fator Crítico Biodiversidade e Conservação da Natureza, bem como à concretização das diretrizes propostas.

### 6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Camara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.



Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a biodiversidade, os valores naturais e paisagísticos presentes no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 9 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso.



<b>ENTIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADES</b>
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover e apoiar ações de conservação dos valores naturais (espécies e habitats) presentes na área do município.</li> <li>- Promover a atualização da cartografia de espécies e habitats do PSRN2000.</li> <li>- Acompanhar os processos de avaliação dos efeitos da implementação das estratégias, medidas e ações previstas no Plano, bem como de outras intervenções suscetíveis de terem efeitos negativos sobre os valores naturais presentes.</li> </ul>
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assegurar o cumprimento das condicionantes da proteção de valores naturais.</li> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> <li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>- Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.</li> </ul>
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar uma gestão adequada dos recursos florestais com vista à prevenção dos incêndios florestais, a multifuncionalidade da floresta e redução das espécies de crescimento lento e exóticas infestantes no município.</li> <li>- Promover o desenvolvimento de Zonas de Intervenção Florestal.</li> <li>- Promover uma gestão sustentada dos recursos florestais do município.</li> <li>- Apoio aos diferentes desafios impostos às ZIF.</li> </ul>
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção civil (PMEPC) no concelho.</li> <li>- Manter atualizadas as informações sobre todos os riscos naturais e tecnológicos e plano de emergência respectivos.</li> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento.</li> <li>- Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos.</li> </ul>
Organização não-governamental de ambiente (ONGA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos naturais e tecnológicos.</li> <li>- Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA.</li> </ul>

**Quadro 8 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Biodiversidade e Conservação da Natureza”**



ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a valorização do património natural e paisagístico do município.</li><li>- Apoiar as associações florestais na criação e gestão das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).</li><li>- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.</li><li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li><li>- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li><li>- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo.</li><li>- Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.</li><li>- Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização.</li><li>- Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de proteção civil.</li><li>- Monitorizar a evolução dos riscos naturais decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal.</li></ul>
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.</li></ul>
População em geral	<ul style="list-style-type: none"><li>- Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público.</li><li>- Participar ativamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável.</li><li>- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</li><li>- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.</li></ul>

Quadro 8 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Biodiversidade e Conservação da Natureza



DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<p>- Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental de todos os projetos enquadrados neste âmbito, destacando-se as instalações nas Zonas Industriais. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento;</p>	<p>Oportunidades para implementação de práticas de gestão ambiental coordenadas e integradas, contribuindo para promover acordos voluntários e nichos de mercado associados à biodiversidade (na filosofia de iniciativas da União Europeia, como o Business &amp; Biodiversity) ou o Countdown 2010);</p>	<p>Riscos de fragmentação de habitats e ecossistemas como resultado da implantação de obstáculos físicos (exemplo: passagem dos traçados rodoviários);</p>
<p>- Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação;</p>	<p>Oportunidades de preservação de valores naturais e paisagísticos com potencial de caracterização da paisagem rural e urbana;</p>	<p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental das zonas vocacionadas para usos industriais e das suas envolventes, resultado das atividades aí desenvolvidas, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos, com efeitos sobre os ecossistemas e espécies circundantes;</p>
<p>- Criar condições para a Implementação do Plano Municipal de Emergência;</p>	<p>Oportunidades ao nível da valorização, proteção e manutenção dos espaços naturais, nomeadamente nos valores naturais singulares e consequente valorização da biodiversidade deste espaço;</p>	<p>Riscos de degradação da qualidade ecológica da massa e água, em resultado da sua utilização para atividades turísticas e de lazer e desporto;</p>
<p>- Atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reflorestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI;</p>	<p>Oportunidades de melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente da proteção das espécies faunísticas e florísticas;</p>	<p>Riscos para a fauna e flora existente na área devido a pressões resultantes da possível intensificação das atividades turísticas e lazer;</p>



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos coletores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações;</li> <li>- Representação das áreas de distribuição das espécies de flora na Planta de Valores Naturais da Rede Natura 2000;</li> <li>- Realização de uma ponte mais explícita ao nível da Integração das orientações de gestão das espécies e habitats de elevado interesse conservacionistas (PSRN2000) presentes na área, no Regulamento do PDM em revisão;</li> <li>- Reforço e continuidade da aposta do turismo ecológico/ambiental;</li> </ul>	<p>Oportunidades da anexação de espaços sujeitos a ações de conservação e proteção da natureza, com potenciais novos locais para a fixação de comunidades de flora e fauna;</p> <p>Oportunidades de restrição da edificação e implementação de atividades com benefícios para a biodiversidade e a conservação da natureza;</p> <p>Oportunidades de definir planos e linhas de ação com vista à conservação, promoção e gestão adequada dos principais valores ecológicos, paisagem e biodiversidade do município existente e a criar e novos projetos estruturantes podem ser associados a estratégias de requalificação ambiental de áreas de elevado valor e sensibilidade, nomeadamente através de medidas compensatórias;</p> <p>Oportunidades de criação de áreas de aptidão florestal, turística e de recreio com vista à valorização do património natural, paisagem e biodiversidade do município;</p>	<p>Riscos de fragmentação do solo, pelas edificações da atividade;</p> <p>Riscos de degradação da qualidade das águas fluviais e das áreas envolventes, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas e desportivas;</p> <p>Riscos de degradação da qualidade ambiental das áreas florestais e áreas envolventes, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas;</p> <p>Riscos de exclusão de áreas RAN, por pressões urbanísticas;</p>
---	---	---



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de novos percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental, em parceria com o ICNB e organismos ligados à formação agrícola e florestal;</li> <li>- Valorização dos recursos naturais existentes através da qualificação/diversificação da paisagem e das espécies florestais, privilegiando as espécies autóctones;</li> <li>- Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal;</li> <li>- Alargamento das orientações de gestão dos valores naturais presentes associadas aos habitats ripícolas (previstas no PSRN2000) a toda a extensão dos principais rios do concelho;</li> <li>- Diversificar as espécies florestais exploradas, promovendo e valorizando as espécies florestais autóctones, mais resistentes ao fogo e com maior capacidade de suporte de biodiversidade;</li> <li>- Promover uma gestão adequada parara fins múltiplos da floresta de proteção no município;</li> <li>- Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, etc.;</li> <li>- Promover de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal e incentivar a certificação como gestão florestal sustentável;</li> <li>- Apoiar e incentivar a elaboração de cartografia da distribuição das espécies exóticas infestantes no município;</li> <li>- Identificar e resolver as causas mais frequentes de incêndios florestais e consolidar a rede de primeira deteção e prevenção de incêndios florestais em consonância com o PMDFCI;</li> <li>- Adequar os espaços florestais e limítrofes com o objetivo da prevenção do risco de incêndio, dando cumprimento ao n.º 11 do art. 15º do D.L. n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de Janeiro;</li> </ul>	<p>Oportunidades de promoção de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal;</p> <p>Oportunidades de elaboração de planos de gestão florestal e planos de defesa da floresta, estruturando o uso o solo;</p> <p>Oportunidades de aumento do interesse local e regional para a conservação da funcionalidade ecológica.</p>	<p>Riscos de ocorrência de incênsios e perda de biodiversidade devido á sua ocorrência;</p> <p>Riscos de expansão de espécies invasoras e elementos patogénicos;</p> <p>Riscos de possível falta de recursos humanos e financeiros com vista à correta gestão e implementação das iniciativas de proteção ambiental propostas.</p>
---	--	--



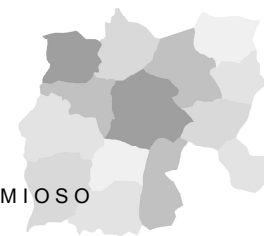


<ul style="list-style-type: none"><li>- Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida;</li><li>- Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida;</li><li>- Desenvolver o potencial da caça e da pesca de uma forma sustentada;</li><li>- Integração da Floresta de Proteção e dos corredores ecológicos na Estrutura Ecológica Municipal;</li><li>- Promover a educação ambiental e a vigilância das florestas;</li><li>- Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes e a construir no concelho, promovendo a melhoria da qualidade dos ecossistemas ribeirinhos e da respetiva fauna piscícola;</li><li>- Assegurar que a implementação das UOPG previstas decorre de forma a minimizar as afetações dos recursos ecológicos, valores naturais e paisagísticos presentes no município fundamentalmente através do recurso aos instrumentos legais de monitorização e avaliação de impacte ambiental (AAE - D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho; AIA - D.L. n.º 197/2005, de 8 de Novembro; D.L. n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro);</li><li>- Assegurar que a implementação de novas infraestruturas logísticas e viárias não põe em causa a conservação e conectividade dos valores ecológicos relevantes;</li><li>- Assegurar que as áreas de uso dominante agrícola, florestal ou natural são mantidas, em detrimento da sua ocupação por nova edificação;</li><li>- Assegurar que as funções atribuídas às áreas vitais são asseguradas através da sua integração ao nível dos PMOT, garantindo a sua substituição equivalente em termos de áreas que venham a ser edificadas para assegurar os objetivos de conforto ambiental, sustentabilidade e conservação da natureza;</li><li>- Promover a implementação de medidas de correção, controlo e minimização dos efeitos das atividades antrópicas, bem como a adoção medidas compensatórias para contrabalançar a perda de diversidade biológica e paisagística resultantes;</li></ul>		
---	--	--



<ul style="list-style-type: none"><li>- Definir critérios que permitam avaliar a capacidade de carga em áreas naturais, designadamente em áreas de REN, dos ecossistemas estuarinos, mesmo tendo em conta apenas usos compatíveis;</li><li>- Promover a articulação e cooperação inter-municipal, de forma a explorar sinergias e melhor assegurar a salvaguarda e recuperação dos valores ecológicos, nomeadamente os cursos de água e suas margens;</li><li>- Assegurar a viabilidade da manutenção ou reposição da função ecológica dominante nas áreas vitais da REN;</li><li>- Incentivar o estabelecimento de parcerias público-privadas para a recuperação e requalificação de áreas degradadas;</li><li>- Promover a criação de uma rede integrada entre os municípios para recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal;</li><li>- Promover o envolvimento da população e agentes locais na monitorização e recuperação dos valores naturais.</li></ul>		
--	--	--

**Quadro 9** - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Biodiversidade e Conservação da Natureza", Oportunidades e Riscos.



## AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO

### - Gestão

As Orientações de Gestão, estão implícitas no quadro anterior (Quadro 9).

No sentido de promover e proteger a biodiversidade e a Conservação da Natureza, na sua paisagem, assegurar a gestão sustentável de locais chave para as principais espécies e habitats e respetivos serviços ecológicos é importante a consideração de uma boa gestão nas principais áreas naturais, como: do Sítio do Sabor e Mações, no sítio das Minas de Santo Adrião e na ZPE dos rios Sabor e Mações, bem como a elaboração de planos de ação para as espécies e habitats ameaçados.

### - Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano. Tendo-se optado para o FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 10.

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

### - Avaliação

De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR), especialmente no que diz respeito à valorização da biodiversidade e da conservação da natureza, do património e recursos naturais.

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementado com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos nºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

O Quadro 10 representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) da Biodiversidade e Conservação da Natureza, que se consideram pertinentes no presente, com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.



# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

# REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	<b>Incêndios</b>			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de incêndios	%	Município de Vimioso ICNF GNR	Anual
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução anual do número de ignições	n.º		Anual
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução anual de território ardido	ha		Anual
	<b>Erosão dos solos</b>			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	Município de Vimioso	10 Anos
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de erosão	ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
	<b>Risco de Cheias</b>			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em áreas com risco de cheias	%	APA Município de Vimioso	10 Anos
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de cheias	ha		10 Anos
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de inundação	ha		10 Anos
	<b>Risco de Contaminação</b>			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de resolução de focos de poluição pontual	%	APA Município de Vimioso	Anual



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	(unidades industriais e equipamentos)		ICNF CCDRN	
	<b>Rede Fundamental de Conservação da Natureza</b>			
Gestão integrada dos recursos naturais	Proposta de planos de Gestão e/ou Ação visando a conservação da biodiversidade	n.º	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	<b>Diversidade de espécies e habitats</b>			
Conservação de espécies e habitats	Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas	n.º	ICNF Município de Vimioso	Quinquenal
Conservação de espécies e habitats	Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas	n.º		Quinquenal
Conservação de espécies e habitats	Habitats protegidos	n.º		Quinquenal
	<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>			
Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Situações potenciais de conflito	n.º/ha	CCDRN Município de Vimioso	Anual
Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Expressividade dos corredores ecológicos do PROF na EEM	ha/%	CCDRN ICNF Município de Vimioso	10 Anos
	<b>Gestão e conservação da floresta</b>			
Gestão integrada dos recursos naturais	Evolução e expressividade de Zonas de Intervenção Florestal	n.º/%	ICNF	Anual
Gestão integrada dos recursos naturais	Área de floresta de proteção convertida em áreas	ha/%	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infraestruturas			
	<b>Área ardida e representatividade da mesma sobre a EEM</b>			
Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Representatividade da área ardida sobre a EEM	ha	Município de Vimioso ICNF GNR	Anual
	<b>Paisagem</b>			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial	%/ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área afetada por espécies infestantes	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
Proteção e Valorização dos valores naturais	Intrusões na paisagem em áreas sensíveis	n.º	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal

**Quadro 10** - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Biodiversidade e Conservação da Natureza"

## 5.2 Qualidade Ambiental

### 1. Descrição e Objetivos

No âmbito deste fator crítico pretende-se avaliar a contribuição do PDM de Vimioso para a preservação e valorização da qualidade do ambiente local, através de uma análise que avalia as oportunidades e os riscos, que correspondem aos impactes de natureza estratégica, positivos e negativos face aos aspetos ambientais: recursos hídricos, resíduos, ambiente acústico e qualidade do ar. Pretende-se deste modo inferir sobre os efeitos da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento básico, avaliando como é promovida a gestão adequada da água, das águas residuais, dos resíduos, como é tida em conta a saúde pública, a par da aplicação de uma estratégia específica para as atividades económicas e avaliar a forma de promoção do território assegurando ganhos ambientais e de saúde pública.

Com a avaliação deste fator crítico pretendem-se identificar possíveis consequências decorrentes de ações previstas na proposta de revisão do PDM, que possam vir a ter influência na qualidade ambiental, bem como o modo de as potenciar no caso de serem positivas e de as evitar, reduzir ou compensar no caso de serem negativas.

Os objetivos identificados para cada fator de avaliação relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que

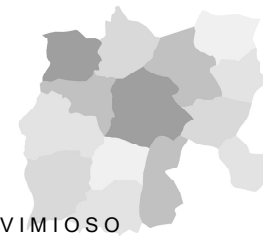
integram o quadro de referência estratégico da AAE. O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos no Quadro 16 baseou-se na análise de relatórios nacionais e internacionais sobre indicadores de ambiente, bem como de outras fontes de informação sectoriais identificadas.

A avaliação do Fator Qualidade Ambiental tem como principais objetivos, aferir aspetos como:

- A gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais (água, ar, solo,...);
- A gestão sustentável da água (abastecimento e residuais), através do seu uso eficiente e redução das cargas poluentes, garantindo a sua monitorização;
- A gestão sustentável dos resíduos;
- A qualificação territorial, do solo, saúde pública e segurança de pessoas e bens;
- A redução das emissões de CO<sub>2</sub>.

### 2. Situação Existente e Análise de Tendências

A análise deste fator crítico de decisão pretende avaliar de que forma a implementação das ações preconizadas no PDM de Vimioso irão influenciar a qualidade ambiental do concelho no que respeita, nomeadamente, à proteção do solo, dos recursos hídricos e da qualidade do ar. Para o alcance deste propósito caracterizou-se a situação de referência, usando os indicadores definidos, através dos quais se identificam os aspetos positivos



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

que devam ser reforçados e os negativos que tenham de ser alvo de medidas de minimização de forma a promover a melhoria deste fator.

O conhecimento da realidade concelhia, e o diagnóstico efetuado com base numa análise de tendências permitirá identificar questões estratégicas, contribuindo para delinear diretrizes importantes para o concelho.

Desenvolveu-se um diagnóstico e análise de tendências para caracterizar o FCD Qualidade Ambiental, com o objetivo de pormenorizar a informação apresentada e de criar uma base de informação que sustente a avaliação dos efeitos previstos e das medidas propostas.

### **- Evolução sem Ação**

A qualidade ambiental, têm vindo atualmente a ser identificada, a nível global, como um fator de grande influência ambiental, social e económica. A sua alteração resulta de um conjunto de atividades humanas (industriais, agrícolas, florestais, de transportes, de gestão de resíduos), bem como de padrões de consumo da população.

Em relação aos resíduos, a tendência de evolução ao nível da gestão dos resíduos sólidos urbanos será no sentido do aumento da recolha seletiva e da sua valorização.

O solo do concelho de Vimioso caracteriza-se, quanto à sua ocupação, pela concentração urbana nas freguesias centrais e pelos

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

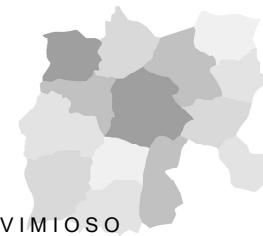
povoamentos dispersos pelo território. As tendências de evolução sem revisão do PDM não apontam para transformações radicais na ocupação e uso do solo. O PDM, é importante para a continuação da salvaguarda do solo e para o controlo da expansão urbana desordenada bem como para evitar o processo de despovoamento das freguesias mais rurais.

A ausência de uma estratégia de gestão e ordenamento territorial ao nível ambiental, e a ausência de mecanismos operativos eficazes para a proteção e valorização do território enquanto um todo, perspetivam a manutenção das tendências atuais e um consequente agravamento das condições que contribuem de forma significativa para a não materialização dos objetivos de sustentabilidade.

Em relação à água, apesar de o concelho estar dotado de bons níveis de atendimento relativamente ao serviço de águas residuais, em relação ao abastecimento de água o serviço é deficitário em épocas de seca, situação essa que se encontra em colmatação, com o projeto de construção de duas albufeiras, uma no Rio Maçãs e outra no Rio Angueira. Trata-se de um projeto, em que a sua execução ainda se encontra em fase de licenciamento.

A produção de efluentes residuais e os consumos de água dependerão das propostas que eventualmente se venham a desenvolver para o concelho sendo que mesmo que se mantenham os usos atuais, está previsto o reforço das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem de águas residuais no concelho. A qualidade das águas de consumo tende a manter-se em boas condições, contudo a ausência de implementação/regularização de perímetros de proteção das origens de águas captadas para





## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

abastecimento público para consumo humano, poderá potenciar a degradação da qualidade deste recurso.

A ausência de uma estratégia para o uso eficiente e racional da água e o para o combate as perdas nos sistemas de abastecimento, perspetivam a manutenção das tendências atuais e um consequente agravamento das condições que contribuem de forma significativa para a não materialização dos objetivos de sustentabilidade.

O ruído, no PDM em vigor não contém regulamentação específica no sentido da proteção do ambiente sonoro, contudo os indicadores deste FCD, tendem a evoluir positivamente na continuação do PDM em vigor, não por via das propostas do mesmo, mas pela legislação aplicável e que tem tornado cada vez mais exigente quer a localização de atividades residenciais, lúdicas e de equipamentos face às fontes emissoras de ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 7 de Janeiro – Regulamento Geral do Ruído).

A qualidade do ar, sem a revisão do PDM, estima-se a continuidade dos últimos anos. Trata-se de um concelho interior, onde a natureza impera, onde a existência de indústrias poluentes é quase nula e o tráfego automóvel é irrisório.

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

### - Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Implementação de sistemas de recolha de RSU conducente à reciclagem de materiais e serviço de recolha de resíduos;</li><li>- Sistema de monitorização do sistema de abastecimento de água;</li><li>- Condições naturais para a produção de energias renováveis;</li><li>- Toda a população do concelho é servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;</li><li>- Alternativa, em proposta, de circular externa a Vimioso, libertando o tráfego de atravessamento pela vila, principalmente o pesado.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Tendência de ocupação urbana ao longo das vias, com o consequente impacto na saúde pública ao nível da qualidade do ar;</li><li>- Qualidade do espaço público das Zonas Industriais;</li><li>- Eficiência Energética: inexistência de certificação energética e sistemas de microgeração em edifícios;</li><li>- Insuficiência no abastecimento de água, em alturas de seca;</li><li>- Assimetrias entre as freguesias mais rurais e as mais urbanas, ao nível do parque habitacional, da rede viária e dos equipamentos.</li></ul>

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Criação de novo Espaço industrial (incluindo ampliação de existente);</li><li>- Aproveitamento turístico do Parque Ibérico de Natureza e Aventura, assim como das condições excecionais naturais dos Rios Sabor e Maças, para o desenvolvimento de atividades em paisagem natural única;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Conjuntura económica desfavorável a investimentos;</li><li>- Anulação dos fundos comunitários;</li><li>- Degradação do ambiente natural devido à instalação de empreendimentos turísticos e de unidades industriais poluentes;</li><li>- Risco de erosão dos solos;</li><li>- Risco elevado de desertificação.</li></ul>



**Quadro 11 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Qualidade Ambiental**

### **3. Efeitos Esperados**

#### **- Avaliação de Ações Estratégicas**

A revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso apresenta uma forte preocupação com a componente ambiental.

A cobertura da rede de recolha e tratamento de RSU e de separação de resíduos encontra-se estruturada e com a capacidade necessária ao bom funcionamento. Propõe-se apenas, em complemento à cobertura enunciada, a inserção de uma política de sensibilização dos 3R's (já referida atrás). Derivado à tendência pouco habitual de separação de resíduos, um hábito que tem que ser inculcado na população, através de campanhas e ações de sensibilização. Conforme dito atrás, estas campanhas de sensibilização, na sua maioria, terão que ser dirigidas às camadas mais jovens da população, educá-las.

Quanto ao solo, no seu enquadramento estratégico aponta-se para a harmonização com condicionantes de ordenamento, paisagístico e de infraestruturas rodoviárias. A proposta deverá salvaguardar a afetação de solos na construção das infraestruturas rodoviárias, com os novos traçados. As ações estratégicas definidas nesta revisão (em relação ao solo, na sua vertente de fator para a qualificação ambiental) prendem-se não só com o seu

uso mas com a sensibilização do mesmo perante a população. Nestes termos, propõe-se: desenvolver uma estratégia de comunicação e participação pública que permita sensibilizar os munícipes para as violações ao uso do solo (construção ilegal, etc.), designadamente com sessões de esclarecimento e ações em meios de comunicação; desenvolver um Guia de Boas Práticas para a implementação e gestão das áreas da estrutura ecológica municipal; elaborar um Plano Estratégico de desenvolvimento Florestal que contribua para a melhoria do ambiente e minimização dos impactes sobre a floresta, procurando induzir boas práticas na sociedade em geral, numa visão de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável; desenvolver programas de monitorização específicos para as áreas sujeitas a desafetação de REN e RAN, com o objetivo de restringir a expansão de áreas edificadas, de impermeabilização de solos e de urbanização de solos que sejam vocacionados para outros usos, nomeadamente com potencialidades agrícolas; desenvolver e implementar um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo; potenciar a plantação de vegetação nas zonas de forte declive de forma a atenuar o risco de erosão, ...

No que respeita ao abastecimento de água, a sua cobertura, é total. Há que dar continuidade ao mesmo, assim como à qualidade do serviço. Em causa, apenas se enuncia o abastecimento de água em períodos de seca, situação descrita anteriormente, acautelada com as propostas para duas



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO**

albufeiras (uma no Rio Maçãs e uma no Rio Angueira). Deste modo o município de Vimioso pretende melhorar o seu grau de desempenho e assegurar uma melhor prestação de serviços de fornecimento de água aos munícipes.

Neste âmbito, propõe-se a delimitação das zonas de proteção das captações de água para consumo humano e definição das atividades que se podem realizar nas zonas de proteção; promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo.

Em relação à cobertura da rede de drenagem e tratamento de Águas Residuais, esta encontra-se completa, em todos os aglomerados urbanos do Concelho. Isto, assegura também o previsto em outros objetivos estratégicos, como a criação de polos turísticos ecológicos/ambientais do concelho com uma mais-valia em termos da qualidade das águas ribeirinhas.

Ainda de grande importância para a evolução positiva do referido FCD, são os programas e medidas municipais que visem a proteção dos leitos das linhas de água e respetivas margens.

Quanto ao ruído, aquando a concretização da estratégia para o “futuro desejável” de Vimioso, prevê-se um aumento dos níveis de ruído durante a fase de construção, por exemplo da zona industrial, assim como na fase de exploração, o que provavelmente, não terá grande impacto devido ao cumprimento de algumas medidas mitigadoras e da sua localização (a atual

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

zona industrial e a proposta) estar suficientemente afastada dos recetores sensíveis.

O cenário apresentado como proposta mais favorável para o concelho, o de “antecipação”, a ser alcançado, terá como objetivo principal contribuir para a redução dos efeitos da poluição sonora na medida em que sendo consideradas as zonas mais sensíveis, deve condicionar a ocupação evitando situações de conflito de uso, que comprometam o bem-estar da população. Contemplando e prevenindo o ruído pela: construção de novas vias e novos troços de ligação às existentes, que promove uma maior intensidade de tráfego contribuindo negativamente para o aumento dos níveis de ruído nas áreas circundantes; associação ao aumento da atividade turística, também ocorrerá um aumento dos níveis de ruído; promoção da atividade industrial do concelho que terá também efeito no aumento dos níveis de ruído, através da circulação de veículos pesados e da maquinaria das indústrias; provocação do aumento dos níveis de ruído através do aumento do tráfego rodoviário e ferroviário.

Mesmo assim, os valores a projetar com a execução do planeado não implicarão grandes preocupações, derivado à composição e estrutura do concelho.

Quanto à Qualidade do Ar, respeitante à evolução das emissões de poluentes no concelho, não existe conhecimento de valores que ressalvem qualquer preocupação. Mesmo com a criação da nova zona industrial de



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

Vimioso, a emissão de poluentes no concelho será esporádica. Até porque, as unidades a instalar terão de apostar em equipamentos eficientes ao nível de emissão de poluentes.

### 4. Oportunidades e Risco

Contrariamente ao FCD anterior os efeitos decorrentes da aplicação das estratégicas no âmbito do presente FCD são essencialmente qualitativos, ou seja não são quantificáveis a partir da implantação de determinada ação no território, até porque, na sua maioria dos fatores apresentados, os mesmos encontram-se qualitativamente estabelecidos.

As principais ações associadas à implementação do PDM de Vimioso, que serão suscetíveis de originar efeito direto sobre os solos, recursos hídricos e qualidade do ar são a proposta da rede rodoviária inter-municipal, a criação de mais uma zona industrial em Vimioso, o incremento do turismo de natureza, de saúde e patrimonial, a produção agrícola e pecuária.

O complemento da proposta da rede rodoviária inter-municipal, vai trazer prováveis benefícios em termos de celeridade nas deslocações o que favorecerá, em primeira análise, a redução da emissão de GEE. Contudo, é natural que, com um estudo mais pormenorizado para alguns traçados pontuais, se venha a verificar aumento da emissão de GEE, principalmente nos casos em que a melhoria das condições das vias proporcione o aumento da intensidade do tráfego. O próprio traçado deverá acautelar a destruição de possíveis ecossistemas naturais.

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Em alguns dos projetos e linhas de ação da proposta de revisão do PDM associados à valorização turística do património edificado ou natural que será revitalizado contemplando a implementação de unidades hoteleiras, poderá verificar-se um aumento de emissões de GEE, já que estes contemplam necessidades de eletricidade e de produção de resíduos e águas residuais.

Relativamente à zona industrial, a sua construção poderá ter efeitos na qualidade do ar. Para que os mesmos sejam controlados, a revisão do PDM de Vimioso não permite a instalação de edifícios industriais em áreas que não estejam destinadas para esse efeito. Há ainda a exigência de que se assegurem métodos de prevenção e redução da poluição de forma a evitar a contaminação dos solos e evitar a degradação da qualidade da água, devendo ser assegurados os seguintes aspetos: drenagem pluvial de áreas permeáveis, drenagem interna de zonas permeáveis de depósito, e tratamento adequado dos efluentes.

A futura revisão do PDM de Vimioso inclui na sua classificação de solo rural, o Espaço Natural, em que se privilegia a proteção, conservação, gestão racional, e capacidade de renovação dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores naturais paisagísticos. A existência deste espaço, que inclui os recursos hídricos superficiais existentes na área do PDM, tem como objetivo principal a “proteção dos espaços naturais e de paisagem, a preservação e ou requalificação das respetivas características ecológicas, assim como dos seus valores de fauna e flora, contra as formas de degradação dos recursos naturais que ponham em causa a manutenção do



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

equilíbrio ecológico, sendo prioritária a implementação das medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da flora e fauna selvagens num estado favorável”.

Prevêem-se ainda a criação de áreas de lazer, contemplando um espaço para a prática de atividades lúdicas, associadas ao PINTA, com caráter de promoção da natureza e da biodiversidade.

No que se refere à floresta, para além do que já foi descrito no FCD da Biodiversidade e Conservação da Natureza, a obrigatoriedade de implementação do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios, incorre em ações de florestação das áreas ardidas, na limpeza florestal regular dos terrenos, aproveitando o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rural e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes as áreas com risco elevado de incêndio.

No que se refere à classificação da qualidade da água, o QRE, designadamente o PNA, define como objetivos específicos a melhoria e a recuperação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no cumprimento da legislação nacional e comunitária. Desta forma, e verificando que as principais linhas de água têm revelado uma qualidade “razoável”, considera-se que as propostas complementares à estratégia definida constituem uma oportunidade para a concretização destes objetivos.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

### **- Impactos de Natureza Estratégica**

No Quadro, seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrado segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Execução do PDM de Vimioso			
Linhas de Ação e Projetos	Áreas de Intervenção	Oportunidades	Riscos
<b>Construção e beneficiação da rede rodoviária   Melhoria das ligações regionais e internacionais</b>			
EN317 – troço de ligação entre Carção e Vimioso	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	- Encurtamento de traçados, celeridade nas deslocações o que favorecerá a redução do tempo de consumo de combustíveis Fósseis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorias globais das condições das acessibilidades propiciam aumento da utilização destas e do tráfego</li> <li>- Possível emissão de poluentes para a atmosfera</li> <li>- Impermeabilização dos solos</li> <li>- Possível contaminação dos solos</li> </ul>
Reclassificação da EM546 a Estrada Nacional			
Troço de ligação novo, à futura Circular Externa – ligação Vimioso e Argozelo	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	- Encurtamento de traçados, celeridade nas deslocações o que favorecerá a redução do tempo de consumo de combustíveis Fósseis.	
Nova Circular Externa a Vimioso			
Zona industrial de Vimioso (UOPG1)	ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL	- A concentração e dinamização do sector empresarial podem configurar oportunidades para implementar práticas de gestão ambiental coordenadas e integradas no âmbito do espaço industrial, contribuindo para promover acordos voluntários e nichos de mercado associados à Qualidade Ambiental, na promoção de medidas de eco-eficiência, racionalização energética, tecnologias limpas ou renováveis, redução e racionalização do consumo de água , drenagem e tratamento de águas residuais reduzindo a emissão de GEE.	- Risco de diminuição da qualidade ambiental das zonas vocacionadas para usos industriais e das suas envolventes, resultado das atividades aí desenvolvidas, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos
<b>Promoção do Turismo de Natureza</b>			
Ligação entre os equipamentos do Parque de Campismo, as Piscinas Municipais e o Campo de Ténis, a partir de uma ciclovia   Caminho pedonal	TURISMO E NATUREZA	- Efeitos positivos na qualificação ambiental	- Potencias impactes negativos na natureza decorrentes da instalação de infraestruturas de apoio aos equipamentos existentes.
Parque Ibérico de Natureza, Trismo e Aventura de Vimioso		Impactes positivos ao nível da valorização, proteção e manutenção dos espaços naturais, nomeadamente nos valores naturais singulares e consequente qualificação ambiental	- Risco de degradação da qualidade ambiental da massa e água, em resultado da sua utilização para atividades turísticas e de lazer e desporto.
Complexo Termal da Terronha		Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção e exploração das unidades a instalar	- Risco de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos.



Projetos de educação ambiental	<b>AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA</b>	Oportunidade de criação de uma verdadeira sensibilização para as questões ambientais direcionada para a população em geral	
Incentivo à reciclagem, reutilização e redução			
Valorização da envolvente do Rio Maçãs e Angueira e do Rio Sabor		Efeitos positivos na melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente da proteção das espécies faunísticas e florísticas.	- Risco de degradação da qualidade das águas fluviais e das áreas envolventes, do solo, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas e desportivas.
Valorização dos Sistemas Naturais e zonas afetadas pela REN		Efeitos positivos sobre a proteção e valorização relativa aos usos de água impedindo a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos	
Estrutura ecológica municipal integra cursos de água		- Efeitos positivos qualificação e melhoria da qualidade, recuperação e preservação dos solos afeto à zona e otimização da utilização do solo.	
Valorização florestal de usos múltiplos		Impacte positivo na qualidade do solo, resultando a obrigação de controlo e gestão para impedi a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos	Risco de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos.
Valorização agrícola de usos múltiplos			

**Quadro 12** - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Qualidade Ambiental"



Efeitos Ambientais Esperados das Intervenções Estratégicas e Regulamentares do PDM de Vimioso			
Intervenções Estratégicas e Regulamentação	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Projetos de educação ambiental	AMBIENTE	Efeitos positivos na qualidade ambiental do território e na proteção das espécies existentes, evitando a contaminação dos solos e das águas.	
Incentivo à reciclagem, reutilização e redução			
Conclusão do PINTA	RECREIO E LAZER	Efeitos positivos na qualidade ambiental do território com a conservação dos recursos naturais e suas áreas envolventes.	- Risco de degradação da qualidade ecológica, em resultado da sua utilização em atividades turísticas e de lazer.
Impulsionar entidades privadas a concretizar circuitos turísticos no concelho	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	Efeitos positivos na qualidade ambiental do território com a conservação dos recursos naturais e suas áreas envolventes.	- Risco de degradação da qualidade ecológica, em resultado da sua utilização em atividades turísticas e de lazer.
Regulamentação de Edificabilidade das zonas industriais		Impacte positivo na qualidade da água, resultado da obrigação de controlo e gestão de efluentes que impede a contaminação dos recursos hídricos por efluentes oriundos das indústrias, com consequente melhoria ao nível da saúde pública.	- Efeitos negativos ao nível do espaço natural que integra estes espaços turísticos, se não forem devidamente restringidos.
Inclusão das áreas inundáveis urbanas no Domínio Público Hídrico	SOLO URBANO	Oportunidade de reforço da prevenção de cheias nas zonas urbanas.	
Estrutura ecológica municipal integra cursos de água		Efeitos positivos sobre a proteção e valorização relativa aos usos de água impedindo a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos.	
Estrutura ecológica municipal integra cursos de água		Efeitos positivos sobre a proteção e valorização relativa aos usos de água impedindo a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos.	
Integração e regulamentação de áreas dos espaços florestais em áreas de RN2000 e REN		Impacte positivo ao nível do reforço da proteção dos espaços florestais	- Risco de degradação ambiental devido à multifuncionalidade do espaço florestal.
Espaço florestal como espaço de vocação multifuncional		Impacte positivo ao nível do aproveitamento de todas as potencialidades do espaço florestal.	- Risco de degradação do recurso, devido ao seu uso massificado das atividades turísticas. - Impacte negativo ao nível da qualidade ambiental, levando à degradação dos espaços florestais e ao aumento do perigo da ocorrência de incêndios.





Afetação de áreas de REN em zonas de risco de cheia e de máxima infiltração	<b>SOLO URBANO   SOLO RURAL</b>	Os condicionantes legais e restrições que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	
Desafetação de áreas de REN (em zonas de risco de cheia, de áreas de máxima infiltração e de cabeceiras de linhas de água)		Reajustamento das áreas edificadas e a criação de manchas contínuas de edificação que podem traduzir em maior harmonia visual da paisagem.	- Os sistemas afetados são na sua maioria com risco de erosão, o que pode levar à perda de solos, deslizamento de terras, entre outros.
Afetação de áreas de RAN		Os condicionantes legais e restrições a que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	
Desafetação de áreas de RAN			- Se não forem devidamente ponderados os critérios de desafetação, existe o risco do aumento das áreas de exclusão da RAN por pressões urbanísticas.

**Quadro 13** - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Qualidade Ambiental"



## AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO

### 5. Quadro de Governança para a Ação

Identifica-se de seguida um quadro de governança para a revisão do PDM (Quadro 14), com o intuito de identificar as entidades institucionais e de responsabilidade afetas ao mesmo, para o cumprimento dos objetivos e diretrizes propostas, relativamente ao FCD Qualidade do Ambiente.

### 6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Câmara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

#### - Planeamento | Programação

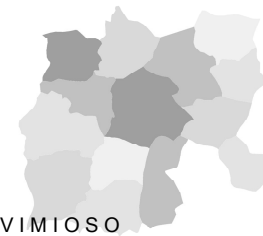
Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a qualidade ambiental, presente no município, decorrentes da revisão do PDM

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO  
de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 15 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso para o atual FCD.

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO****REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

<b>ENTIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADES</b>
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade do ar.</li><li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li><li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li></ul>
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li><li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li><li>- Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.</li></ul>
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fomentar uma gestão adequada dos recursos florestais com vista á prevenção dos incêndios florestais, a multifuncionalidade da floresta.</li><li>- Promover o desenvolvimento de Zonas de Intervenção Florestal.</li><li>- Promover uma gestão sustentada dos recursos florestais do município.</li><li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li></ul>
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção civil (PMEPC) no concelho.</li><li>- Manter atualizadas as informações sobre todos os riscos naturais e tecnológicos e plano de emergência respectivos.</li><li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li></ul>
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água.</li><li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li><li>- Manter atualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento.</li><li>- Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos.</li><li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li></ul>
Administração Regional da Saúde do Norte (ARSN)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li></ul>
Ministério de Economia, Delegação Regional Norte	<ul style="list-style-type: none"><li>- Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.</li></ul>
Organização não-governamental de ambiente (ONGA)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos ambientais.</li><li>- Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA.</li></ul>

**Quadro 14 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Qualidade Ambiental"**



ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"><li>- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.</li><li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li><li>- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li><li>- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo.</li><li>- Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.</li><li>- Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização.</li><li>- Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de proteção civil.</li></ul>
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.</li></ul>
População em geral	<ul style="list-style-type: none"><li>- Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público.</li><li>- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</li><li>- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.</li></ul>

Quadro 14 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Qualidade Ambiental"



DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<p>- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;</p> <p>- Enquadramento paisagístico das infraestruturas de transporte;</p> <p>- Salvaguardar que a afetação de solos para a construção das infraestruturas rodoviárias com novos traçados, previstas nas intervenções estratégicas, não constitua um risco de alteração de usos de solos rurais ou pertencentes à RAN e REN;</p> <p>- Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental de todos os projetos enquadrados neste âmbito, destacando-se as instalações nas Zonas Industriais. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento;</p>	<p>Oportunidades de implementação de práticas de gestão ambiental coordenadas e integradas, contribuindo para promover acordos voluntários e nichos de mercado associados à Qualidade Ambiental, na promoção de medidas de eco-eficiência, racionalização energética, tecnologias limpas ou renováveis, redução e racionalização do consumo de água, drenagem e tratamento de águas residuais reduzindo a emissão de GEE,</p> <p>Oportunidades ao nível da valorização, proteção e manutenção dos espaços naturais, nomeadamente nos valores naturais singulares e consequente qualificação ambiental;</p> <p>Oportunidades de adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção e exploração das unidades a instalar;</p> <p>Oportunidades de criação de uma verdadeira sensibilização para as questões ambientais direccionada para a população em geral;</p>	<p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental das zonas vocacionadas para usos industriais e das suas envolventes, resultado das atividades aí desenvolvidas, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos;</p> <p>Riscos de aumento da emissão de poluentes para a atmosfera;</p> <p>Riscos de degradação da qualidade ambiental da massa e água, em resultado da sua utilização para atividades turísticas e de lazer e desporto;</p> <p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos;</p>



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver uma estratégia de comunicação e participação pública que permita sensibilizar os munícipes para as violações ao uso do solo (construção ilegal, etc.), designadamente com sessões de esclarecimento e ações em meios de comunicação;</li> <li>- Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação;</li> <li>- Atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reflorestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI;</li> <li>- Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos coletores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações;</li> <li>- Reforço e continuidade da aposta do turismo ecológico/ambiental;</li> <li>- Criação de novos percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental;</li> <li>- Promover uma gestão adequada parara fins múltiplos da floresta de proteção no município;</li> <li>- Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, etc.;</li> <li>- Promover de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal e incentivar a certificação como gestão florestal sustentável;</li> <li>- Identificar e resolver as causas mais frequentes de incêndios florestais e consolidar a rede de primeira deteção e prevenção de incêndios florestais em consonância com o PMDFCI;</li> </ul>	<p>Oportunidades de melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente da proteção das espécies faunísticas e florísticas;</p> <p>Oportunidades sobre a proteção e valorização relativa aos usos de água impedindo a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos usos;</p> <p>Oportunidades de qualificação e melhoria da qualidade, recuperação e preservação dos solos afeto à zona e otimização da utilização do solo;</p> <p>Oportunidades no que concerne à qualidade do solo, resultando a obrigação de controlo e gestão para impedir a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos.</p>	<p>Riscos de degradação da qualidade das águas fluviais e das áreas envolventes, do solo, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas e desportivas;</p> <p>Riscos de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos;</p> <p>Riscos de anulação dos fundos comunitários por não cumprimento de medidas de qualidade ambiental, legalmente impostas.</p>
---	--	--



<ul style="list-style-type: none"><li>- Adequar os espaços florestais e limítrofes com o objetivo da prevenção do risco de incêndio, dando cumprimento ao n.º 11 do art. 15º do D.L. n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de Janeiro;</li><li>- Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida;</li><li>- Integração da Floresta de Proteção e dos corredores ecológicos na Estrutura Ecológica Municipal;</li><li>- Promover a educação ambiental e a vigilância das florestas;</li><li>- Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes e a construir, promovendo a melhoria da qualidade dos ecossistemas ribeirinhos e da respetiva fauna piscícola;</li><li>- Assegurar que a implementação das UOPG previstas decorre de forma a minimizar as afetações dos recursos ecológicos, valores naturais e paisagísticos presentes no município fundamentalmente através do recurso aos instrumentos legais de monitorização e avaliação de impacte ambiental (AAE - D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho; AIA - D.L. n.º 197/2005, de 8 de Novembro; D.L. n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro);</li><li>- Assegurar que as áreas de uso dominante agrícola, florestal ou natural são mantidas, em detrimento da sua ocupação por nova edificação;</li><li>- Desenvolver de um programa de monitorização específico para as áreas sujeitas a desafetação de REN e RAN, com o objetivo de restringir a expansão de áreas edificadas, de impermeabilização de solos e de urbanização de solos que sejam vocacionados para outros usos, nomeadamente com potencialidades agrícolas;</li><li>- Considerar o risco de seca tendo em conta o agravamento expectável deste tipo de fenómenos extremos, desenvolvendo orientações estratégicas de minimização e adaptação das populações e atividades produtivas, nomeadamente ao nível do abastecimento de água;</li><li>- Reforçar a escala de atuação intermunicipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adoção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de processos de Agenda Local 21;</li><li>- Assegurar a viabilidade da manutenção ou reposição da função ecológica dominante nas áreas vitais da REN;</li></ul>		
---	--	--



<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo;</li><li>- Incentivar o estabelecimento de parcerias público-privadas para a recuperação e requalificação de áreas degradadas;</li><li>- Promover a criação de uma rede integrada entre os municípios para recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal;</li><li>- Promover o envolvimento da população e agentes locais na monitorização e recuperação dos valores ambientais;</li><li>- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo;</li><li>- Sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e arbustos de espécies adequadas uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono;</li><li>- Assegurar o apoio a iniciativas turísticas alternativas que assegurem investimentos significativos na qualidade do ambiente;</li><li>- Minimização dos efeitos do ruído nas vias de circulação rodoviária, através de planos de plantação de cortinas arbóreas, ao longo das vias com maior densidade de tráfego;</li><li>- Localização criteriosa das atividades sensíveis e produtoras de ruído, como por exemplo, escolas, hospitais, locais de culto e habitações.</li></ul>		
--	--	--

**Quadro 15** - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Qualidade Ambiental", Oportunidades e Riscos.





## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

### - Gestão

As Orientações de Gestão estão implícitas no quadro anterior (Quadro 30).

No sentido de promover e proteger a Qualidade Ambiental, há que assegurar a gestão sustentável para que a revisão em causa possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do concelho.

### - Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Qualidade Ambiental, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 31.

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

### - Avaliação

De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR).

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementado com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos n.ºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

O Quadro 16 representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) da Qualidade Ambiental, que se considera pertinente no presente com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.



# AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

# REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	<b>Recolha e Tratamento de RSU</b>			
Gestão sustentável dos resíduos	Incentivos à reciclagem, reutilização e redução	n.º	Município de Vimioso Resíduos Nordeste	Anual
Gestão sustentável dos resíduos	Ações de sensibilização de separação de resíduos e implementação de boas práticas	n.º		Anual
	<b>Qualidade do Solo</b>			
Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Percentagem de proteção do solo com medidas de gestão ambiental	%	Município de Vimioso APA ICNF	Quinquenal
Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área de RAN desafetada	ha	Município de Vimioso DRAPN	Anual
Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área de REN desafetada	ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área por tipologia de povoamento Florestal	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	<b>Água</b>			
	<b>Abastecimento de água</b>			
Gestão sustentável da água	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	Município de Vimioso	Anual
Gestão sustentável da água	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada	%	Município de Vimioso	Anual
Gestão sustentável da água	Número de falhas/quebras no abastecimento de água à população	n.º	Município de Vimioso	Anual
Gestão sustentável da água	Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%	Município de Vimioso	Anual

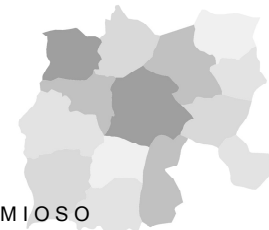


Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Drenagem de águas residuais			
Gestão sustentável da água	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	Município de Vimioso	Anual
Gestão sustentável da água	Eficiência do tratamento realizado	%	Município de Vimioso APA	Anual
	Recursos Hídricos			
Gestão sustentável da água	Programas e medidas municipais que visem a proteção dos leitos das linhas de água e respetivas margens	n.º	Município de Vimioso APA	Anual
Gestão sustentável da água	Qualidade da água superficial e subterrânea	Excelente, Boa, Razoável, Má, Muito má	Município de Vimioso APA	Quinquenal
	<b>Ruído</b>			
Qualificação territorial	Recetores sensíveis expostos a focos de poluição sonora	n.º	Município de Vimioso	Anual
Qualificação territorial	Execução do mapa do ruído do concelho	s/n	Município de Vimioso	Quinquenal
Qualificação territorial	Nº de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído	n.º	Município de Vimioso	Anual
Qualificação territorial	Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	Município de Vimioso	Quinquenal
Qualificação territorial	Atividades ou instalações com	n.º	Município de Vimioso	Anual



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	impacte em termos de poluição sonora			
	<b>Qualidade do Ar</b>			
Redução das emissões de CO2	Evolução das emissões de poluentes no concelho	t/ano	Município de Vimioso APA	Anual
Redução das emissões de CO2	Evolução das emissões de poluentes por freguesia apurada	t/ano	Município de Vimioso APA	Anual

**Quadro 16** - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Qualidade Ambiental"



## 5.3 Coesão Social e Desenvolvimento Humano

### 1. Descrição e Objetivos

Com este fator crítico pretende-se avaliar os impactos positivos e negativos das propostas do Plano Diretor Municipal de Vimioso ao nível da Coesão Social e Desenvolvimento Humano, contribuindo assim para uma melhoria na vida da população do concelho de Vimioso.

A coesão social está relacionada com a disponibilidade ao acesso a todos os serviços básicos a toda a população. O concelho de Vimioso está servido na sua maioria, pelos serviços de infraestruturas e equipamentos básicos (encontrando-se na sua maioria na sede do concelho).

O desenvolvimento humano assenta no combate à desertificação, valorizando os recursos humanos e a criação de emprego através das medidas definidas como estratégias a implementar para o desenvolvimento local e regional.

Os objetivos identificados para este fator relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE.

A avaliação do fator Coesão Social e Desenvolvimento Humano tem como principais objetivos:

- Incentivos à fixação da população com a criação de emprego;
- Incentivos à fixação de emigrantes que retornam ao concelho (sua origem);
- Exploração das qualificações patrimoniais, da paisagem, do turismo de natureza e de terceira idade;
- Valorização de Recursos Humanos;
- Melhoria das condições de habitabilidade;
- Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida;
- Revitalização das zonas degradadas dos principais centros urbanos e áreas rurais.

### 2. Situação Existente e Análise de Tendências

#### - Evolução sem Ação

O desenvolvimento sustentável procura satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer o futuro, apoiando-se numa relação de equilíbrio entre o desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, e o uso razoável dos recursos da terra, preservando as espécies e os habitats naturais.

Devido às características da área de intervenção, que incide num concelho de território, maioritariamente natural, torna-se ainda pertinente a



## **AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO**

análise das pressões exercidas pelo desenvolvimento socioeconómico, sobre o ambiente e estrutura natural.

A manutenção da situação atual, com a degradação do edificado habitacional potenciará o decréscimo da população residente, bem como prejudicará o património paisagístico e qualidade da oferta turística do concelho.

Em relação à evolução da população, há semelhança de todos os concelhos do interior do país, este segue o caminho demográfico de perda populacional e envelhecimento da existente, traduzindo-se na perda de atividade também.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino, as decisões de âmbito territorial, sem a revisão do PDM, encaminhariam para a contínua baixa de natalidade, como consequência levarão a que não existam crianças para uso da educação (e por conseguinte, dos edifícios de função educacional). Os constrangimentos em termos da rede escolar iriam agravar-se e o edificado, sem o uso próprio à sua função, iria degradar-se. Assim, a revisão é importante para reafirmar o papel do concelho como atrativo e propulsor de continuidade vivencial.

A tendência evolutiva da população e o seu progressivo envelhecimento repercute-se, como é evidente, nos valores da população ativa e no emprego.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

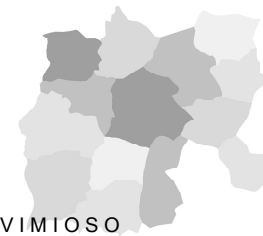
Iniciando a análise pela distribuição da população ativa do concelho de Vimioso, pelos três sectores de atividade, verifica-se que a situação se caracteriza pelo facto de a maior percentagem de população ativa estar associada ao sector terciário. No concelho de Vimioso destaca-se o papel dos serviços, enquanto emprego público que, no atual quadro de incerteza e de riscos significativos, onde a política orientadora dominante é a da redução de despesa pública, este será um setor que não tem mais por onde crescer!

A atividade agrícola, a pecuária e silvicultura têm alguma representatividade no concelho e, no quadro atual de desenvolvimento, serão as atividades com mais oportunidades de desenvolvimento neste e em todos os concelhos do interior.

Apresenta-se ainda, à semelhança de todo o país, um deficit económico entre a importação e a exportação.

A atividade industrial, no concelho de Vimioso, apresenta muito pouca representatividade. (ver estudos de caracterização).

O Turismo e atividades de recreio e lazer e mobilidade sustentável, são atividades que foram acrescentadas ao território concelhio em análise recentemente. O projeto do Parque Ibérico de Natureza e Aventura de Vimioso, é um desses exemplos estratégicos, propulsores de grande atividade, este é uma forte aposta no âmbito do QRE, e com efeito no mencionado no PROT norte, acerca do desenvolvimento de um cluster



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

regional a partir da constituição de polos turísticos, neste caso, de âmbito ibérico.

Este é um concelho (e toda a região) possuidor de elevado potencial turístico orientado para diversos produtos regionais que necessitam de ser desenvolvidos de acordo com determinadas orientações para o turismo, acompanhado da preservação dos recursos naturais. Neste sentido, a rede de percursos pedonais constitui uma importante mais valia do território, designadamente passeios a pé; passeios de burro; passeios de bicicleta; etc...

Da análise efetuada constatou-se: o número reduzido de atividades de interpretação ambiental; a falta de infraestruturas e de sinalética de apoio à visitação, bem como uma capacidade de alojamento manifestamente insuficiente.

Ao longo da estrutura presente identificam-se um conjunto de problemas ambientais que se sintetizam de seguida:

- Decréscimo populacional na última década;
- Sazonalidade na ocupação dos empreendimentos turísticos;
- Reduzido número de percursos pedestres organizados;
- Falta de infraestruturas de apoio às atividades de recreio e lazer;
- Número reduzido de atividades de interpretação ambiental;
- Falta de infraestruturas e de sinalética de apoio à visitação;
- Capacidade de alojamento manifestamente insuficiente;

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Precariedade dos espaços físicos (habitação sem manutenção) com risco de problemas sociais que os mesmos acarretam;

- Decréscimo do número de alunos no ensino do concelho, pela baixa natalidade e falta de emprego.

### - Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Boa localização e proximidade com a fronteira;</li><li>- Concelho dotado de equipamentos coletivos (educação, saúde, sociais, desportivos, económicos, culturais e lazer);</li><li>- Existência de áreas de acolhimento industrial que permitem a fixação de empresas e unidades industriais, para desenvolvimento local;</li><li>- Produtos locais de elevada qualidade;</li><li>- Existência de espaços de turismo rural e agroturismo;</li><li>- Património cultural rico e diversificado;</li><li>- Existência de grande diversidade para a oferta turística do ramo de natureza, de saúde e Complexo Termal, de lazer e cultural;</li><li>- Comercialização de produtos regionais de qualidade.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- População envelhecida, com baixa qualificação, o que leva a um número reduzido de população com espírito empreendedor, que contribua para a diversificação de atividades económicas e para a dinamização do concelho;</li><li>- Aumento de desemprego;</li><li>- Reduzido dinamismo da atividade turística;</li><li>- Concorrência direta dos estabelecimentos turísticos “não classificados”.</li></ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Grande potencial turístico associado ao turismo de natureza, de saúde e Complexo Termal;</li><li>- Criação de rotas turísticas ligadas aos recursos naturais, arqueológicos e patrimoniais;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Baixa competitividade entre empresas devido à sua dimensão reduzida;</li><li>- Diminuição do efetivo populacional, agravamento do índice de</li></ul>



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

<ul style="list-style-type: none"><li>- Exploração do potencial agrícola e florestal;</li><li>- Oferta de espaços naturais para a prática de desportos ao ar livre;</li><li>- Políticas pró-natalistas;</li><li>- Mercado de emprego e salários competitivos, com contributos para a cidadania e igualdade de género;</li><li>- Diferenciação de produtos regionais;</li><li>- Implementação de medidas de apoio à construção sustentável;</li><li>- Integração em espaços que oferecem um conjunto diversificado de recursos para o recreio, o lazer e o desporto;</li><li>- Melhoria das acessibilidades rodoviárias, no caso da concretização dos acessos aos nós propostos e da circular externa proposta;</li><li>- Criar um leque de oportunidades que poderão contribuir para a dinamização empresarial num contexto de desemprego.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- envelhecimento e diminuição do índice de sustentabilidade (redução da população ativa relativamente à idade de reforma);</li><li>- Perda de conhecimento e capital humano para o estrangeiro;</li><li>- A atividade agrícola, embora com importância relevante não é potenciada, apenas é mencionada a necessidade de promoção dos produtos locais e regionais, carecendo de medidas operacionais.</li></ul>
--	--

**Quadro 17** - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Coesão Social e Desenvolvimento Humano

### 3. Efeitos Esperados

#### - Avaliação de Ações Estratégicas

A qualificação e valorização da atividade do turismo e serviços acessórios, objetivos estabelecidos nas estratégias da atual revisão do PDM, veem uma oportunidade de concretização e evolução através da Proposta, consubstanciada pela Prioridade estratégica 2, que prevê um conjunto de ações de ordenamento e qualificação para afirmar Vimioso nas redes ibéricas, destacando-se a concretização de algumas intervenções previstas nas unidades operativas de planeamento e gestão e na concretização de novos acessos. Nomeadamente, a construção da nova zona industrial em Vimioso (UOPG1), o término da construção do Parque Ibérico de Natureza e Aventura

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

de Vimioso, a construção da zona do Complexo Termal da Terronha, a expansão da zona urbana de Vimioso e a zona de equipamentos de Vimioso.

No que concerne ao referido FCD, constata-se que a proposta estratégica integra a ação de promoção do turismo, com o objetivo de conciliar outras atividades de apoio de conservação e valorização do património natural e cultural, de recreio como passeios a pé e de bicicleta (proposta de construção de ciclovias) e comercialização de produtos da zona. Com efeito, prevê-se a criação de estruturas de apoio (como equipamentos de restauração, cafetarias/bares, lojas, entre outros), promovendo e apoiando o desenvolvimento do concelho.

Nesse sentido, a proposta do cenário para Vimioso (cenário mais favorável) constituirá uma oportunidade de desenvolvimento de atividades agrícolas, de pecuária, etc...; criação de infraestruturas e equipamentos de apoio à prática de desportos e atividades de lazer, dinamizando estas atividades e envolvendo utentes com sensibilidade e apreço pelo meio natural; criação de uma rede de percursos interpretativos/rotas de carácter geral ou temáticos (flora, fauna, geologia, património construído, outros) e atividades designadas, no seu conjunto, como Desporto de Natureza que incentivem o lazer e a utilização deste espaço natural; desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial, devendo considerar a projeção de uma imagem que potencie a captação de novas atividades económicas, e atraindo novos segmentos; criação de uma circular externa de Vimioso, e troço de ligação Argozelo - Vimioso.





## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

Em resumo, a implementação das estratégias definidas contribuirão positivamente para dotar a área do concelho de Vimioso de mais e melhores infraestruturas de apoio aos visitantes. No mesmo sentido, pelo tipo de estruturas que prevê, contribuirá para minimizar o problema da desertificação também característico deste concelho.

### 4. Oportunidades e Risco

Tal como descrita anteriormente, na estratégia aplicada ao FCD de Coesão Social e Desenvolvimento Humano, importa avaliar de uma forma global, os projetos e ações já em execução e os propostos, já que os mesmos integram riscos e/ou oportunidades distintos para o desenvolvimento do concelho.

A implementação das apostas estratégicas na revisão do PDM de Vimioso, contribuíram positivamente para dotar o concelho de mais e melhores infraestruturas de apoio a visitantes e residentes, contribuindo para colmatar o problema da sazonalidade. No entanto, no que concerne às atividades económicas tradicionais, as suas ações associadas à atividade agrícola não estão a ser equacionadas. A estratégia centra-se essencialmente no turismo, esperando que uma das consequências do desenvolvimento da atividade turística seja a atividade agrícola.

Em relação à dinâmica demográfica existem diversas oportunidades criadas pela dinamização de processos sociais como por exemplo a reabilitação e recuperação de edificado habitacional existente, que cria e

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

melhora as condições de vida promotoras da fixação populacional com um consequente crescimento demográfico. As estratégias preconizadoras destas oportunidades englobam a intensificação dos processos de inclusão social e estímulo à vida de proximidade. Destacam-se em particular as estratégias de empreendedorismo e serviços às populações e ao emprego, os reforços das centralidades através da promoção de equipamentos, a programação da urbanização e o desenvolvimento de atividades económicas, promotoras de uma cultura de comunidade.

A implantação de novas infraestruturas de transporte rodoviário (descritas atrás), criam condições favoráveis à fixação de atividades económicas variadas. Saliente-se a estratégia específica dos perímetros urbanos para controlar/limitar o crescimento urbano descontrolado, ao longo das vias. O crescimento demográfico decorrente da fixação das referidas atividades, na ausência de fortes mecanismos de controlo territorial, pode vir a determinar uma degradação da qualidade de vida, e da atratividade desse território, tendo em conta critérios de qualidade ambiental e social, bem como de um futuro sustentável da região.

A estratégia de melhoria da acessibilidade a equipamentos de saúde (estes ligados ao turismo termal) através da diminuição do tempo de deslocação, poderá ser uma oportunidade para dar resposta à tendência de envelhecimento populacional no concelho de Vimioso.

Existem outros domínios que poderão contribuir para a dinamização demográfica, como a criação de atratividade regional através da geração de condições infraestruturantes de qualidade ambiental, o que passa pelo



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

envolvimento ativo das comunidades locais no que concerne à temática recursos naturais e seus usos sustentáveis, da minimização de riscos que possam pôr em causa populações e da melhoria da mobilidade com acesso aos equipamentos de proximidade, de uma forma sustentável.

A promoção da referida reconversão urbanística dos perímetros urbanos, aumentará a atratividade destes espaços, conduzindo a uma oportunidade de inclusão social, através da concentração humana e do “associativismo de vizinhança”, partindo de uma estratégia de compactação e contenção da expansão urbanística. De realçar que, apesar do princípio da reversão de solo urbano em solo rural, considera-se, ainda, insuficiente a aplicação desta diretriz para incentivar a atividade da agricultura em termos de inclusão social.

A promoção da estratégia de empreendedorismo preconiza uma orientação estratégica que fomenta o acesso equitativo a zonas geográficas mais remotas e a populações mais idosas, como é o caso do turismo termal. De igual modo estratégias ligadas à promoção de atividades tradicionais e culturais poderão explorar e ligar-se à estratégia de empreendedorismo referida, proporcionando um aumento da atratividade local.

Ressalve-se no entanto que a valorização do património e criação artística e cultural poderiam igualmente configurar oportunidades de inclusão social.

A consolidação do turismo na região e o desenvolvimento económico associado a produtos inovadores e de marca regional pode constituir uma oportunidade para a inclusão social desde que possua essa intenção clara.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

No entanto, as estratégias prevalentes não são ainda indicativas de uma política clara de inclusão social, não possuindo critérios expressivos, designadamente ao nível da preferência pela geração de emprego local, que garantam esse pressuposto, podendo constituir riscos significativos de geração de desigualdades sociais.

A estratégia do concelho de Vimioso como polo ibérico e como destino turístico traz associada a necessidade de um grande número de novas intervenções, sendo o desenvolvimento cultural e o património fatores cruciais para sua vitalidade e para o seu desempenho económico.

De salientar a aposta no desenvolvimento de programas de ações integradas com vista à melhoria das condições de atratividade. Contudo constitui um risco a ausência de critérios ao nível das diretrizes para uma implantação destes programas de ação de acordo com critérios ambientais.

As estratégias de promoção de produtos e marcas de base territorial, da identidade cultural para divulgação/informação e de criação artística e cultural configuram oportunidades muito importantes para o património cultural, na medida em que contribuem para a atratividade regional e por sua vez para o aparecimento de novos públicos (mais exigentes), e da integração em políticas de regeneração urbana, através de ligações ao turismo e cultura de comunidade. A estratégia de estímulo à vida de proximidade dá uma importante ênfase a vários tipos de equipamento e cria oportunidades ao referenciar e valorizar o comércio tradicional.

O investimento no património imóvel, a requalificação e valorização de toda a história do Concelho assim como do património imaterial



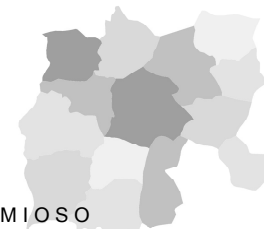
## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO**

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

(os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, as festas, as lendas, músicas, costumes e outras tradições), são também oportunidades de proximidade da população e de coesão social, de grande impulso para a valorização e desenvolvimento humano.

### **- Impactos de Natureza Estratégica**

No Quadro seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrados segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
Reabilitação do edificado consolidado dos perímetros urbanos			
Reabilitação do edificado consolidado dos perímetros urbanos e área Envolvente	REDE URBANA	<ul style="list-style-type: none"><li>- Oportunidade de melhoria da qualidade de vida da população, como resultado da recuperação de áreas de lazer, habitação e comércio e qualidade urbanística.</li><li>- Melhoria da qualidade de vida das populações, diminuindo os riscos de edifícios devolutos e melhoria das condições de habitabilidade nos edifícios.</li><li>- A dinamização deste edificado cria oportunidades de emprego, especialmente na área turística.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- A dinamização das atividades turísticas associadas à reabilitação e valorização do edificado deve ter em consideração as características dos locais, sob pena de interferir negativamente na qualidade de vida das populações residentes.</li></ul>
Orientações municipais de valorização da recuperação do edificado construído em espaço rural		<ul style="list-style-type: none"><li>- Oportunidades de melhoria do parque habitacional e dos espaços sociais e de lazer, com melhoria da qualidade de vida, para os habitantes.</li><li>- Oportunidade de controlo do uso de espaços rurais para habitação e de revitalização de áreas rurais com edificações degradadas.</li></ul>	
Equipamentos   Promoção do Turismo de Natureza			
Ligação entre os equipamentos do Parque de Campismo, as Piscinas Municipais e o Campo de Ténis, a partir de uma ciclovía   Caminho pedonal	REDE URBANA   TURISMO E NATUREZA	<ul style="list-style-type: none"><li>- Impactes positivos sobre o desenvolvimento humano, com a oferta de espaços, infraestruturas entre equipamentos de conhecimento e formação pessoal e profissional, cultura, lazer e melhoria genérica da qualidade de vida no concelho.</li><li>- Oportunidades para promover a aproximação entre a Administração e os cidadãos e agentes socioeconómicos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Risco de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos.</li></ul>
Parque Ibérico de Natureza, Trismo e Aventura de Vimioso		<ul style="list-style-type: none"><li>- Efeitos positivos na melhoria da qualidade de vida da população, com oferta de espaços naturais de lazer e sociais.</li><li>- Utilização destas estruturas para implementação de programas de educação ambiental que envolvam a população em geral e que permitam sensibilizar para a gestão sustentável dos recursos.</li><li>- Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção e exploração das unidades a instalar</li></ul>	
Complexo Termal da Terronha			
Educação			
Requalificação dos Centros Escolares	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"><li>- Impactes positivos sobre o desenvolvimento humano, resultantes da aposta na educação, conhecimento e formação profissional.</li></ul>	
Incentivo à programação de apoio à formação profissional			



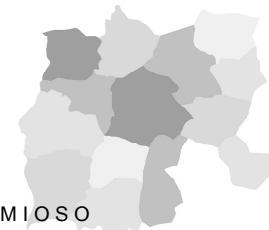
Valorização Ambiental			
Projetos de educação ambiental e de gestão de água	<b>AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA</b>	- Oportunidades de melhoria na qualidade de vida das populações, com efeitos positivos associados a um desenvolvimento territorial mais coeso, promovendo o acesso igualitário da população a bens e serviços básicos e melhoria ao nível da saúde pública.	- A aplicação do novo quadro legal e institucional da gestão da água, com princípios de recuperação de impactes nos sistemas tarifários; - Risco de provocação de dificuldades em populações economicamente mais desfavorecidas.
Incentivo à reciclagem, reutilização e redução		- Efeitos positivos no potencial de desenvolvimento humano, resultantes da sensibilização e formação ambiental da população.	
Valorização da envolvente do Rio Maças, Rio Angueira e do Rio Sabor		- Melhoria da qualidade do parque habitacional, com consequente melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento das populações.	- Risco de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos.
Valorização dos Sistemas Naturais e zonas afetadas pela REN			
Valorização florestal de usos múltiplos			
Valorização agrícola de usos múltiplos			

**Quadro 18** - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"



Efeitos Ambientais Esperados das Intervenções Estratégicas e Regulamentares do PDM de Vimioso			
Intervenções Estratégicas e Regulamentação	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Regulamentação de recuperação e reabilitação da edificabilidade existente	SOLO URBANO	- Oportunidade para estruturação da reabilitação e recuperação urbana com um impacto visual positivo e regulamentação, com efeitos positivos na melhoria da qualidade de vida da população.	
Regulamentação da edificabilidade em espaços naturais	SOLO URBANO   SOLO RURAL	- Impacte positivo na preservação dos espaços naturais e de toda a sua riqueza biocénica, proporcionando espaços de edificação de habitações com elevada qualidade de vida para a população e potenciando o desenvolvimento de atividades agrícolas uma vez que as zonas de habitação se encontram nestas áreas.	
Regulamentação e definição da estrutura ecológica municipal		- Estrutura Ecologia Municipal, demonstram a importância que os valores paisagísticos têm ao nível do PDM, regulamentando a sua manutenção e proteção, impedindo a edificação e construção nestas áreas, e contribuindo, assim, para a existência e conservação de espaços sociais e de lazer com valor natural e biocénico, quer em meio urbano, quer em meio rural, com melhoria da qualidade de vida das populações.	
Regulamentação de proteção do património construído, natural e arqueológico		- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao património construído, natural e arqueológico, como resultado da valorização e requalificação destas estruturas.	
Projetos de valorização de elementos sociais e humanos	CULTURA   VALORIZAÇÃO HUMANA	- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao emprego, ao ambiente e ao civismo, como resultado da valorização e requalificação dos mesmos.	
Projetos de valorização Humana, natural, ... impulsionando entidades privadas a concretizar circuitos turísticos	ECONOMIA   TURISMO E LAZER	- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao emprego, ao ambiente e ao civismo, como resultado da valorização e requalificação dos mesmos.	
Projeto do Complexo Termal da Terronha		- Impactos positivos sobre o desenvolvimento humano, resultantes da aposta no desenvolvimento de atividades profissionais qualificadas e de proteção ambiental.	
Projeto do PINTA			

Quadro 19 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Coesão Social e Desenvolvimento Humano”



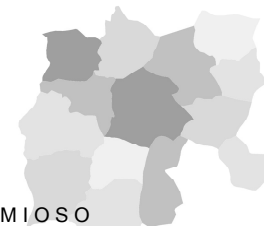
### **5. Quadro de Governança para a Ação**

Identifica-se de seguida um quadro de governança para a revisão do PDM (Quadro 20), com o intuito de identificar as entidades institucionais e de responsabilidade afetas ao mesmo, para o cumprimento dos objetivos e diretrizes propostas, relativamente ao FCD Coesão Social e Desenvolvimento Humano.

### **6. Plano de seguimento/monitorização**

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Câmara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a Coesão Social e Desenvolvimento Humano, presente no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 21 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso para o atual FCD.


**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO**
**REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> <li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>- Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.</li> </ul>
Administração Regional da Saúde do Norte (ARSN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Ministério de Economia, Delegação Regional Norte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.</li> </ul>
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento</li> </ul>
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar as associações de âmbito social, cultural e ambiental na criação e gestão do desenvolvimento humano e da coesão social</li> <li>- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.</li> <li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li> <li>- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão e promover a reabilitação e recuperação do edificado existente.</li> <li>- Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.</li> <li>- Manter atualizada a relação entre as necessidades de qualificação e a integração socioprofissional das comunidades locais.</li> <li>- Promover a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais.</li> </ul>
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.</li> </ul>
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público.</li> <li>- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</li> <li>- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.</li> <li>- Recorrer às IPSS para aceder a serviços e equipamentos de ação social.</li> </ul>

**Quadro 20 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"**





DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;</li> <li>- Enquadramento paisagístico das infraestruturas de transporte;</li> <li>- Incentivar a população para a qualidade do concelho, nomeadamente na requalificação e reconstrução do edificado;</li> <li>- Garantir que a recuperação habitacional e patrimonial seja concretizada tendo em conta as características funcionais, arquitetónicas e culturais do contexto social em que se enquadram;</li> </ul>	<p>Oportunidades de melhoria da qualidade de vida da população, como resultado da recuperação de áreas de lazer, habitação e comércio e qualidade urbanística;</p> <p>Oportunidades na melhoria da qualidade de vida das populações, diminuindo os riscos de edifícios devolutos, e melhoria das condições de habitabilidade nos edifícios;</p> <p>Oportunidades de criação de emprego pela dinamização do edificado, especialmente na área turística;</p> <p>Oportunidades de melhoria do parque habitacional e dos espaços sociais e de lazer, com melhoria da qualidade de vida, para os habitantes;</p>	<p>Riscos de a dinamização das atividades turísticas associadas à reabilitação e valorização do edificado deve ter em consideração as características dos locais, sob pena de interferir negativamente na qualidade de vida das populações residentes, senão tiver em consideração as características locais;</p> <p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos;</p> <p>Riscos de provocação de dificuldades em populações economicamente mais desfavorecidas resultado da aplicação do novo quadro legal e institucional da gestão da água, com princípios de recuperação de impactes nos sistemas tarifários;</p> <p>Riscos da utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos;</p>



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

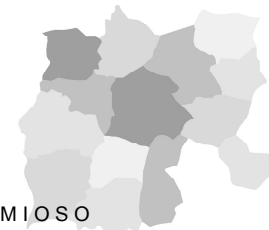
## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

<p>- Reforço e continuidade da aposta do turismo ecológico/ambiental;</p> <p>- Criação de novos percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental, social e económica;</p> <p>- Assegurar que as áreas de uso dominante agrícola, florestal ou natural são mantidas, em detrimento da sua ocupação por nova edificação;</p> <p>- Assegurar que as funções atribuídas às áreas vitais são asseguradas através da sua integração ao nível do PMOT, garantindo a sua substituição equivalente em termos de áreas que venham a ser edificadas para assegurar os objetivos de conforto ambiental, de sustentabilidade, qualidade vida e social;</p> <p>- Desenvolver programas de monitorização específicos para as áreas sujeitas a desafetação de REN e RAN, com o objetivo de restringir a expansão de áreas edificadas, de impermeabilização de solos e de urbanização de solos que sejam vocacionados para outros usos, nomeadamente com potencialidades agrícolas;</p>	<p>Oportunidades de controlo do uso de espaços rurais para habitação e de revitalização de áreas rurais com edificações degradadas;</p> <p>Oportunidades sobre o desenvolvimento humano, com a oferta de espaços, infraestruturas entre equipamentos de conhecimento e formação pessoal e profissional, cultura, e lazer, com melhoria da qualidade de vida no concelho, bem como de espaços naturais, lazer e sociais;</p> <p>Oportunidades para promover a aproximação entre a Administração/Cidadãos/Agentes Socioeconómicos;</p> <p>Oportunidades de utilização de estruturas de lazer e socaisi para implementação de programas de educação ambiental que envolvam a população em geral e que permitam sensibilizar para a gestão sustentável dos recursos;</p>	<p>Riscos de desertificação decorrentes da redução da população ativa relativamente à da idade da reforma, com diminuição do efetivo populacional, agravando o índice de envelhecimento e domiuição do índice de sustentabilidade;</p> <p>Riscos de perda do conhecimento e capital humano para o estrangeiro.</p>
--	--	--



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Executar e gerir de forma racional e sustentável o sistema de prestação de serviços coletivos de proximidade territorial (ensino, saúde, ação social, desporto, cultura, etc.);</li> <li>- Aproveitar as oportunidades conferidas pela implementação de novas estruturas ambientais e culturais para promover o conhecimento, a disseminação de informação histórica, cultural e ambiental e a capacidade das populações para os desafios da sustentabilidade;</li> <li>- Considerar o risco de seca tendo em conta o agravamento expectável deste tipo de fenómenos extremos, desenvolvendo orientações estratégicas de minimização e adaptação das populações e atividades produtivas, nomeadamente ao nível do abastecimento de água;</li> <li>- Reforçar a escala de atuação intermunicipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adoção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de processos de Agenda Local 21;</li> <li>- Promover a criação de uma rede integrada entre os municípios para recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal;</li> <li>- Impulsionar a dinâmica populacional, relançando atividades económicas, ao valorizar os recursos concelhios e na criação de condições para o acolhimento de novas indústrias, como forma de atratividade populacional;</li> <li>- Assegurar o apoio a iniciativas turísticas alternativas que assegurem investimentos significativos na qualidade social e dos recursos humanos.</li> </ul>	<p>Oportunidades de adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção e exploração das unidades a instalar;</p> <p>Oportunidades sobre o desenvolvimento humano, resultantes da aposta na educação, conhecimento e formação profissional;</p> <p>- Oportunidades de melhoria na qualidade de vida das populações, com efeitos positivos associados a um desenvolvimento territorial mais coeso, promovendo o acesso igualitário da população a bens e serviços básicos e melhoria ao nível da saúde pública;</p> <p>Oportunidades no potencial de desenvolvimento humano, resultantes da sensibilização e formação ambiental da população;</p> <p>Oportunidades de melhoria da qualidade do parque habitacional, com conseqüente melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento das populações.</p>	
--	---	--

**Quadro 21** - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Coesão Social e Desenvolvimento Humano", Oportunidades e Riscos.



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

### - Gestão

As Orientações de Gestão estão implícitas no quadro anterior (Quadro 21).

No sentido de promover a Coesão Social e Desenvolvimento Humano, há que assegurar a gestão sustentável social, económica e ambiental, para que a revisão em causa possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do concelho.

### - Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Coesão Social e Desenvolvimento Humano, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 22.

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

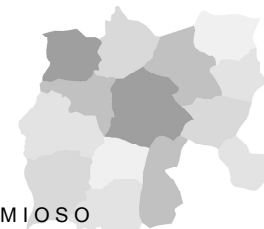
### - Avaliação

De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR).

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementadas com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos nºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

O Quadro 22 representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) da Coesão Social e Desenvolvimento Humano, que se consideram pertinentes no presente com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.



**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO**

**REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

<b>Objetivos de sustentabilidade</b>	<b>Indicador</b>	<b>Unidade</b>	<b>Fontes de informação</b>	<b>Frequência de amostragem</b>
	<b>Reforço da Economia do Concelho</b>			
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica	%	INE	Coincidente com os Censos
Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Nível de ensino da população residente no concelho	nível	INE	Coincidente com os Censos
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	N.º de atividades económicas associadas (às áreas/ofertas gerada pelo Plano) criadas	n.º	INE	Coincidente com os Censos
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Evolução do parque edificado por períodos de construção	%	Município de Vimioso	Quinquenal
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de desemprego	%	INE	Coincidente com os Censos
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de variação dos alojamentos	%	INE	Coincidente com os Censos
	<b>Reforço da Coesão Social</b>			
Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Número de serviços de apoio à terceira idade	n.º	Município de Vimioso	Quinquenal
Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	N.º de eventos criados de forma a contrariar os efeitos de sazonalidade	n.º	Município de Vimioso	Anual
Revitalização de centros urbanos e áreas rurais	Número de edificações recuperadas nos perímetros	n.º	Município de Vimioso	Anual



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	urbanos			
Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Rácio de habitantes por equipamento social	%	INE	Coincidente com os Censos
	<b>Conservação Ambiental</b>			
Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Evolução da capacidade do Turismo de natureza no Concelho	%	Município de Vimioso	Anual
Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Investimento na área do desenvolvimento rural	€	Município de Vimioso	Anual
Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Programas e medidas municipais que visem a proteção da natureza, património cultural e investimento ambiental	n.º	Município de Vimioso	Anual

**Quadro 22** - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Coesão Social e Desenvolvimento Humano”



## 5.4 Desenvolvimento Regional e Local

### 1. Descrição e Objetivos

O objetivo deste FCD é considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da revisão do PDM na estrutura de decisão e na articulação institucional na Região, nas questões relacionadas com a criação e utilização de conhecimento, bem como nos padrões de especialização produtiva regional, nas condições de atratividade territorial à fixação de atividades, e nas estratégias de articulação dos agentes tendo presente a afirmação internacional da região.

E nestes termos apresentam-se como principais objetivos:

- Investimento crescente em I&D (público e privado);
- Aumento moderado do nível médio de qualificação dos residentes (apesar dos valores absolutos baixos);
- Produtividade crescente do emprego;
- Boa abertura aos mercados externos (principalmente a Espanha);
- Equilíbrio intra-regional acentuado na geração de riqueza;
- Crescimento da procura turística;
- Crescimento do emprego e da produtividade no sector primário (produtos regionais).

### 2. Situação Existente e Análise de Tendências

#### - Evolução sem Ação

A estrutura produtiva do município não deve sofrer alterações significativas, mantendo um carácter muito polarizado entre agricultura, construção, comércio, serviços e indústria transformadora, sendo que esta última poderá sofrer algum abrandamento da sua atividade dada a conjuntura atual do sector a nível nacional.

A tendência nacional, com implicações na redução do número de empresas sediadas no concelho, caso não venha a ser alterada, irá prejudicar certamente o desenvolvimento económico concelhio.

A tendência de evolução sem ação, configura um cenário de agravamento da situação atual, por falta de uma estratégia de marketing e promoção turística, por falta de articulação entre os atores turísticos que intervêm e por falta de integração vertical e horizontal dos produtos de Vimioso.

A tendência de evolução sem o Plano configura um cenário de agravamento da situação atual, no que toca as carências e falhas mencionadas, especificamente no agravamento das carências ao nível dos equipamentos desportivos, educacionais, de saúde, da segurança pública e da proteção civil; no agravamento das carências de espaços verdes urbanos



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

e de circuitos de mobilidade sustentável; na falta de estruturação e hierarquização dos investimentos em espaços verdes de utilização coletiva.

A ausência de uma estratégia para conservação e valorização ambiental, paisagística e do meio natural dos espaços rurais e urbanos, perspetiva a manutenção das tendências atuais e um consequente agravamento das condições que contribuem de forma significativa para a não materialização dos objetivos de sustentabilidade.

### - Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise .

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização geográfica;</li> <li>- Forte diversidade ecológica e paisagística;</li> <li>- Sinais evidentes do alargamento institucional nacional e da cooperação transfronteiriça;</li> <li>• Associativismo;</li> <li>• Localização estratégica de áreas para atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deficiente hierarquia viária;</li> <li>- Matriz de povoamento rural disperso;</li> <li>- Estado de degradação do edifício existente;</li> <li>- Inexistência de oferta hoteleira competitiva.</li> </ul>

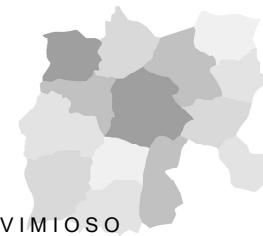
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção da circular externa e troços de ligação;</li> <li>- Recuperação do Centro Histórico;</li> <li>- Construção do Complexo Termal da Terronha;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição da atividade económica da região;</li> <li>- Perda de população;</li> <li>- Abandono progressivo das populações nas áreas</li> </ul>

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Renovação e recuperação do edifício existente;</li> <li>- Dinamização de Turismo Rural em edifícios recuperados;</li> <li>- Implantação de atividades económicas com significativa importância a nível internacional que poderão funcionar como âncoras de desenvolvimento do território;</li> <li>- Valorização do potencial endógeno do território;</li> <li>- Programa de “Qualificação das competências da administração local”;</li> <li>- Programa de “Qualificação dos recursos turísticos”;</li> <li>- Projeto “Promoção e Gestão da Imagem da Região de Trás-os-Montes” direcionado para a promoção territorial;</li> <li>- Promoção e dinamização de uma política cultural Intermunicipal;</li> <li>-Aumento das atividades económicas da região de uma forma sustentável de maneira a evitar o êxodo populacional;</li> <li>- Travar o abandono das áreas rurais;</li> <li>- Dinamizar a agricultura;</li> <li>- Dinamização cultural das áreas rurais;</li> <li>- Promoção das espécies autóctones, como contributo ao desenvolvimento da economia da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>rurais;</li> <li>- Envelhecimento da população;</li> <li>- Ausência de projetos que diversifiquem o espaço económico, consolidando e complementando a atividade agrícola, como o turismo rural ou o artesanato;</li> <li>- Proximidade da oferta turística de outras regiões;</li> <li>- Competição com outras associações de municípios vizinhos;</li> <li>- Inexistência de trabalhadores locais qualificados que assegurem apostas vencedoras nas atividades mais significativas para a região;</li> <li>- Desconhecimento por parte de muitos agentes do sector do turismo das características desta região;</li> <li>- Falta de estruturação do sector do turismo ao nível local;</li> <li>- Fraca visibilidade dos produtos existentes, de uma forma regionalmente diferenciada;</li> <li>- Degradação da paisagem (incêndios);</li> <li>- Bloqueamentos institucionais que dificultem a cooperação;</li> <li>- Dependência de financiamento externo público e/ou privado.</li> </ul>

**Quadro 23** - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Desenvolvimento Regional e Local





### 3. Efeitos Esperados

#### - Avaliação de Ações Estratégicas

A avaliação ambiental concentra-se nas questões relacionadas com efeitos significativos sobre o ambiente, resultantes da concretização das propostas em avaliação, ao nível da revisão do Plano. Neste ponto apresenta-se a avaliação das ações estratégicas das propostas de revisão do PDM ao nível dos fatores críticos para a decisão e critérios considerados para a presente AAE, tendo em conta que na 1.ª fase desta AAE (Relatório dos Fatores Críticos de Decisão) já ter sido verificada a compatibilidade das principais opções do PDM e os objetivos do Quadro de Referência Estratégico.

As acessibilidades são um fator importante para a promoção do Desenvolvimento Regional e Local do Concelho de Vimioso. No entanto, a par com o desenvolvimento da rede viária importa acautelar os impactos ao nível da qualidade do ar e do ruído. Deve, sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e arbustos de espécies adequadas uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono.

Adicionalmente, estes elementos contribuem para a valorização ambiental e estética da paisagem.

Relativamente à mobilidade sustentável pretende-se analisar se estão a ser criadas condições que conduzam ao aumento de hábitos de andar a pé e de bicicleta, para percorrer distâncias curtas e atividades de lazer.

A modernização administrativa vem impulsionar e concretizar alguns objetivos de sustentabilidade através do aumento da proximidade dos serviços aos cidadãos (descentralização de serviços) e do acesso generalizado à informação municipal e regional. A proximidade de serviços aos cidadãos contribui grandemente para a mobilidade sustentável na medida em que diminuem quer a necessidade de deslocação quer a extensão das deslocações no Concelho de Vimioso.

A qualificação e valorização da atividade do turismo e serviços acessórios, são objetivos das estratégias da atual revisão do PDM, esta é uma oportunidade de concretização e evolução através da Proposta. A proposta estratégica integra a ação de promoção do turismo, com o objetivo de conciliar outras atividades de apoio de conservação e valorização do património natural e cultural, de recreio como passeios a pé e de bicicleta (proposta de construção de ciclovia), comercialização de produtos da zona.

Este FCD, contempla todos os que até agora foram descritos, assim em resumo, a implementação das estratégias definidas contribuirão



## AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO

positivamente para dotar a área do concelho de Vimioso de mais e melhores infraestruturas e condições para que o mesmo seja um polo urbano dentro da região de Trás-os-Montes.

### 4. Oportunidades e Risco

No que diz respeito ao FCD Desenvolvimento Regional e Local, enquanto elemento gerador de rendimento local, constitui uma oportunidade para fomentar a atração e fixação de população no concelho. A revisão do plano, constitui uma oportunidade para criar as condições necessárias para reforçar a economia na região, contribuindo para a aceleração do crescimento económico e a elevação do nível de vida através do investimento. São reconhecidas as vantagens de localização geoestratégica do concelho, constituindo as acessibilidades indubitavelmente um dos pontos fortes.

Da análise e avaliação das estratégias, identificam-se oportunidades e riscos, tendo em conta o FCD definido. Apresenta-se de seguida uma síntese das principais oportunidades e riscos inerentes ao FCD em questão.

Este plano servirá de promotor à geração de postos de trabalho, diretos e indiretos, na sua fase de execução e exploração, o que constitui uma oportunidade para diminuir a taxa de desemprego da população do concelho. Pelo facto do concelho de Vimioso apresentar uma taxa de crescimento da população negativa e uma população envelhecida, com os índices de envelhecimento acima da média nacional, a intervenção prevista no Plano,

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

poderá funcionar como um polo de atração e fixação de população, quer resultando da vinda de população de concelhos vizinhos, quer da não necessidade de saída dos residentes, possibilitando a inversão do êxodo diário de habitantes para os concelhos vizinhos.

A proteção da área natural associada a uma escolha adequada das espécies vegetais, promovem, entre outros, a melhoria da qualidade do ar.

A saúde humana pode ser favoravelmente influenciada se o planeamento de espaços de lazer e recreio considerar a diversificação da oferta de oportunidades para a realização de atividades físicas ao ar livre e se simultaneamente se registar um aumento de praticantes dessas atividades.

O envelhecimento da população previsto vai requerer um maior investimento e uma maior procura de serviços de apoio à terceira idade, nomeadamente com o Complexo Termal da Terronha, propiciando também ao incremento do turismo nesta área.

A criação da nova zona industrial de Vimioso, bem como a exploração da zona industrial atual, contribuirão para o aumento da competitividade económica do Concelho, para a promoção do empreendedorismo e a fixação de novas pessoas.

A identificação de oportunidades e as ameaças apresenta-se como o método para avaliar em que medida os valores ambientais associados ao FCD Desenvolvimento Regional e Local irão ser afetados com a implementação da Proposta de Revisão do PDM de Vimioso.



**- Impactos de Natureza Estratégica**

No Quadro 24 seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrados segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<b>Promoção do Turismo de Natureza</b>			
<p>Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos usos e na gastronomia</p> <p>Explorar a relação da floresta, dos vales dos Rios Sabor e Maços enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas</p> <p>Criar novos espaços de ocupação turística em articulação com o património natural e construído</p>	<b>REDE URBANA   TURISMO E NATUREZA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade de criação de espaços para a ocupação turística e da instalação das atividades económicas em espaços definidos para o efeito fomentando a organização espacial do território.</li> <li>- Oportunidades nos processos de regeneração e requalificação rural através da promoção do turismo.</li> <li>- Oportunidade para a fixação população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional do mesmo.</li> <li>- Oportunidades no desenvolvimento e valorização dos territórios de baixa densidade, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos.</li> <li>- Oportunidades ao nível da utilização da floresta nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais.</li> <li>- Impactes positivos sobre o desenvolvimento económico e a competitividade através da criação de condições, para a instalação de atividades e projetos empresariais nos espaços destinados ao desenvolvimento turístico, da promoção e dinamização do sector agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A dinamização das atividades turísticas associadas à reabilitação e valorização do edificado deve ter em consideração as características dos locais, sob pena de interferir negativamente na qualidade de vida das populações residentes.</li> </ul>
<b>Promoção de Emprego</b>			
<p>Criação de nova área industrial e expansão de área existente, disponibilizando infraestruturas e acessibilidades adequadas</p> <p>Aumentar a competitividade económica do Concelho e da Região</p>	<b>QUALIDADE AMBIENTAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impactes positivos do desenvolvimento económico, resultantes da existência de espaços específicos e adequados dedicados à implantação e fixação de novas indústrias e melhoria das condições de atividade já existentes.</li> <li>- Oportunidade para a fixação população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional do solo rural.</li> <li>- Impactes significativos sobre o desenvolvimento económico, resultante da aposta nas novas tecnologias através da criação do Pólo Tecnológico.</li> <li>- Impactes positivos na valorização e preservação da identidade histórica e promoção do turismo local, através promoção e dinamização e das atividades turísticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impermeabilização do solo.</li> <li>- Riscos de contaminação associados às atividades industriais.</li> <li>- Impacte pouco significativo por aumento do tráfego de pesados para as áreas industriais.</li> <li>- Risco de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos.</li> </ul>



Potenciar e preservar as atividades agrícolas	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	- Impacte positivo ao nível da utilização do solo nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável.	- Risco de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos
Promover o desenvolvimento social do concelho		- Impacte significativo ao nível na qualidade de vida das populações através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais, agrícolas e naturais.	
Valorização Ambiental			
Reforçar da competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social.	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	<ul style="list-style-type: none"><li>- Oportunidade de criação de espaços para a ocupação turística e da instalação das atividades económicas em espaços definidos para o efeito fomentando a organização espacial do território.</li><li>- Oportunidades nos processos de regeneração e requalificação rural através da promoção do turismo.</li><li>- Criação de oportunidade contribuindo para a fixação da população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional do mesmo.</li><li>- Oportunidades no desenvolvimento e valorização dos territórios de baixa densidade, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos (a floresta, a agricultura, o património, os saberes tradicionais).</li><li>- Oportunidades ao nível da utilização da floresta nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais.</li><li>- Impactes positivos sobre o desenvolvimento económico e competitividade através da criação de condições, para a instalação de atividades e projetos empresariais nos espaços destinados ao desenvolvimento turístico, da promoção e dinamização do sector agrícola.</li><li>- Impactes significativos sobre o desenvolvimento económico e competitividade através da promoção e dinamização do sector agrícola e turístico como atividades económicas fundamentais para a criação de emprego e mais valias no concelho.</li><li>- Impacte significativo ao nível na qualidade de vida das populações através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais e naturais.</li></ul>	

Quadro 24 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Desenvolvimento Regional e Local"



Efeitos Ambientais Esperados das Intervenções Estratégicas e Regulamentares do PDM de Vimioso			
Intervenções Estratégicas e Regulamentação	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Regulamentação de edificabilidade nos espaços naturais	ESPAÇOS NATURAIS	- Impactes positivos na preservação dos espaços naturais e de toda a sua bio diversidade, especificando a preservação e manutenção dos valores naturais singulares do concelho.	
Integração e regulamentação de áreas dos espaços florestais em áreas de RN2000 e REN		- Impacte positivo ao nível do reforço da proteção dos espaços florestais	- Risco de degradação ambiental devido à multifuncionalidade do espaço florestal.
Espaço florestal como espaço de vocação multifuncional		- Impacte positivo ao nível do aproveitamento de todas as potencialidades do espaço florestal.	- Risco de degradação do recurso, devido ao seu uso massificado das atividades turísticas. - Impacte negativo ao nível da qualidade ambiental, levando à degradação dos espaços florestais e ao aumento do perigo da ocorrência de incêndios.
Regulamentação e definição da estrutura ecológica municipal	SOLO URBANO   SOLO RURAL	- A integração dos espaços naturais na Estrutura Ecologia Municipal demonstra a importância que os valores naturais têm ao nível do PDM, regulamentando a sua manutenção e proteção e impedindo a edificação e construção nestas áreas.	
Regulamentação de proteção do património construído, natural e arqueológico		- Oportunidade para estruturação da reabilitação e recuperação urbana com um impacto visual positivo e regulamentação, com efeitos positivos na melhoria da qualidade de vida da população.	
Afetação de áreas de REN e RAN		- Os condicionantes legais e restrições que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	



Desafetação de áreas de REN		- Reajustamento das áreas edificadas e a criação de manchas contínuas de edificação que podem traduzir em maior harmonia visual da paisagem.	- Risco de construção de habitações, infraestruturas turísticas, estabelecimentos industriais e todas as ações que em áreas de REN não seriam permitidas, por afetar o seu equilíbrio ecológico.
Desafetação de áreas de RAN	<b>SOLO URBANO   SOLO RURAL</b>		- Se não forem devidamente ponderados os critérios de desafetação, existe o risco do aumento das áreas de exclusão da RAN por pressões urbanísticas.
Regulamentação de recuperação e reabilitação da edificabilidade existente	<b>SOLO URBANO</b>	- Oportunidade para estruturação da reabilitação e recuperação urbana com um impacte visual positivo e regulamentação, com efeitos positivos na melhoria da qualidade de vida da população.	
Projetos de valorização de elementos sociais e humanos	<b>CULTURA   VALORIZAÇÃO HUMANA</b>	- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao emprego, ao ambiente e ao civismo, como resultado da valorização e requalificação dos mesmos	
Projetos de valorização Humana, natural, ... impulsionando entidades privadas a concretizar circuitos turísticos	<b>ECONOMIA   TURISMO E LAZER</b>	- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao emprego, ao ambiente e ao civismo, como resultado da valorização e requalificação dos mesmos	
Projeto do Complexo Termal da Terronha		- Impactos positivos sobre o desenvolvimento humano, resultantes da aposta no desenvolvimento de atividades profissionais qualificadas e de proteção ambiental	
Projeto do PINTA			
Projetos de educação ambiental	<b>AMBIENTE</b>	- Efeitos positivos na qualidade ambiental do território e na proteção das espécies existentes, evitando a contaminação dos solos e das águas.	
Incentivo à reciclagem, reutilização e redução			
Conclusão do PINTA	<b>RECREIO E LAZER</b>	Efeitos positivos na qualidade ambiental do território com a conservação dos recursos naturais e suas áreas envolventes.	- Risco de degradação da qualidade ecológica, em resultado da sua utilização em atividades turísticas e de lazer.



Impulsionar entidades privadas a concretizar circuitos turísticos no concelho	<b>INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO</b>	- Efeitos positivos na qualidade ambiental do território com a conservação dos recursos naturais e suas áreas envolventes.	- Risco de degradação da qualidade ecológica, em resultado da sua utilização em atividades turísticas e de lazer.
Regulamentação de Edificabilidade das zonas industriais		- Impacte positivo na qualidade da água, resultado da obrigação de controlo e gestão de efluentes que impede a contaminação dos recursos hídricos por efluentes oriundos das indústrias, com consequente melhoria ao nível da saúde pública.	- Efeitos negativos ao nível do espaço natural que integra estes espaços turísticos, se não forem devidamente restringidos e/ou acompanhados.

**Quadro 25** - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Desenvolvimento Regional e Local”





### 5. Quadro de Governança para a Ação

Identifica-se de seguida um quadro de governança para a revisão do PDM (Quadro 25), com o intuito de identificar as entidades institucionais e de responsabilidade afetas ao mesmo, para o cumprimento dos objetivos e diretrizes propostas, relativamente ao FCD Desenvolvimento Regional e Local.

Entidades com responsabilidades ao nível da implementação do Plano, segundo o FCD Coesão Social e Desenvolvimento Humano:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)

- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Administração Regional da Saúde do Norte (ARSn)
- Ministério de Economia, Delegação Regional Norte
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)
- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (INCF)
- Câmara Municipal de Vimioso
- Juntas de Freguesia do concelho de Vimioso
- População em Geral

### 6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Câmara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

#### - Planeamento | Programação

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a Desenvolvimento Regional e Local, presente no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 26 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso para o atual FCD.



# **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

# **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> <li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>- Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.</li> </ul>
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção civil (PMEPC) no concelho.</li> <li>- Manter atualizadas as informações sobre todos os riscos naturais e tecnológicos e plano de emergência respectivos.</li> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar.</li> <li>-Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>-Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> <li>-Monitorizar, articulado com a Câmara Municipal, os valores de Ruído Ambiental decorrentes da instalação e execução do Plano.</li> </ul>
Administração Regional da Saúde do Norte (ARSn)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Ministério de Economia, Delegação Regional Norte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.</li> </ul>
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento.</li> </ul>
Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Promover a melhoria das condições de trabalho.</li> <li>-Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho.</li> </ul>
Inst. de Cons. da Natureza e das Florestas (ICNF)	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Garantir e monitorizar, articulado com a Câmara Municipal, a prevenção de Risco de Incêndio, considerando a Zona Industrial uma potencial fonte de ignição.</li> </ul>
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar as associações de âmbito social, cultural e ambiental na criação e gestão do desenvolvimento humano e da coesão social .</li> <li>- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.</li> <li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li> <li>- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão e promover a reabilitação e recuperação do edificado existente.</li> <li>- Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.</li> <li>- Manter atualizada a relação entre as necessidades de qualificação e a integração socioprofissional das comunidades locais.</li> <li>- Promover a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais.</li> </ul>
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.</li> </ul>
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público.</li> <li>- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</li> <li>- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.</li> <li>- Recorrer às IPSS para aceder a serviços e equipamentos de ação social.</li> </ul>

**Quadro 26 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Desenvolvimento Regional e Local"**



DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região.</li> <li>- Realizar inquéritos de opinião para orientar a oferta de soluções às necessidades da população e para recolha de sugestões.</li> <li>- Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade.</li> <li>- Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial.</li> <li>- Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados.</li> <li>- Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada.</li> </ul>	<p>Oportunidades de criação de espaços para a ocupação turística e para a instalação das atividades económicas em espaços definidos para o efeito, fomentando a organização espacial do território;</p> <p>Oportunidades nos processos de regeneração e requalificação rural através da promoção do turismo;</p> <p>Oportunidades para a fixação população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional do mesmo;</p> <p>Oportunidades no desenvolvimento e valorização dos territórios de baixa densidade, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos;</p> <p>Oportunidades ao nível da utilização da floresta nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais;</p> <p>Oportunidades de desenvolvimento económico e da competitividade através da criação de condições, para a instalação de atividades e projetos empresariais de espaços destinados ao desenvolvimento turístico, de promoção e dinamização do sector agrícola;</p>	<p>Riscos de dinamização das atividades turísticas associadas à reabilitação e valorização do edificado interferir negativamente na qualidade de vida das populações residentes, senão tiver em consideração as características locais;</p> <p>Riscos de Impermeabilização do solo associados à passagem de novas vias rodoviárias;</p> <p>Riscos de contaminação associados às atividades industriais;</p> <p>Riscos de algum aumento do tráfego de pesados para as áreas industriais;</p> <p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos;</p> <p>- Risco de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos;</p>



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

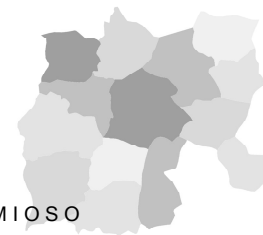
## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

<p>- Promover a implementação de sistemas de gestão ambiental nos sectores industriais e agrícolas.</p> <p>- Evitar a ocupação desnecessária do solo para usos industriais e infraestruturas associadas.</p> <p>- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas.</p> <p>- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas, nomeadamente através da criação de áreas de localização empresarial.</p>	<p>Oportunidades de desenvolvimento económico, resultantes da existência de espaços específicos e adequados dedicados à implantação e fixação de novas indústrias e melhoria das condições de atividade já existentes;</p> <p>Oportunidades de desenvolvimento económico, resultante da aposta nas novas tecnologias através da criação de espaços específicos, tipo polos tecnológicos;</p> <p>Oportunidades de valorização e preservação da identidade histórica e promoção do turismo local, através promoção e dinamização das atividades turísticas;</p> <p>Oportunidades da utilização do solo nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável,</p> <p>Oportunidades ao nível na qualidade de vida das populações através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais, agrícolas e naturais;</p> <p>Oportunidades no desenvolvimento e valorização dos territórios de baixa densidade, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos (a floresta, a agricultura, o património, os saberes tradicionais);</p>	<p>Riscos de falta de estruturação do setor do turismo ao nível local, e risco de inexistência de trabalhadores locais qualificados que assegurem apostas vencedoras nas atividades mais significativas para a região.</p>
---	---	--



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Arranjar soluções que permitam rentabilizar as infraestruturas existentes e/ou a criar.</li> <li>- Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental.</li> <li>- Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadrada na paisagem.</li> <li>- Promoção de floresta como recurso turístico e de lazer.</li> <li>- Fomentar a implementação de uma rede de percursos pedonais e de bicicleta.</li> <li>- Aumentar as áreas pedonais e de bicicleta no concelho, associadas a atividades de lazer e turismo, complementadas com informação acerca dos locais de passagem (mobilidade e turismo sustentáveis).</li> <li>- Promoção dos espaços verdes.</li> <li>- Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos.</li> <li>- Beneficiação e requalificação dos espaços verdes públicos em todos os perímetros urbanos.</li> <li>- Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público.</li> </ul>	<p>Oportunidades sobre o desenvolvimento económico e competitividade através da promoção e dinamização do sector agrícola e turístico como atividades económicas fundamentais para a criação de emprego e mais valias no concelho;</p> <p>Oportunidades sobre o desenvolvimento económico e competitividade através da promoção e dinamização do sector agrícola e turístico como atividades económicas fundamentais para a criação de emprego e mais valias no concelho.</p>	
--	---	--

**Quadro 27** - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Desenvolvimento Regional e Local”, Oportunidades e Riscos.



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

### **- Gestão**

As Orientações de Gestão estão implícitas no quadro anterior (Quadro 26).

### **- Monitorização**

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Desenvolvimento Regional e Local, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 27.

### **- Avaliação**

De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR).

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

a qualquer momento, quando justificável, ou complementado com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos nºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	<b>Atividades económicas no concelho</b>			
Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	N.º de atividades económicas instaladas no concelho	n.º	INE	Coincidente com os Censos
Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica	%	INE	Coincidente com os Censos
Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	Taxa de desemprego	%	INE	Coincidente com os Censos
	<b>Turismo e Valorização Ambiental</b>			
Crescimento da procura turística	Nº de Empreendimentos Turísticos instalados no concelho	n.º	Município de Vimioso	Anual
Crescimento da procura turística	Taxa de variação dos alojamentos	%	INE	Coincidente com os Censos
Crescimento do emprego e do sector primário	Investimento na área do desenvolvimento rural		Município de Vimioso	Anual
Crescimento da procura turística	Evolução da capacidade do Turismo de natureza no Concelho	%	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
	<b>Mobilidade e Equipamentos</b>			
Equilíbrio intra-regional	Nº de equipamentos coletivos no concelho	n.º	Município de Vimioso	Anual

Quadro 28 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Desenvolvimento Regional e Local"



## 5.5 Eficiência Energética

### 1. Descrição e Objetivos

Com este fator crítico pretende-se avaliar os impactos positivos e negativos das propostas do Plano Diretor Municipal de Vimioso ao nível da eficiência energética.

Os objetivos identificados para este fator relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE, apresentado no Capítulo 4 do Relatório de Fatores Críticos. A avaliação do fator Eficiência Energética tem como principais objetivos:

- Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis;
- As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional.

### 2. Situação Existente e Análise de Tendências

#### - Evolução sem Ação

Os indicadores levantados no âmbito deste domínio demonstram uma tendência crescente do consumo energético, nomeadamente ao nível da

Indústria, sector doméstico e transportes, o que potencia os riscos económicos e ambientais associados à dependência de combustíveis fósseis com consequente afastamento dos objetivos de sustentabilidade descritos no Quadro de Referência Estratégico.

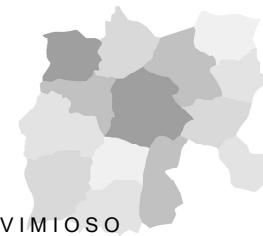
#### - Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise (Quadro 28).

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Clima temperado exige um menor esforço energético de climatização</li> <li>- Grande potencial endógeno para a produção de Fontes de Energia Renováveis (solar, eólica, biomassa, biogás)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da Intensidade Energética fruto de um crescimento do consumo de energia</li> <li>- Ineficiência energética do parque edificado</li> <li>- Peso energético da iluminação pública</li> <li>- Ausência de dados sobre as emissões de GEE para o concelho</li> <li>- Vulnerabilidade territorial a cheias e seca</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação progressiva de programas de eficiência energética</li> <li>- Crescimento da produção de Fontes de Energia Renováveis (potência instalada)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção da tendência de ineficiência energética</li> <li>- Manutenção do crescimento de consumo energético (mais emissões de GEE)</li> <li>- Ausência de programas regionais e medidas de adaptação às alterações climáticas</li> </ul>

Quadro 29 - Análise do fator crítico Eficiência energética





### 3. Efeitos Esperados

#### - Avaliação de Ações Estratégicas

O concelho de Vimioso, ao nível de recursos energéticos endógenos da energia solar, apresenta uma boa percentagem de insolação (ver estudos de caracterização) durante o ano, pelo que a viabilidade de aproveitamento deste recurso deverá ser objeto de estudo.

O diagnóstico inerente ao PROTN aponta que se perspetiva para a região a implementação de alguns projetos de utilização de biomassa florestal para produção de eletricidade, bem como de aproveitamento de biogás. Contudo, até à presente data não foram obtidos quaisquer dados que permitam aferir a existência de intenções concretas a serem desenvolvidas no concelho.

A biomassa florestal é um recurso endógeno passível de ser utilizado para fins de produção de energia, contudo desconhecem-se os valores/cargas para o concelho de Vimioso. Sugere-se que seja analisada a viabilidade do aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos.

Em relação à eficiência energética em edifícios, o PDM atual, não define quaisquer medidas de racionalização energética. Contudo com a publicação da legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente o Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios (RCCTE) e Regulamento dos Sistemas Energéticos de

Climatização de Edifícios (RSECE), que impõem requisitos em projetos de novos edifícios e de grandes remodelações de forma a salvaguardar as condições de conforto térmico sem necessidades excessivas de energia, as intervenções no parque habitacional e industrial vão no sentido de promover a eficiência energética dos edifícios e a redução das emissões de GEE.

Neste momento, alguns edifícios públicos do concelho de Vimioso encontram-se equipados com painéis solares ou fotovoltaicos. Os edifícios com painéis solares de aquecimento de águas sanitárias e com painéis fotovoltaicos para produção de energia são: as piscinas municipais, o canil municipal, o pavilhão multiusos e os edifícios de estações de tratamento de águas (ETA do Angueira e ETA da Fronfria), os edifícios de estação de tratamento de águas residuais (ETAR de Vimioso, ETAR de Carção e ETAR de Argozelo). O edifício do Estádio Municipal está equipado com painéis solares para aquecimento de águas.

As intervenções estratégicas mais relevantes para a minimização direta dos impactes associados à emissão de GEE são o reforço de valorização e a recuperação de espaços naturais verdes e florestais. Uma efetiva gestão ambiental nos parques industriais, poderá constituir uma linha de ação igualmente relevante neste contexto.

Ao nível da regulamentação associada à proposta de revisão do PDM, é possível verificar pelas suas estratégias algumas oportunidades de proteção e qualificação ambiental que serão de extrema importância para a redução dos impactes negativos associados à emissão de GEE.



Relativamente à produção de energias de fontes renováveis, a implantação de uma central de cogeração de Biomassa florestal e animal e a aposta nas eólicas contribuirão para a redução da dependência de fontes de energia não renováveis.

A oportunidade mais significativa ao nível do aproveitamento de fontes de energia renovável radica na aposta estratégica do concelho na sustentabilidade energética enquanto alavanca de inovação e competitividade, uma vez que contribui para a promoção das atividades de exploração do potencial endógeno, tanto ao nível das atividades de produção energética, como ao nível dos mecanismos de auto produção, nomeadamente em edifícios.

Relativamente à aposta no sector turístico quando articulado com as estratégias de sustentabilidade energética é promovido o aproveitamento das fontes de energia renovável visando a autonomia energética dos mesmos. O mesmo se passa com as estratégias incidentes na reabilitação do edificado ou na valorização da arquitetura e do ambiente urbano, sendo de referir no entanto que as diretrizes respetivas poderiam ser ajustadas para incluir explicitamente o aproveitamento das fontes de energia renovável.

#### **4. Oportunidades e Risco**

As questões energéticas, nomeadamente aquelas com impacto ao nível das alterações climáticas, são questões cruciais nas opções estratégicas

de desenvolvimento, a todas as escalas administrativas. Neste contexto, o papel do município de Vimioso é fundamental, no controlo e gestão das intervenções no parque edificado, desde o edificado novo à recuperação do existente, contemplando a implementação de medidas de racionalização energética de acordo com a legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente O Decreto-Lei n.º 80/2006, de 4 de Abril, Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) estabelece requisitos de qualidade para os novos edifícios de habitação e de pequenos edifícios de serviços sem sistemas de climatização, nomeadamente ao nível das características da envolvente, limitando as perdas térmicas e controlando os ganhos solares excessivos. Este regulamento impõe limites aos consumos energéticos para climatização e produção de águas quentes, num claro incentivo à utilização de sistemas eficientes e de fontes energéticas com menor impacto em termos de energia primária. Esta legislação impõe a instalação de painéis solares térmicos e valoriza a utilização de outras fontes de energia renovável; o Decreto-Lei n.º 79/2006, de 04 de Abril, que aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE) e o Decreto-Lei n.º 78/2006, de 04 de Abril que prova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios e transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios.



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Contudo, dado o desconhecimento e o peso pouco significativo que o parque habitacional parece constituir na emissão total de GEE no concelho, é considerado que as linhas de ação e projetos com intervenção no parque edificado do concelho com tendência neutra de impacte global das emissões de GEE.

Já nas intervenções de planeamento territorial estratégico associadas ao sector industrial é considerado que a construção ou remodelação de parques industriais criam condições de organização e de gestão que facilitam a implementação de ações de racionalização e eficiência energética e que favorecem assim a redução da emissão de GEE relativamente aos casos em que as infraestruturas industriais estão distribuídas de forma aleatória pelo espaço urbano do concelho.

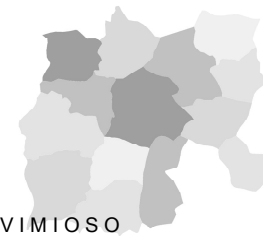
### **- Impactos de Natureza Estratégica**

No Quadro 29 seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrados segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
Reabilitação do edificado existente	REDE URBANO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de medidas de ecoeficiência e racionalização energética.</li> <li>- Implementação de sistemas limpos e/ou renováveis de produção energética.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis.</li> </ul>
Construção de edifícios novos			
Zona industrial de Vimioso (UOPG1)	ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão ambiental do espaço industrial promovendo a implementação de medidas de eco-eficiência, racionalização energética, introdução de tecnologias limpas ou renováveis de produção energética, recolha e encaminhamento recomendável de resíduos, redução e racionalização do consumo de água, e drenagem e tratamento de águas residuais que promovem a redução a emissão de GEE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis.</li> </ul>
<b>Promoção do Turismo de Natureza</b>			
Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso	TURISMO E NATUREZA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conservação do coberto florestal favorece a preservação do potencial sumidouro de GEE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis.</li> </ul>
Complexo Termal da Terronha		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de medidas de ecoeficiência e racionalização energética.</li> <li>- Implementação de sistemas limpos e/ou renováveis de produção energética.</li> </ul>	

**Quadro 30** - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Eficiência Energética"



Efeitos Ambientais Esperados das Intervenções Estratégicas e Regulamentares do PDM de Vimioso			
Intervenções Estratégicas e Regulamentação	Âmbito Territorial	Oportunidades	Riscos
Regulamentação de edificabilidade nos espaços naturais	<b>TURISMO E NATUREZA</b>	- Proteção da integridade natural do local e da qualidade ambiental, ponderando os eventuais efeitos negativos da exploração.	
Regulamentação dos espaços industriais	<b>ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL</b>	- Gestão ambiental do espaço, obrigando ao controlo e tratamento de efluentes, e eliminando todas as formas de degradação ambiental.	
Viabilização de espaço no território para instalação de infraestruturas de produção de energia renovável	<b>AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA</b>	- Instalação de infraestruturas de produção de energias renováveis ou reutilização de resíduos, promovendo a redução do consumo de fontes combustíveis fósseis, utilização de recursos naturais e deposição final de resíduos responsáveis pela emissão de GEE.	- Degradação da qualidade paisagística. Risco de sobrevivência para alguns efetivos de fauna e flora.
Integrantes da estrutura ecológica urbana		- Proteção dos sumidouros de carbono da estrutura urbana.	

**Quadro 31** - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Eficiência energética”



### 5. Quadro de Governança para a Ação

Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança (vide Quadro 31) para o Município de Vimioso, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente ao Fator Crítico Eficiência Energética, bem como à concretização das diretrizes propostas.

### 6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Camara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a Eficiência Energética presente no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 32 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso.



<b>ENTIDADES</b>	<b>RESPONSABILIDADES</b>
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> <li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>- Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.</li> <li>- Promover e articular projetos regionais e inter-municipais de adaptação às alterações climáticas.</li> </ul>
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção civil (PMEPC) no concelho.</li> <li>- Manter atualizadas as informações sobre todos os riscos naturais e tecnológicos e plano de emergência respectivos.</li> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizados e disponíveis os resultados da monitorização das medidas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas e das respetivas metas e objetivos para diferentes prazos e escalas de planeamento.</li> <li>-Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>-Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da produção com origem FER e das respetivas metas e objetivos a diferentes prazos e escalas de planeamento.</li> </ul>
Organização não-governamental de ambiente (ONGA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos de energia.</li> <li>- Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA.</li> </ul>
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Monitorizar o potencial e a evolução da produção de energia renovável e o consumo de energia municipal, desenvolvendo e mantendo atualizada uma matriz energética municipal.</li> <li>- Assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no Concelho mantêm uma tendência decrescente e que a capacidade de sequestro de carbono mantém uma tendência crescente.</li> <li>- Monitorizar a vulnerabilidade territorial das populações face aos efeitos previsíveis das alterações climáticas.</li> <li>- Promover a valorização do património natural e paisagístico do município.</li> <li>- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.</li> <li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li> <li>- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li> <li>- Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.</li> </ul>
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.</li> </ul>
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adotar hábitos de consumo energético mais eficientes.</li> <li>- Adotar comportamentos de prevenção e adaptação aos riscos naturais e a fenómenos meteorológicos extremos.</li> <li>- Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público.</li> <li>- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</li> <li>- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.</li> </ul>

**Quadro 32 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Eficiência Energética"**



DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a integração de sistemas de gestão da eficiência energética nas atividades agroflorestais, industriais, turísticas, transportes e serviços;</li><li>- Estabelecer requisitos para a incorporação de tecnologias mais eco eficientes nos equipamentos coletivos;</li><li>- Promover transportes energeticamente eficientes em geral: municípios, empresas, escolas, cidadãos;</li><li>- Assegurar a execução de planos de mobilidade para as zonas rurais e que tenham em conta as características particulares do povoamento;</li><li>- Promover a integração de sistemas de redução de emissões de GEE nas atividades pecuárias;</li><li>- Assegurar a utilização sistemática, ou a adaptação, de soluções de permeabilidade para qualquer ocupação, prevista ou existente, em zonas de infiltração;</li><li>- Promover, sempre que possível, a utilização de soluções que aumentem a capacidade de infiltração nos projetos urbanísticos e logístico-industriais;</li></ul>	<p>Oportunidades de implementação de medidas de ecoeficiência e racionalização energética;</p> <p>Oportunidades de implementação de sistemas limpos e/ou renováveis de produção energética;</p> <p>Oportunidades de gestão ambiental do espaço industrial promovendo a implementação de medidas de eco-eficiência, racionalização energética, introdução de tecnologias limpas ou renováveis de produção energética, recolha e encaminhamento recomendável de resíduos, redução e racionalização do consumo de água, e drenagem e tratamento de águas residuais que promovem a redução a emissão de GEE;</p> <p>Oportunidades de preservação do potencial sumidouro de GEE por conservação do coberto florestal.</p>	<p>Riscos de aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis;</p> <p>Riscos de degradação da qualidade paisagística. Risco de sobrevivência para alguns efetivos de fauna e flora.</p>





<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover mecanismos de incentivo à relocalização de edificações e infraestruturas existentes em zonas de risco, tendo em conta os efeitos previsíveis das alterações climáticas;</li><li>- Promover a adoção de normas legais e definir critérios para a reposição natural de áreas infraestruturadas abandonadas;</li><li>- Incentivar os municípios a desenvolver os seus programas de adaptação territorial às alterações climáticas à escala local;</li><li>- Promover um estudo de reconhecimento do potencial endógeno de aproveitamento de fontes de energia renovável;</li><li>- Promover um estudo de reconhecimento do potencial endógeno de aproveitamento de fontes de energia renovável;</li><li>- Analisar o potencial de aproveitamento de recursos endógenos de energia renovável, nomeadamente os de origem eólica, solar, hídrica e florestal;</li><li>- Desenvolver e implementar um mecanismo que assegure a proteção do coberto vegetal em espaços naturais não classificados, de modo a consolidar e reforçar a capacidade de sequestro de carbono do Concelho.</li></ul>		
---	--	--

**Quadro 33** - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Eficiência Energética", Oportunidades e Riscos.



## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

### **- Gestão**

As Orientações de Gestão, estão implícitas no quadro anterior (Quadro 32).

### **- Monitorização**

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Eficiência Energética, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 33.

### **- Avaliação**

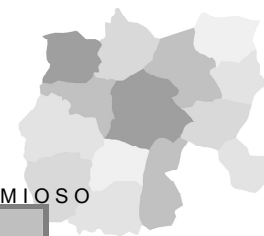
De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR), especialmente no que diz respeito à valorização e promoção da eficiência energética.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

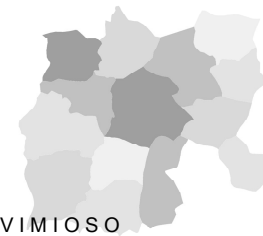
Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementadas com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos n.ºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

O Quadro 33, representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) da Eficiência Energética, que se considera pertinente no presente com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.


**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO**
**REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Emissões de GEE			
Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	Percentagem de emissões decorrentes da produção energética	%	APA	Quinquenal
	Percentagem de emissões decorrentes dos processos de transformação industrial	%	APA	Quinquenal
	Percentagem de emissões decorrentes dos processos de atividades pecuárias	%	APA	Quinquenal
	Percentagem de emissões decorrentes dos processos de transportes	%	APA	Quinquenal
	Percentagem de emissões decorrentes dos processos de gestão de resíduos	%	APA	Quinquenal
Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	Percentagem de níveis de recarga dos aquíferos como medida de evolução dos níveis de impermeabilização e das condições meteorológicas	%	APA	Quinquenal
Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis	Expressividades da evolução da ocupação urbana em áreas de risco natural e tecnológico elevado (incluindo edificações isoladas e	ha/%	Município de Vimioso	Anual



/ As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	ocupações ilegais)			
Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis	Quilómetros de ciclovias e área pedonal	km	Município de Vimioso	Anual

**Quadro 34** - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Eficiência Energética"



## 5.6 Ordenamento e Qualificação do Território

### 1. Descrição e Objetivos

Com a avaliação deste fator crítico pretendem-se identificar possíveis consequências decorrentes de ações preconizadas na proposta de revisão do PDM, que possam vir a ter influência no ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade, assim como a melhor forma de as potenciar no caso de serem positivas e de as evitar, minimizar ou compensar no caso de serem negativas.

Os objetivos identificados para o atual fator crítico de decisão são os presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE, apresentado:

- Planeamento de áreas apropriadas para o desenvolvimento urbano não especulativo e para a localização de atividades empresariais;
- Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território de modo a promover a inclusão social e territorial;
- Ordenamento territorial e salvaguarda / valorização das áreas classificadas ou de corredores ecológicos relevantes;
- Prevenção e minimização de riscos.

### 2. Situação Existente e Análise de Tendências

#### - Evolução sem Ação

Durante a vigência do atual PDM de 1995, foi aprovada legislação e políticas a nível do ordenamento do território e da compatibilização dos usos do solo, que conduzem cada vez mais, a uma forte desatualização do atual PDM.

Caso a revisão do PDM não ocorra, o mesmo mostrar-se-á cada vez mais desatualizado face a realidade nacional e municipal, uma vez que os levantamentos que deram origem ao regulamento aprovado foram realizados há mais de 17 anos, e que, entretanto, novos instrumentos de gestão e nova legislação passaram e passarão a vigorar.

No que se refere ao uso do solo em meio urbano prevê-se a continuidade da dispersão da construção e diminuição da recuperação do edificado existente o que poderá acentuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, reduzindo a atratividade dos perímetros urbanos, contribuindo para o enfraquecimento das freguesias rurais, afastando-se, assim, a execução do PDM dos objetivos de sustentabilidade considerados no quadro de referência estratégico.

Ao nível das acessibilidades, na ausência do plano prevê-se um agravamento das condições de circulação rodoviária no município, quer por falta de hierarquização da rede viária, quer por falta de privatização dos investimentos a levar a cabo, no que toca essencialmente à construção de



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

alguns troços e de uma circular externa. A falta de configuração de perfis dos espaços-canais condicionam não só a implementação de conceitos de circulação rodoviária, mas também de segurança pedonal. Nesta vertente considera-se que na ausência do plano a articulação dos diferentes modos de transporte ficará comprometida.

Ao nível das infraestruturas, o concelho está dotado de razoáveis níveis de atendimento relativamente aos serviços de abastecimento de água, de distribuição elétrica, e de rede de saneamento de água residuais.

Vimioso caracteriza-se pela concentração urbana nas freguesias centrais e pelos povoamentos dispersos pelo território. As tendências de evolução sem revisão do PDM não apontam para transformações radicais na ocupação e uso do solo. Este será importante para a continuação da salvaguarda do solo e para o controlo da expansão urbana desordenada bem como para evitar o processo de despovoamento das freguesias mais rurais.

### - Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise (Quadro 34).

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Crescimento Populacional;</li><li>- Destino turístico com reconhecimento externo;</li><li>- Produtos Endógenos de Qualidade;</li><li>- Dinâmica Empresarial;</li><li>- Boas acessibilidades rodoviárias;</li><li>- Compactação urbana</li><li>- Localização de equipamentos e das principais infraestruturas logísticas do sistema de transportes e de internacionalização da economia portuguesa</li><li>- Aumento do número projetos de reabilitação urbana;</li><li>- Localização geográfica;</li><li>- Forte diversidade ecológica e paisagística;</li><li>- Posicionamento no contexto transfronteiriço;</li><li>• Sinais evidentes do alargamento institucional nacional e da cooperação transfronteiriça;</li><li>- Localização estratégica de áreas para atividades.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desordenamento e desqualificação urbanística - Degradação do parque habitacional;</li><li>- Expansão urbana e fragmentação territorial;</li><li>- Pressão urbanística sobre áreas sensíveis;</li><li>-Poluição provocada por explorações agro –pecuárias;</li><li>- Localização de Estabelecimentos na proximidade de áreas ambientalmente sensíveis;</li><li>- Aumento da poluição difusa caso não se controle a edificação dispersa;</li><li>- Envelhecimento, despovoamento e degradação do edificado;</li><li>- Elevado número de fogos vagos e desadequação das tipologias e áreas dos fogos relativamente as necessidades e estilos de vida da população;</li><li>- Elevada vulnerabilidade a pobreza da população desempregada e dos reformados, bem como dos trabalhadores com níveis de rendimento baixos e com desigualdade de género.</li></ul>



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA –RESUMO NÃO TÉCNICO

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento de novos projetos estruturantes;</li><li>- Aplicação dos princípios de construção sustentável no processo de reabilitação do edificado pré-existente;</li><li>- Áreas industriais com potencial para requalificação e novas utilizações;</li><li>- Alterações climáticas e mudança de paradigma tecnológico na mobilidade poderá induzir melhoria da qualidade do ar;</li><li>- Aumento da população imigrante;</li><li>- Prioridade do sector privado para a reabilitação urbana, recuperação dos centros históricos e malhas consolidadas;</li><li>- Aposta na qualificação do espaço público.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Disseminação desregada dos loteamentos turísticos;</li><li>- Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas, destruição, fragmentação e degradação de áreas com importância para a conservação da natureza;</li><li>-Agravamento da pressão urbanística nas zonas de sensibilidade ambiental e paisagística;</li><li>- Ocupação de áreas vitais para uso edificado não estruturado;</li><li>- Dificuldade em responder às necessidades da mobilidade da população envelhecida.</li></ul>

**Quadro 35** - Análise de cenário no âmbito do fator crítico Ordenamento e qualificação do território

### 3. Efeitos Esperados

#### - Avaliação de Ações Estratégicas

As opções estratégicas previstas do Plano, pretendem contribuir para o aumento da população residente.

A criação e valorização de espaços públicos, praças, espaços verdes e de equipamentos estruturantes, capazes de promover e valorizar a vivência, a imagem urbana e a polarização do povoamento em detrimento do

crescimento linear ao longo das vias, com o objetivo de fixação e atração de população, dado que promovem a diversificação das atividades económicas em diversos sectores, contribuindo desta forma para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Perspetiva-se a tendência para o aumento da população em idade ativa, decorrente das medidas e ações preconizadas nas opções estratégicas identificadas no indicador anterior.

Os objetivos estratégicos da Proposta de PDM potenciam, de um modo geral, o acesso ao ensino e à formação profissional, através de uma estratégia de formação e qualificação para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, de criação de postos de trabalho no concelho (turismo, floresta, hotelaria, restauração, ambiente, entre outros).

A proposta de revisão do PDM de Vimioso prevê o aumento do Espaço Industrial existente e a criação de um novo.

Relativamente à evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas, os objetivos Estratégicos da Proposta de PDM, ajustam-se ao Quadro de referência estratégico, nomeadamente na promoção de oferta diversificada de alojamentos, na criação de emprego qualificado ao nível do sector turístico, na coordenação das iniciativas e parcerias público-privadas, quer a nível de ações e atividades, quer a nível de infraestruturas e equipamentos.

A revisão do PDM de Vimioso define uma série de estratégias, relacionadas com o Turismo. Potenciam a implementação de atividades como a criação de percursos turísticos que integrem valores culturais e atividades



## **AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO**

de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental; a aposta no desenvolvimento do Touring Cultural e Paisagístico, gastronomia e eventos; a promoção de eventos culturais e desportivos de curta duração que, implicando gastos reduzidos geram um conjunto de fluxos turísticos importantes para a manutenção e revitalização do sector; na aposta na formação e qualificação na vertente turística dos ativos do município; na aposta no “Produto Verde” do município como suporte para o desenvolvimento das estratégias e políticas municipais no sector do turismo.

Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural.

Os objetivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral, para a contenção da dispersão urbana e conflitos de uso do solo, nomeadamente aqueles que resultam da proximidade entre áreas industriais e urbanas.

Os objetivos da revisão do plano pretendem ainda contribuir para uma maior equidade no acesso aos equipamentos e serviços públicos.

A nível regulamentar, o PDM impõe restrições à edificação em solo rural, promovendo a concentração em áreas urbanas infraestruturadas.

Na qualificação do solo rural foram definidas classes de espaços agrícolas e florestais, de acordo com a aptidão do solo e usos dominantes, onde são propostas ocupações preferenciais e atividades complementares para a valorização destes sectores.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Nas classes de espaços agrícolas e florestais são estabelecidas atividades complementares que contribuem para a preservação do equilíbrio ecológico e valorização paisagística destas áreas.

Evolução global das áreas urbanas, com a revisão do PDM, não se propõem alterações significativas de áreas de solo urbano ao nível dos aglomerados urbanos.

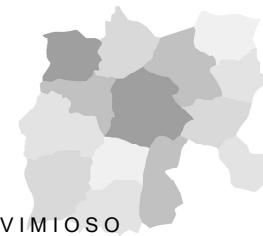
Houve um maior cuidado na definição dos perímetros urbanos, de forma a não abrangerem áreas com pouca ou nenhuma viabilidade de construção.

A delimitação final da Reserva Agrícola Nacional para o Município, resultou da conciliação de todo o trabalho de campo realizado pelo município e a DRAPN, com respectiva aprovação e não aprovação de algumas manchas de exclusão por questões de ordenamento, materializadas na carta da RAN bruta final aprovada.

Quanto à REN, foi adotada a REN em vigor com alterações, conforme previsto no Decreto-Lei 239/2012 de 2 de Novembro (diploma que procede à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional).

As alterações introduzidas consistiram na apresentação de propostas de exclusão decorrentes da proposta de solo urbano pretendida pelo município, com respectiva aprovação e não aprovação de algumas manchas, resultando numa carta de REN final.





## **AValiação Ambiental Estratégica – RESUMO NÃO TÉCNICO**

No âmbito da revisão do PDM de Vimioso não estão previstas alterações à área do Perímetro Florestal existente não se prevendo assim, ameaças significativas da implementação do Plano nesta área florestal.

As propostas de novos perímetros urbanos vão também no sentido de integrar algumas situações de estrutura ecológica urbana, nomeadamente leitos dos cursos de água, áreas de infiltração, áreas agrícolas ou áreas declivosas, cuja capacidade/apetência construtiva será reduzida ou mesmo nula. Estas áreas terão funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações, dando ainda continuidade à estrutura ecológica municipal, sendo uma oportunidade adaptar a realidade territorial às perspetivas urbanísticas.

No que respeita aos aglomerados rurais, a sua maioria corresponde a reclassificação de solo urbano (aglomerados urbanos de reduzidas dimensões) para solo rural, e nos casos em que o aglomerado rural é criado de novo, não há necessidade de desafetações de solos da RAN ou REN na maioria das situações.

As propostas de turismo, desporto, recreio e lazer, ocuparão áreas consideráveis no exterior do perímetro urbano, nomeadamente praia fluvial, turismo rural e área de desporto e lazer, com localizações previstas mas ainda não aprovadas, mas com eventuais sobreposições a solos de RAN e/ou REN. No entanto, apesar de os projetos terem um nível de sustentabilidade elevado, importa minimizar o risco de afetação destas áreas, através da elaboração de estudos ambientais adequados.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Os objetivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral para a melhoria da organização interna do sistema de comunicações na sede de município – acessibilidade automóvel e pedonal – através da otimização das condições de conexão, isto é, criação e/ou melhoria de novas vias de comunicação automóvel e de espaços de circulação de bicicleta e para o peão e a definição de áreas de circulação automóvel de diferentes funcionalidades.

A referência à melhoria das condições de acessibilidade ao concelho, já foi descrito anteriormente no início do capítulo 5, assim, agora aponta-se apenas para a referência.

Os objetivos estratégicos da Proposta de PDM preconizam o ajustamento das acessibilidades inter-regionais e a conservação/beneficiação das vias intra-concelhias, visando o reforço das condições de mobilidade.

Se por um lado a construção de acessibilidades vem melhorar as condições e tempos de acesso de e no município, por outro lado é necessário acautelar os possíveis impactos ao nível da fragmentação do território decorrente da construção destas vias.



#### 4. Oportunidades e Risco

Os objetivos estratégicos do Plano apresentam oportunidades e riscos potenciais em relação ao desenvolvimento sustentável que se pretende para esta parcela do território concelhio (e para o Concelho, em geral), em todos os Fatores Críticos considerados.

Nos pontos seguintes são descritas essas oportunidades e riscos que se colocam ao desenvolvimento pretendido, informação essa que será complementada com um quadro onde se sintetizam os problemas ambientais detetados e quais os efeitos esperados decorrentes da implementação das propostas do Plano.

Apesar dos inegáveis e significativos efeitos ambientais positivos, a implementação do Plano poderá também vir a ser responsável por alguns impactes ambientais negativos (riscos).

Esses riscos prendem essencialmente, com o aumento de tráfego rodoviário previsto o qual poderá ter implicações ao nível da qualidade do ar, da água e solo e da emissão de ruído.

A Carta do Ruído apresentada no âmbito do Plano constitui-se como uma ferramenta útil na gestão e controlo da poluição sonora, assim como no planeamento do território permitindo identificar as fontes de ruído e identificar situações prioritárias a integrar em planos e ações de redução de ruído.

Nesse âmbito, e além da implementação de uma Estrutura Verde de Proteção, o Plano promove alguma flexibilidade para a implantação do edificado, tendo sido definidos polígonos máximos de implantação com

grandes dimensões. Os projetos de arquitetura, por sua vez, terão de cumprir a legislação existente aplicável nas fases de licenciamento e dar especial atenção à presença dessa infraestrutura e às recomendações das entidades competentes.

É preciso no entanto atender ao facto de que a servidão legalmente instituída para esta infraestrutura se destina já (entre outras funções) a salvaguardar os efeitos decorrentes de acidentes graves, que possam ocorrer e que a entidade responsável por essa infraestrutura tem implementado um programa de manutenção e vigilância que visa

As opções estratégicas do Plano aparentam não contribuir para uma ultrapassagem do da ocupação do espaço urbanizável disponível e identificado no PDM quer como espaço urbanizável preferencial quer como espaço urbanizável secundário. Aliás o potencial disponível e identificado para o PDM atualmente em vigor está longe de ser atingido.

É previsível que face às iniciativas de requalificação urbana venham a aumentar as licenças de reconstrução, o que motiva uma atitude de reutilização do património existente e da sua adaptação à modernidade e exigências sociais de elevado interesse para a sustentabilidade do concelho.

#### - Impactos de Natureza Estratégica

No Quadro 36, seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrado segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<b>Construção e beneficiação da rede rodoviária   Melhoria das ligações regionais e internacionais</b>			
EN317 – troço de ligação entre Carção e Vimioso	<b>ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- A construção de infra-estruturas rodoviárias apresenta riscos de impermeabilização de mais áreas de solo.</li> <li>- Risco de fragmentação e isolamento de manchas contínuas de solo com a mesma capacidade de uso.</li> </ul>
Reclassificação da EM546 a Estrada Nacional			
Troço de ligação novo, à futura Circular Externa – ligação Vimioso e Argozelo			
Nova Circular Externa a Vimioso			
Zona industrial de Vimioso (UOPG1)	<b>ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade de requalificação do ordenamento e otimização dos espaços dedicados a esta tipologia de usos e melhoria da qualidade da respetiva utilização do solo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Repercussões associadas à impermeabilização do solo e aos riscos de contaminação associados às atividades industriais.</li> </ul>
<b>Promoção do Turismo de Natureza</b>			
Ligação entre os equipamentos do Parque de Campismo, as Piscinas Municipais e o Campo de Ténis, a partir de uma ciclovía   Caminho pedonal	<b>TURISMO E NATUREZA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade de requalificação destas zonas e do respetivo uso do solo com otimização e melhoria da qualidade da utilização do mesmo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um insuficiente controlo sobre a ação dos utilizadores pode representar impactes negativos sobre os sistemas naturais.</li> </ul>
Parque Ibérico de Natureza, Trismo e Aventura de Vimioso			
Complexo Termal da Terronha			



Valorização da envolvente do Rio Maçãs e do Rio sabor	<b>AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA</b>	- Efeitos positivos qualificação e melhoria da qualidade, recuperação e preservação dos solos afeto à zona e otimização da utilização do solo.	
Valorização dos Sistemas Naturais e zonas afetadas pela REN			
Valorização florestal de usos múltiplos			
Valorização agrícola de usos múltiplos			
Reabilitação do edificado existente	<b>REDE URBANA</b>	- Melhoria da qualidade do uso específico do solo, sendo qualificada a área envolvente ao edificado existente.	Risco de expansão das áreas de edificação e de solos impermeáveis em espaços rurais.
Programa municipal de apoio à habitação em espaço rural		- Oportunidade de controlo do uso de espaços rurais para habitação e de revitalização de áreas rurais com edificações degradadas.	

**Quadro 36** - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Ordenamento e qualificação territorial"



EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTARES DO PDM DE VIMIOSO			
INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTAÇÃO	ÂMBITO TERRITORIAL	OPORTUNIDADES	RISCOS
Regulamentação de espaços com vocação especial	SOLO URBANO   SOLO RURAL	- Impactes positivos ao nível da definição de áreas específicas para a localização de equipamentos e infraestruturas em solo urbano e espaços de usos múltiplos em solo rural. Assim estes espaços são excluídos de outros usos, como industrial ou para edificação estando já destinado a algo específico por parte do município.	- Risco de restrição excessiva dos espaços de vocação específica, excluindo usos que poderiam ser apropriados para estas reservas de espaço.
Regulamentação e exclusão dos perímetros urbanos de áreas sem vocação para edificar	SOLO URBANO	- Impactes positivos sobre a diminuição do perigo de acidentes relacionados com a edificação em áreas desadequadas para o efeito.	
Desafetação de áreas de REN	SOLO RURAL	- Possibilidade de edificação e de aproveitamentos do recurso para desenvolvimento de atividades económicas que de outra forma não seriam permitidas pois seriam ações suscetíveis de afetar o equilíbrio ecológico da REN.	- Risco de aumento da probabilidade de ocorrência de episódios erosivos. - Risco de perda de solos, deslizamento, com impactes negativos ao nível das atividades económicas, nomeadamente da agricultura.
Desafetação de áreas de RAN		- A desafetação de RAN para uso urbano e para espaço destinado a equipamentos e infraestruturas públicas possibilitará o aumento das áreas urbanizáveis, a melhoria da qualidade de vida das populações aumentando o número de equipamentos e infraestruturas públicas disponíveis. - Efeitos positivos na unificação das áreas urbanizáveis e ajustamento das áreas de RAN às necessidades atuais, evitando solos agrícolas abandonados.	- Risco de afetação de RAN para solo urbano que seja vocacionado e tenha potencial para usos agrícolas. - Risco de pressões urbanísticas, como consequência da desafetação de solo rural e aumento do solo urbano.

Quadro 37 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Ordenamento e Qualificação Territorial”



### 5. Quadro de Governança para a Ação

Identifica-se de seguida um quadro de governança para a revisão do PDM (Quadro 37), com o intuito de identificar as entidades institucionais e de responsabilidade afetas ao mesmo, para o cumprimento dos objetivos e diretrizes propostas, relativamente ao FCD Ordenamento e Qualificação Territorial.

### 6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Camara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre o Ordenamento e Qualificação Territorial, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 38 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso.



ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li><li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li><li>- Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.</li></ul>
Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Paisagístico (IGESPAR)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Produzir indicadores de benchmarking e monitorização da expansão e dispersão urbanas.</li><li>- Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arquitetónico e arqueológico.</li></ul>
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover a valorização do património natural e paisagístico do município.</li><li>- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.</li><li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.</li><li>- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li><li>- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo.</li><li>- Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.</li><li>- Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização.</li><li>- Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de proteção civil.</li><li>- Monitorizar a evolução dos riscos naturais decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal.</li></ul>
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.</li></ul>
População em geral	<ul style="list-style-type: none"><li>- Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público.</li><li>- Participar ativamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável.</li><li>- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.</li><li>- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.</li></ul>

Quadro 38 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Ordenamento e Qualificação Territorial"



DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none"><li>- Elaborar um relatório periódico do estado da qualidade do ar, integrando a avaliação da qualidade do ar ambiente;</li><li>- Diagnóstico de causas e magnitude de efeitos, incluindo a identificação de fenómenos locais de poluição e de transporte de poluentes, bem como programas de atuação;</li><li>- Promover o potencial paisagístico e de fruição dos espaços urbanos enquanto fator de atratividade do território para a instalação de atividades económicas e atração de massa crítica;</li><li>- Minimizar a impermeabilização do solo, mas, quando tal for necessário, avaliar objetivamente os seus efeitos e dimensionar cuidadosamente a rede de drenagem de águas pluviais tendo em conta a capacidade e inserção da linha de água recetora;</li><li>- Assegurar a implementação de uma rede de abastecimento e de saneamento adaptada às necessidades locais;</li><li>- Identificar potenciais ruturas e incumprimentos;</li><li>- Intensificar atividades de fiscalização;</li></ul>	<p>Oportunidades de requalificação do ordenamento e otimização dos espaços industriais dedicados a esta tipologia de usos e melhoria da qualidade da respetiva utilização do solo;</p> <p>Oportunidades de requalificação de zonas de turismo e natureza e do respetivo uso do solo com otimização e melhoria da qualidade da utilização do mesmo;</p> <p>Oportunidade de qualificação e melhoria da qualidade, recuperação e preservação dos solos afeto à zona e otimização da utilização do solo;</p> <p>Oportunidades de controlo do uso de espaços rurais para habitação e de revitalização de áreas rurais com edificações degradadas;</p> <p>Oportunidades de aposta na qualificação do espaço público.</p> <p>Oportunidades de incutir prioridade do setor privado para a reabilitação urbana, incentivar a recuperação dos centros históricos e malhas consolidadas;</p> <p>Oportunidades de aplicação dos princípios de construção sustentável no processo de reabilitação do edificado pré-existente.</p>	<p>Riscos de fragmentação e isolamento de manchas contínuas de solo com a mesma capacidade de uso;</p> <p>Repercussões associadas à impermeabilização do solo e aos riscos de contaminação associados às atividades industriais;</p> <p>Riscos de expansão das áreas de edificação e de solos impermeáveis em espaços rurais.</p> <p>Riscos de forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas, destruição, fragmentação e degradação de áreas com importância para a conservação da natureza;</p> <p>Riscos de dificuldade em responder às necessidades da mobilidade da população envelhecida.</p>





<ul style="list-style-type: none"><li>- Promover uma estratégia global e integrada para os espaços rurais, que valorizem e incentivem sinergias multi-setoriais, no quadro de uma civilização pós-carbono e que atenda aos desafios da produção alimentar e às soluções de proximidade face aos mercados consumidores;</li><li>- Promover atividades associadas aos mercados voluntários de carbono, numa lógica de valorização dos recursos agro-florestais;</li><li>- Promover a identidade rural através da requalificação urbanística e paisagística das “aldeias”, da valorização das relações de vizinhança e do fomento da economia rural, atraindo novas funções económicas e promovendo o marketing territorial;</li><li>- Desenvolver e implementar mecanismos de promoção do emparcelamento fundiário enquanto fator de atratividade para a exploração agrícola;</li><li>- Promover a reconversão de solo urbano em rural nas áreas com aptidão agrícola que foram cercadas pela expansão de áreas urbanas fragmentadas, promovendo a demolição numa lógica de renovação territorial e de adaptação às alterações climáticas;</li><li>- Desenvolver medidas de prevenção e minimização das perdas de água na rede de abastecimento;</li><li>- Promover as indústrias criativas, a iniciativa privada e as parcerias público-privadas na dinamização cultural e criação artística;</li><li>- Promover o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade regional, municipal e da Agenda 21 local;</li><li>- Promover o recurso a formas de envolvimento dos cidadãos no planeamento e gestão municipais.</li></ul>		
---	--	--

**Quadro 39** - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Ordenamento e Qualificação Territorial”, Oportunidades e Riscos.



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

### - Gestão

As Orientações de Gestão, estão implícitas no quadro anterior (Quadro 38).

No sentido de promover e proteger a Ordenamento e Qualificação Territorial, há que assegurar a gestão sustentável para que a revisão em causa possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do concelho.

### - Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Ordenamento e Qualificação Territorial, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 39.

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

### - Avaliação

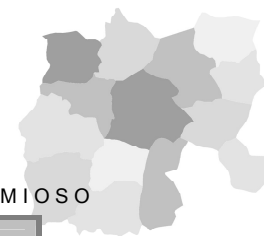
De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR), especialmente no que diz respeito à valorização do Ordenamento e Qualificação Territorial.

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementado com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos n.ºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

O Quadro 39, representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) do Ordenamento e Qualificação Territorial, que se considera pertinente no presente com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.

Por sua vez, e em forma de síntese, o Quadro 40 representa o conjunto de indicadores para todos os fatores críticos elencados.



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Políticas económicas e estratégias de desenvolvimento			
Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais / Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Evolução da ocupação de solo industrial e grau de ocupação	ha	Município de Vimioso	Anual
	Evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas	ha	Município de Vimioso	Anual
	Variação do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	n.º de estabelecimento/n.º de camas	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
	Taxa de ocupação das unidades de turismo em espaço rural	%	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
	Índice de poder de compra - IPCC	--	INE	Coincidente com os Censos
	Instrumentos de Gestão Territorial			
Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais / Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território/ Ordenamento territorial e	Evolução global das áreas urbanas	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
	Taxa de execução do espaço programado	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
salvaguarda das áreas classificadas				
	Condicionantes, áreas naturais			
Ordenamento territorial e salvaguarda das áreas classificadas/ Prevenção e minimização de riscos	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacionais	ha	Município de Vimioso DRAPN	Quinquenal
	Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
	Variação da EEU por habitante	m²/hab	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
	Percentagem de coberto vegetal nas zonas da RN2000	%	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas	ha	Município de Vimioso DRAPN	Quinquenal
	Percentagem de REN com ocupação compatível	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
	Regime Florestal	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	Acessibilidades e Mobilidades			
Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Evolução do estado de conservação da rede viária	km	Município de Vimioso EP	Anual
	Ciclovias no concelho	km	Município de Vimioso	Anual
	Zonas exclusivamente pedonais	km	Município de Vimioso	Anual

**Quadro 40** - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Ordenamento e Qualificação Territorial”



**Quadro Síntese do Plano de Seguimento/Monitorização**

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
		<b>Incêndios</b>			
<b>Biodiversidade e Conservação da Natureza</b>	Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de incêndios	%	Município de Vimioso ICNF GNR	Anual
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução anual do número de ignições	n.º		Anual
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução anual de território ardido	ha		Anual
		<b>Erosão dos solos</b>			
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	Município de Vimioso	10 Anos
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de erosão	ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
		<b>Risco de Cheias</b>			
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em áreas com risco de cheias	%	APA Município de Vimioso	10 Anos
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de cheias	ha		10 Anos
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de inundação	ha		10 Anos
		<b>Risco de Contaminação</b>			
	Proteção e Valorização dos	Percentagem de resolução de	%	APA	Anual



FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	valores naturais	focos de poluição pontual (unidades industriais e equipamentos)		Município de Vimioso ICNF CCDRN	
		<b>Rede Fundamental de Conservação da Natureza</b>			
	Gestão integrada dos recursos naturais	Proposta de planos de Gestão e/ou Ação visando a conservação da biodiversidade	n.º	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		<b>Diversidade de espécies e habitats</b>			
	Conservação de espécies e habitats	Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas	n.º	ICNF Município de Vimioso	Quinquenal
	Conservação de espécies e habitats	Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas	n.º		Quinquenal
	Conservação de espécies e habitats	Habitats protegidos	n.º		Quinquenal
		<b>Estrutura Ecológica Municipal</b>			
	Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Situações potenciais de conflito	n.º/ha	CCDRN Município de Vimioso	Anual
	Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Expressividade dos corredores ecológicos do PROF na EEM	ha/%	CCDRN ICNF Município de Vimioso	10 Anos
		<b>Gestão e conservação da floresta</b>			
	Gestão integrada dos	Evolução e expressividade de	n.º/%	ICNF	Anual



FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	recursos naturais	Zonas de Intervenção Florestal			
	Gestão integrada dos recursos naturais	Área de floresta de proteção convertida em áreas urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infraestruturas	ha/%	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		<b>Área ardida e representatividade da mesma sobre a EEM</b>			
	Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Representatividade da área ardida sobre a EEM	ha	Município de Vimioso ICNF GNR	Anual
		<b>Paisagem</b>			
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial	%/ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área afetada por espécies infestantes	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Intrusões na paisagem em áreas sensíveis	n.º	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
<b>Qualidade Ambiental</b>					
		Recolha e Tratamento de RSU			
	Gestão sustentável dos resíduos	Incentivos à reciclagem, reutilização e redução	n.º	Município de Vimioso Resíduos Nordeste	Anual
	Gestão sustentável dos	Ações de sensibilização de	n.º		Anual



FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	resíduos	separação de resíduos e implementação de boas práticas			
		Qualidade do Solo			
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Percentagem de proteção do solo com medidas de gestão ambiental	%	Município de Vimioso APA ICNF	Quinquenal
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área de RAN desafetada	ha	Município de Vimioso DRAPN	Anual
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área de REN desafetada	ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área por tipologia de povoamento Florestal	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		Água			
		Abastecimento de água			
	Gestão sustentável da água	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	Município de Vimioso	Anual
	Gestão sustentável da água	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada	%	Município de Vimioso	Anual
	Gestão sustentável da água	Número de falhas/quebras no abastecimento de água à população	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Gestão sustentável da água	Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%	Município de Vimioso	Anual
		Drenagem de águas residuais			





FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Gestão sustentável da água	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	Município de Vimioso	Anual
	Gestão sustentável da água	Eficiência do tratamento realizado	%	Município de Vimioso APA	Anual
		Recursos Hídricos			
	Gestão sustentável da água	Programas e medidas municipais que visem a proteção dos leitos das linhas de água e respetivas margens	n.º	Município de Vimioso APA	Anual
	Gestão sustentável da água	Qualidade da água superficial e subterrânea	Excelente, Boa, Razoável, Má, Muito má	Município de Vimioso APA	Quinquenal
		Ruído			
	Qualificação territorial	Recetores sensíveis expostos a focos de poluição sonora	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Qualificação territorial	Execução do mapa do ruído do concelho	s/n	Município de Vimioso	Quinquenal
	Qualificação territorial	Nº de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Qualificação territorial	Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	Município de Vimioso	Quinquenal
	Qualificação territorial	Atividades ou instalações com impacte em termos de poluição sonora	n.º	Município de Vimioso	Anual



FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
Desenvolvimento Regional e Local		Qualidade do Ar			
	Redução das emissões de CO2	Evolução das emissões de poluentes no concelho	t/ano	Município de Vimioso APA	Anual
	Redução das emissões de CO2	Evolução das emissões de poluentes por freguesia apurada	t/ano	Município de Vimioso APA	Anual
		Atividades económicas no concelho			
	Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	N.º de atividades económicas instaladas no concelho	n.º	INE	Coincidente com os Censos
	Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica	%	INE	Coincidente com os Censos
	Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	Taxa de desemprego	%	INE	Coincidente com os Censos
		Turismo e Valorização Ambiental			
	Crescimento da procura turística	Nº de Empreendimentos Turísticos instalados no concelho	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Crescimento da procura turística	Taxa de variação dos alojamentos	%	INE	Coincidente com os Censos



FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Crescimento do emprego e do sector primário	Investimento na área do desenvolvimento rural		Município de Vimioso	Anual
	Crescimento da procura turística	Evolução da capacidade do Turismo de natureza no Concelho	%	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
		Mobilidade e Equipamentos			
	Equilíbrio intra-regional	N.º de equipamentos coletivos no concelho	n.º	Município de Vimioso	Anual
<b>Coesão Social e Desenvolvimento Humano</b>	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica	%	INE	Coincidente com os Censos
	Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Nível de ensino da população residente no concelho	nível	INE	Coincidente com os Censos
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	N.º de atividades económicas associadas (às áreas/ofertas gerada pelo Plano) criadas	n.º	INE	Coincidente com os Censos
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Evolução do parque edificado por períodos de construção	%	Município de Vimioso	Quinquenal
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de desemprego	%	INE	Coincidente com os Censos
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de variação dos alojamentos	%	INE	Coincidente com os Censos
		Reforço da Coesão Social			
	Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Número de serviços de apoio à terceira idade	n.º	Município de Vimioso	Quinquenal



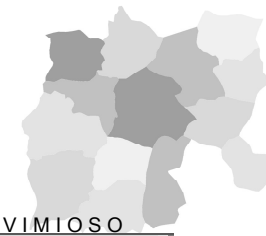
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	N.º de eventos criados de forma a contrariar os efeitos de sazonalidade	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Revitalização de centros urbanos e áreas rurais	Número de edificações recuperadas nos perímetros urbanos	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Rácio de habitantes por equipamento social	%	INE	Coincidente com os Censos
		Conservação Ambiental			
	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Evolução da capacidade do Turismo de natureza no Concelho	%	Município de Vimioso	Anual
	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Investimento na área do desenvolvimento rural	€	Município de Vimioso	Anual
	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Programas e medidas municipais que visem a proteção da natureza, património cultural e investimento ambiental	n.º	Município de Vimioso	Anual
<b>Ordenamento e Qualificação Territorial</b>		Políticas económicas e estratégias de desenvolvimento			
	Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais / Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Evolução da ocupação de solo industrial e grau de ocupação	ha	Município de Vimioso	Anual
		Evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas	ha	Município de Vimioso	Anual
		Variação do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	n.º de estabelecimento/n.º de camas	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
		Taxa de ocupação das unidades de turismo em espaço rural	%	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte	Anual



FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
				de Portugal	
		Índice de poder de compra - IPCC	--	INE	Coincidente com os Censos
		Instrumentos de Gestão Territorial			
	Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais / Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território/ Ordenamento territorial e salvaguarda das áreas classificadas	Evolução global das áreas urbanas	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Taxa de execução do espaço programado	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Condicionantes, áreas naturais			
	Ordenamento territorial e salvaguarda das áreas classificadas/ Prevenção e minimização de riscos	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacionais	ha	Município de Vimioso DRAPN	Quinquenal
		Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Variação da EEU por habitante	m <sup>2</sup> /hab	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Percentagem de coberto vegetal nas zonas da RN2000	%	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas	ha	Município de Vimioso DRAPN	Quinquenal
		Percentagem de REN com ocupação compatível	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Regime Florestal	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		Acessibilidades e Mobilidades			



FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Evolução do estado de conservação da rede viária	km	Município de Vimioso EP	Anual
		Ciclovias no concelho	km	Município de Vimioso	Anual
		Zonas exclusivamente pedonais	km	Município de Vimioso	Anual


**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO**
**REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

		Emissões de GEE			
<b>Eficiência Energética</b>	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	Percentagem de emissões decorrentes da produção energética	%	APA	Quinquenal
		Percentagem de emissões decorrentes dos processos de transformação industrial	%	APA	Quinquenal
		Percentagem de emissões decorrentes dos processos de atividades pecuárias	%	APA	Quinquenal
		Percentagem de emissões decorrentes dos processos de transportes	%	APA	Quinquenal
		Percentagem de emissões decorrentes dos processos de gestão de resíduos	%	APA	Quinquenal
	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	Percentagem de níveis de recarga dos aquíferos como medida de evolução dos níveis de impermeabilização e das condições meteorológicas	%	APA	Quinquenal
	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes	Expressividades da evolução da ocupação urbana em áreas de risco natural e tecnológico	ha/%	Município de Vimioso	Anual



	endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	elevado (incluindo edificações isoladas e ocupações ilegais)			
	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis	Quilómetros de ciclovias e área pedonal	km	Município de Vimioso	Anual

Quadro 41 - Quadro Final Síntese de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso)

## 6.CONCLUSÃO

A visão do que é o território encara um projeto político, estratégico, social, cívico, económico, ... A partir da análise desse território (neste caso o concelho de Vimioso), a construção dos documentos pertencentes ao PDM são parte integrante da resposta ao que se quer deste território, ou melhor, como viver neste território. E para isso a “antevisão” desse mesmo território é cada vez mais exigida!

O PDM permite esta preparação territorial do município, a discussão e compatibilização dos seus diversos interesses e visões, o que permitirá a elaboração de um novo plano mais eficaz e adaptado à realidade de desenvolvimento que se propõe para o concelho.

A revisão do PDM de Vimioso, com enfoque especial neste relatório, perspetiva o desenvolvimento sustentável do território como espaço de vida com qualidade para as suas populações e a preservação das memórias mais diversas (patrimoniais, edificadas, culturais, vivenciais, festivas, etc) assim como de todo o seu território natural.

Por outro lado, no concelho de Vimioso, o solo é o recurso principal para a futura exploração, é um recurso a ser reutilizado, e utilizado de forma criteriosa, pois serve de suporte ao património natural!

É importante que esta revisão seja ambiciosa, que seja propulsora de uma estratégia de desenvolvimento que coloque Vimioso como um município com vocação para a modernidade, inserido numa rede ibérica e por consequência, europeia. Só essa convicção pode fazer frente a todo o tipo de obstáculos.





## **AValiação Ambiental Estratégica –RESUMO NÃO TÉCNICO**

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Com a elaboração desta Revisão do PDM, suas respetivas revisões estratégicas e políticas de ordenamento, Vimioso apresenta uma visão prospetiva para um horizonte a médio prazo, com vista a alcançar uma economia mais forte, um território organizado, uma sociedade coesa, um sistema urbano modernizado, um meio ambiente como fator de bem estar e oportunidade, um concelho e uma região internacionalizada, uma região bem ligada interna e externamente, ...

Aquando da avaliação da situação existente e análise de tendências, desenvolvida para cada um dos fatores críticos de decisão, foram detetadas algumas dificuldades na obtenção de informação para atender à análise de alguns dos indicadores propostos.

A análise foi ainda desenvolvida, para cada FCD, tendo em consideração duas alternativas: a implementação da proposta de revisão do PDM de Vimioso, e a permanência da situação existente. Neste contexto, as propostas de revisão do PDM (as opções e os objetivos inerentes ao mesmo) surgiram como a alternativa mais favorável para o desenvolvimento sustentável do território concelhio.

Salienta-se que a proposta desenvolvida, segue o cenário mais favorável para o concelho, apresentando no Relatório Ambiental, para cada fator crítico de decisão uma lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correta da sua atuação. Neste cenário foi dado particular destaque aos elementos mais específicos de cariz ambiental.

A Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM de Vimioso foi suportado na análise de seis FCD – a Biodiversidade e a Conservação da Natureza; a Qualidade Ambiental; a Coesão Social e o desenvolvimento Humano; o Desenvolvimento Regional e Local; a Eficiência Energética e o Ordenamento e Qualificação do Território.

Neste contexto, evidencia-se a importância do acompanhamento da implementação da revisão do PDM de Vimioso, através da atualização periódica do seguimento proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas a estabelecer nos documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

O presente relatório, não se faz acompanhar pelo Resumo Não Técnico, pois o presente relatório ainda terá que ser completado com alguns documentos, que até à data não se encontravam aprovados e/ou executados. Como é o caso do mapa de ruído, da proposta da RAN e da REN, da proposta do Ordenamento Urbano, da proposta do Ordenamento Rural e da proposta de execução financeira.

Prevê-se assim, uma série de oportunidades significativas para o desenvolvimento socioeconómico local, nomeadamente ao nível do aumento



## **AValiação Ambiental Estratégica –Resumo Não Técnico**

e requalificação da oferta turística, da dinamização social e económica, do emprego e da coesão social, contrariando uma situação de subaproveitamento dos recursos e do potencial turístico e económico desta área, impedindo os riscos associados às pressões da edificação desordenada, abandono agrícola e degradação dos espaços.

A proposta acautela um ordenamento coerente de forma a salvaguardar os valores naturais e a acautelar as pressões sobre eles exercidos, nomeadamente a criação de condições de valorização e preservação das comunidades naturais.

A proposta evidencia a oportunidade de corrigir situações conflituosas ao nível dos Riscos Naturais e da Qualidade Ambiental, nomeadamente ao nível do risco de erosão dos vales e arribas dos rios Sabor e Maças, do ordenamento e do uso do solo. Apresenta-se ainda como uma das prioridades, o combate a espécies não autóctones de carácter invasor.

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

A proposta configura um mosaico de ocupações variadas no território em que as funções urbanísticas e de desenvolvimento turístico em harmonia com outras funções de proteção e conservação, garantem a diversidade e a funcionalidade da paisagem.

Relativamente à qualidade do ar e ao ambiente sonoro, a compatibilização da proposta com a necessária preservação destes fatores ambientais, no quadro de um desenvolvimento sustentável, passa necessariamente por uma estratégia de desenvolvimento, que tenha em conta um conjunto de medidas que garantam os mais baixos valores possíveis de emissão de poluentes atmosféricos, bem como a não perturbação do ambiente sonoro local. Estas estratégias deverão recair sobretudo sobre o nível de eficiência energética dos edifícios, a utilização de fontes de energia alternativas e formas de gestão.



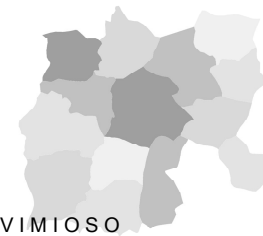
## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO

### 7. BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO - Relatório do Plano Diretor Municipal – 1ª revisão;
- CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO - Estudos de Caracterização do Plano Diretor Municipal – 1ª revisão;
- CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO - Carta Educativa do Município de Vimioso – Novembro de 2006 (homologada em 29 de Maio de 2007);
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - Relatório da Comissão – Aplicação da Diretiva AAE relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, Bruxelas;
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - Estratégia Temática de Proteção do Solo, Bruxelas;
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE - Plano Regional de Ordenamento Regional do Norte (versão para consulta pública);
- DEPARTAMENTO DE PROSPETIVA E PLANEAMENTO - Portugal Visão 2015 – Contributo para o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), Lisboa;
- DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ACREDITAÇÃO Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Direcção Geral do Ambiente;

## REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO - Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal, Lisboa;
- LAND COVER 2000, Amadora - Instituto do Ambiente;
- PARTIDÁRIO, M. R. - Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território; Coleção Estudos 9, DGOTDU;
- PARTIDÁRIO, M.R. - Termo de Referência e Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional;
- PARTIDÁRIO, M.R. - Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa;
- PAINHO, M. E CAETANO, M. - Cartografia de Ocupação do Solo: Portugal Continental, 1985-2000: Corine;
- Agenda 21 Local
- Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril, com os ajustamentos e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro [que transpõe para a legislação nacional as Diretivas: a Diretiva Aves (Diretiva do Conselho de 2 de Abril de 1979 relativa à conservação das aves selvagens (79/409/CEE) e a Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE) do Conselho de 21 de Maio de 1992 relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens;
- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril, Aprova o Plano Nacional da Água;
- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas nº2001/42/CE, do



## **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA – RESUMO NÃO TÉCNICO**

Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio;

- Diretiva n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Junho de 2001, prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2006, de 23 de Fevereiro, que apresenta o Plano Regional de Ordenamento Território do Nordeste (PROT-N);
- Despacho n.º 2339/2007, de 14 de Fevereiro, Aprova o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 (PEAASAR);
- Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de Julho, Aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro, Adota a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 10 de Março, Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);

## **REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

- Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006, Estratégia Nacional para as Florestas;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Decreto Regulamentar n.º 2/2007, de 17 de Janeiro, que apresenta o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-N);
- Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que republica o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, relativo às bases da política de ordenamento do território e urbanismo;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, 20 de Agosto, que aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 21 de Julho, que apresenta e descreve o Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, que apresenta a Lei da Conservação da Natureza, com a Declaração de Retificação n.º 53-A/2008 de 22 de Setembro
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, 23 de Agosto, que aprova o Programa Nacional para as Alterações Climáticas
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2008, 04 de Janeiro, que define metas para o Programa Nacional para as Alterações Climáticas a partir de 2007.
- Despacho n.º 2339/2007 de 14 de Fevereiro, que aprova o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais